

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. Carlos Mário da Silva Velloso (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (4h 57min).

**Carlos Mário da Silva Velloso  
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2019

## *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Christiane Jalles de Paula; Fernando de Castro Fontainha;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Alexandre Neves da Silva Júnior; Izabel Saenger Nuñez;

**Local:** Brasília - DF - Brasil;

**Data:** 25/09/2012 a 25/09/2012

**Duração:** 4h 57min

Arquivo digital - áudio: 4; Arquivo digital - vídeo: 9;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Supremo por seus ministros: a história oral do STF nos 25 anos da Constituição (1988-2013)”, desenvolvido a partir de uma parceria entre a Escola Direito Rio e o CPDOC/FGV, com financiamento da Fundação Getúlio Vargas, entre abril de 2012 e março de 2014. O projeto tem como objetivos a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e servirá como fonte para a publicação de um livro.

**Temas:** Aliança Renovadora Nacional; Anos 1960; Anos 1970; Anos 1990; Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988; Atividade profissional; Ato Institucional, 5 (1968); Bolsas de estudo e de pesquisa; Brasil; Brasília; Catolicismo; Cultura; Democracia; Direito; Direito penal; Direito público; Ditadura; Eduardo Campos; Eleições; Ensino médio; Ensino superior; Ernesto Geisel; Estados Unidos da América; Família; Fernando Collor de Mello; Fernando Henrique Cardoso; Filosofia; Funcionalismo público; Gilberto Freyre; Golpe de 1964; Itamar Franco; Jânio Quadros; José Sarney; José Serra; Magistério; Minas Gerais; Ministério Público Federal; Movimento cultural; Movimento estudantil; Movimentos políticos; Ordem dos Advogados do Brasil; Plano Real; Poder executivo; Poder judiciário; Poder legislativo; Política; Pontifícia Universidade Católica; Previdência social; Regime militar; Regimes políticos; Rio de Janeiro (estado); Senado Federal; Serviços públicos; Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Tancredo de Almeida Neves; Tribunal de Justiça; União Democrática Nacional; Universidade Federal de Minas Gerais; Viagens e visitas;

## *Sumário*

Entrevista: 25/09/2012 Apresentação e origens familiares; pai (mudanças?); o ginásio no Colégio Santo Antônio, em São João Del Rey; o 1º ano do Curso Científico no Colégio Santo Antônio, em Belo Horizonte; o curso Clássico no Colégio Estadual, em Belo Horizonte ; a Faculdade de Filosofia na UFMG: a escolha e mudança influenciada pelo professor ; o avô para-jurídico: tabelião; a transição para o curso de Direito: a passagem pelo RJ; a Universidade Católica de Petrópolis; a volta para Belo Horizonte: a aprovação no Concurso para servidor do Tribunal do Trabalho; a transferência para a UFMG para cursar Direito; os empregos anteriores: o escrevente juramentado do Tribunal de Justiça; o Departamento de Compras da Belgo-mineira; comentários a respeito de nunca ter saído de Belo Horizonte; a Universidade Católica de Petrópolis; o prêmio de 50 anos de serviço público (não consideraram o trabalho na Belgo-mineira, na verdade eram 51 anos); a Faculdade de Direito da UFMG: o momento político marcante- véspera de 64; os movimentos culturais ; os eventos estudantis acadêmicos ; a participação política; os amigos ; os professores ; a participação política: amigos na UDN ; o Doutor Milton; a participação do jovem na política brasileira; a vinculação a centros acadêmicos; o Grêmio Litero-social Gilberto Freyre; a ligação com os jovens católicos mineiros (JOC e JUC); o livro Humanismo Cristão, de Jacques Maritain; o casamento jovem e construção da família; a renúncia de bolsas de estudos no exterior; o doutorado incompleto; o exemplo de Sálvio Figueiredo Teixeira, que também não completou o doutorado, mas requereu quando ministro do STJ, já próximo de 70 anos; a desimportância do doutorado, frente a valorização que era dada aos concursos; Primeiros concursos: Advocacia do Estado, Ministério Público; o afastamento em termos dos movimentos políticos; a atuação perante à UDN: participava do departamento estudantil, comícios, arruaças; renúncia do Jânio Quadros; Tancredo Neves: estudou no Colégio Santo Antônio; a saudação ao então, ministro da Justiça, quando visitou o Colégio; trabalhou contra nas eleições de 60, quando apoiava Magalhães Pinto, por ser da UDN; a maior aproximação de Tancredo do que de Magalhães Pinto; o Concurso para o Ministério Público de Minas Gerais: aprovado em 3º lugar; a nomeação para a cidade de Rio Piracicaba pelo governador Magalhães Pinto; tomou posse apenas para título e se desvinculou imediatamente; o Concurso para juiz seccional: aprovado, mas não assumiu; o retorno aos estudos: desvinculação das atividades políticas; o curso de doutorado na área privada; descoberta da vocação pelo direito público; a preferência dentre os concursos públicos: juiz; influência do pai; o exemplo do pai que o fez juiz; o juiz de cidade pequena como sacerdote; a participação nas audiências do pai; a diferença entre juiz e jurista; o juiz consequencialista; a nomeação para o cargo de Juiz de Federal de Minas Gerais: indicação de Milton Campos; a atuação como juiz federal; o magistério: UNA, PUC-MG, UFMG, visita à PUC-RJ (Joaquim Falcão); grandes questões da Justiça Federal: desapropriações ; área penal; os mandados de segurança, contra servidores públicos; o fato de nunca ter sofrido pressão da ditadura; o AI-5: conversa com Milton Campos ; carta à Pedro Aleixo; não participou da ARENA; a preocupação da influência que sua participação política poderia causar em sua vida profissional; o dilema do professor de constitucional com o AI-5; a relação da magistratura (e outras profissões do direito) e magistério; a meta do direito: fazer as pessoas felizes; os grandes ministros do STF também foram professores; as atividades atuais ligadas ao magistério; a ascensão na carreira de magistério e a carreira de professor ; a elaboração da lista pelo TFR para o cargo de ministro efetivo do TFR ; a nomeação do TFR: episódio do julgamento em que decidiu contrário aos interesses do

Estado, quando ministro substituto ; a escolha do Presidente Geisel, após alerta do Ministro do Trabalho; a ligação de sua nomeação ao momento de distensão do país e ao perfil de Geisel; o suposto convite antes da posse pelo ministro da Justiça Armando Falcão, cf, livro de memórias deste: “Mentira! Nunca pisei no Ministério da Justiça; as grandes causas do TFR: cláusulas pétreas, insupressão via emenda; as passagens pela Justiça Eleitoral : presidiu comissão apuradora eleições parlamentares de Minas Gerais, em 1974 totalizada, pioneiramente, por computador; vitória de Itamar Franco, que elogiou a implementação da contagem computadorizada feita por Velloso; a influência para a futura implementação das urnas eletrônicas nas eleições de 1995; a totalização continuou sendo usada em MG ; a atuação na Justiça Eleitoral quando ocorreram Eleições Constituintes: caso da disputa entre amazonenses (lembrado pelo Ministro da Justiça quando indicado para o STF); a “grande tarefa do cadastramento eletrônico” ; a influência na organização do Judiciário (Tribunais Superiores) na Assembleia Nacional Constituinte : criação e estruturação do STJ; as causas de competência dos tribunais superiores somente deveriam ser as relevantes, grande impacto social (repercussão geral); a Suprema Corte Americana, as mutações constitucionais e seus reflexos na Constituinte ; a Constituição de 1988 é bastante democrática; a posição do STF contra a criação do STJ e OAB a favor; os equívocos em relação a matéria de competência do STJ, não se deveriam excluir matérias constitucionais; o mensalão: trava toda a agenda do STF; o foro privilegiado para os deputados; os juizes tinham mais garantias no tempo do ministro: opinião pública, divulgação; a primeira expectativa para indicação ao cargo de Ministro do STF: auxílio a Tancredo Neves quando disputou o governo de MG e falou a Velloso que um dia seria Ministro do STF; a conversa com Ministro Carlos Madeira que falou que era o Velloso que deveria ser indicado ministro e que gostaria que ele o sucedesse, que o convidou para conhecer o Pres. José Sarney na cerimônia de posse; a nomeação de Oscar Correia, amigo pessoal de Velloso, para Ministro da Justiça - apesar de tudo isso, Carlos Madeira não se aposentou e, sendo assim, não foi nomeado, o que o fez desistir do cargo de ministro do STF; as expectativas para a vida futura: aposentadoria após assumir a presidência do STJ; a advocacia; o sonho de alcançar o STF; mais uma frustração quando surgiu mais uma vaga e Saulo Ramos indicou Celso de Mello; a indicação para o STF: eleições de 1989; influência de Rezek, que fora seu colega de faculdade, de Bernardo Cabral, então, Ministro da Justiça, e Itamar Franco; a homenagem ao STJ, os ministros que formalmente escolheram Velloso; a reação dos seus colegas à sua indicação ; o primeiro dia no STF: como conheceu o STF ; a grande emoção foi quando a nomeação se concretizou; o episódio em que tomou posse no mesmo dia de Marco Aurélio, onde sentou ao lado de Sepúlveda Pertence, que no dia em que sentou na carreira afirmou “Tinha que ser!”; o casamento da filha com o Ministro Rezek; a rotina do STF: assessores ; as sessões de trabalho; o apoio da OAB ; a mudança para Brasília: resistência inicial das filhas; a admiração pela cidade; a primeira sessão no STF : atraso do voo; a homenagem do Presidente da turma; o dia a dia no STF: trabalhava em casa para redigir, fazer voto; o gabinete tem pouca capacidade de se concentrar, sempre recebeu muitos advogados; as grandes questões do STF: questões tributárias, o que mais sensibilizou foram os casos do Collor, votou contra aquele que tinha o nomeado; a relação com Itamar Franco depois que este assume a presidência; o Plano Real: participação de jurista; papel do STF- que deve se manter afastado, assim como qualquer outro órgão do Judiciário; as sessões do STF transmitidas em TV aberta: função; a influência na atitude dos ministros; as questões que tomaram bastante tempo: ação penal governador de Pernambuco Eduardo Campos, com seu avô, Arrais, peso da denúncia para o suspeito, não aceitou a denúncia; privatizações- guerra

entre juízes, reforça necessidade de súmula vinculante; as liminares- quem cassa é somente o presidente, sua postura como presidente (Privatização do Banespa, “Cacciola”); o conflito entre Poderes: Executivo- caso Olívio Dutra (Governador Rio Grande do Sul); a Lei de Responsabilidade Fiscal; Antônio Carlos Magalhães e a CPI do Judiciário ; as principais atuações como presidente do STF: informatização dos tribunais; a urna eletrônica: apoio de ideias Jobim e FHC, José Serra. Relação com FHC; o convite para o cargo de Ministro da Justiça ; a mudança do Supremo: chegada de novos ministros no STF (Pelluzo, Ilmar, Barbosa): aprendizado dos novos ministros ; os debates; como definir o que é relevante: Supremo como corte político- importância da escolha do ministro; a Sabatina perante o Senado Federal; a atividade após aposentadoria; a mensagem do Ministro.

*Entrevista: 25/09/2012*

Fernando Fontainha – 25 de setembro de 2012, nós estamos em Brasília, são 15:18h, estamos no escritório do ministro Carlos Velloso. Essa é uma entrevista para o projeto “O Supremo por seus Ministros: a história oral do STF nos 25 anos da Constituição”. Presentes: Ministro Nelson Jobim, assistente de pesquisa Izabel Nuñez, eu mesmo, professor Fernando Fontainha e a professora Christiane Jalles de Paula, evidentemente, ministro Carlos Velloso, nosso entrevistado. Ministro, eu poderia começar nossa entrevista perguntando para o senhor o seu nome completo, a data e o local do seu nascimento, o nome do seu pai e o nome da sua mãe?

Carlos Velloso. – Perfeitamente. Meu nome é Carlos Mário da Silva Velloso, com dois “eles”. Eu nasci na cidade de Entre Rios de Minas. É uma pequena cidade, que deve ter hoje seus 18 mil habitantes mais ou menos, ali no sudoeste mineiro, no caminho de Tiradentes...

Christiane Jalles de Paula – Hum, que maravilha!

C.V. – [...] de São João del Rei e de Tiradentes. A 60 quilômetros de Tiradentes. Lá que eu nasci. Já são 76 anos. Meu pai, Achilles Teixeira Velloso. Ele gostava de dizer o seguinte: “Meu nome é Achilles, com “ch” e dois eles.” Achilles Teixeira Velloso. Minha mãe, Maria Olga da Silva Velloso. Meu pai, meu avô paterno e minha avó paterna, nasceram também em Entre Rios de Minas. Os meus Velloso vieram do norte de Minas, sul da Bahia e norte de Minas, e foram descendo. O meu núcleo foi para o oeste de Minas, Formiga e Pains, e de lá foram para Entre Rios de Minas, ainda no século XIX. E a minha mãe é natural de Diamantina, é da família Caldeira Brant, de Diamantina. Mais o quê perguntou?

C.P. – Quem era o seu pai?

C.V. – Ah, sim. Meu pai, quando eu nasci, era advogado. Com três anos e meio de idade, meu pai foi nomeado promotor de Justiça de Abre Campo, e eu me lembro que fizemos uma viagem para Abre Campo, mudando para Abre Campo, com meu pai, minha mãe, eu. Tinha três anos e meio, isso foi em 1939, no final de 1939. Eu nasci em 1936. Então, ele foi promotor de Justiça

lá, até 1946. Em 45, ele prestou concurso para juiz de direito em Minas, foi aprovado e nomeado juiz substituto de Teófilo Otoni, lá no nordeste mineiro. Então, no final do ano de 46, a família, nós fomos para a nossa terra natal, Entre Rios de Minas, e meu pai foi assumir lá a comarca de Teófilo Otoni. Depois ele foi removido – ele pediu isso, pediu essa remoção – para a cidade de Carandaí e nós todos então fomos para Carandaí, isso no ano de 1949, por aí. No final do ano, eu fui estudar em São João del Rei.

C.P. – Aonde?

C.V. – No Colégio Santo Antônio de São João del Rei[...]

C.P. – Sim.

C.V. – [...] com os franciscanos. Eu e meu irmão fomos alunos internos do Colégio Santo Antônio de São João del Rei. E eu faço muita questão de dizer que passei quase cinco anos lá no Colégio Santo Antônio de São João del Rei porque foi uma formação franciscana muito importante. Eu me lembro com muita gratidão daqueles frades franciscanos. De lá, eu fui para Belo Horizonte, no ano de 1954. Fui para o Colégio Santo Antônio de Belo Horizonte, terminar o curso, na época, científico. No final de 54, eu percebi que eu tinha vocação para o direito, queria estudar direito, então prestei concurso para o Colégio Estadual de Minas Gerais, um colégio público de excelente qualidade. É uma pena que não seja hoje o mesmo. Tinha um vestibular para entrar, e prestei o vestibular para o curso clássico, o segundo ano do curso clássico. Fui aprovado, mas o diretor, que era de Entre Rios, o professor Hilton Cardoso, ele me chamou ao gabinete e disse: “Olha, você podia voltar ao primeiro ano, porque você fez o primeiro ano científico, não tinha filosofia, não tinha latim, e você quer estudar direito. Então, volte ao primeiro ano”. Então voltei e fiz o curso clássico no Colégio Estadual. Terminei em 1957. Tive um professor, que, aliás, até era meu parente, mas era um homem fascinante[...]

C.P. – Quem era?

C.V. – [...] Arthur Versiani Velloso. Era um homem de formação germânica, doutor na universidade alemã, professor de filosofia. Ele me levou para a Faculdade de Filosofia. Eu

estava tão impressionado com as aulas dele que fui para a Faculdade de Filosofia. Mas, lá na faculdade, um dia, ele falou comigo: “Seu lugar não é aqui; seu lugar é ali”, e apontou para a Faculdade de Direito, e eu fui embora para a Faculdade de Direito.

C.P. – Além do seu pai, seu avô também seguiu carreira jurídica? Ou não?

C.V. – Ele era um... quer dizer, era um parajurídico, porque ele era tabelião. Não é bom falar tabelião porque, tabelião, parece que é rico, e ele era o contador, distribuidor e partidouro do foro, agora, de uma cidade pequena, não ganhava essas coisas. Então, não era um homem rico. Mas ele era uma espécie de rábula, isso o meu avô. Ele era então um serventuário da Justiça, e assim se aposentou. Era o distribuidor, contador e partidouro. Partidouro, o que é partidouro, na linguagem forense? É aquele que faz a partilha nos inventários. O contador é o que calcula a indenização, as custas etc., e o distribuidor é aquele que distribui a ação quando ela entra, ao juiz, ao cartório. Então, realmente, tanto meu pai quanto meu avô eram homens que trabalhavam na Justiça.

C.P. – E aí o senhor vai, termina o clássico e vai...

C.V. – Aí termino o clássico, faço dois anos de filosofia, e aí fui estudar... e fui para a Faculdade [de Direito].

C.P. – Qual faculdade?

C.V. – Eu comecei... Porque foi uma coisa interessante. O professor Velloso disse: “É lá” [gesto apontando]. Mas eu já tinha perdido a oportunidade do vestibular. Fiz o vestibular na Universidade Católica de Petrópolis e fui aprovado, fiz o primeiro ano, mas estava no Rio de Janeiro... E o mineiro gosta... Todo mineiro gosta muito do Rio de Janeiro; não é só mineiro de Juiz de Fora<sup>1</sup>, quando meu pai me faz uma carta: “Você foi aprovado no concurso para servidor do TRT, de modo que venha embora”.

---

<sup>1</sup> O entrevistado refere-se a Fábio Ferraz de Almeida, mineiro de Juiz de Fora e, que, atualmente, reside no Rio de Janeiro. Fábio estava presente no início da entrevista quando, em conversa informal, ao ouvir seu sotaque, o Ministro perguntou de onde era e iniciou-se uma conversa entre eles.



C.P. – Isso era que ano?

C.V. – Isso foi no ano de mil novecentos e... início de 60. Voltei, tomei posse no cargo no TRT, oficial judiciário PJ, não sei o quê. Assumi então o cargo e me transferi para a Universidade Federal de Minas Gerais, para a Faculdade de Direito, e lá me diplomei em direito.

Izabel Nuñez – Essa função que o senhor desempenhou foi a primeira função que o senhor desempenhou na Justiça, ministro? Ou antes...?

C.V. – Não, não foi. Eu comecei muito cedo. Logo que completei 18 anos, em 1954... Meu pai tinha... estava mantendo, estudando em Belo Horizonte, três filhos – eu, meu irmão e a minha irmã –, e eu via as dificuldades. Ele, juiz do interior, eu via a dificuldade. Então, pleiteei um emprego no fórum, de escrevente, e fui admitido, no dia 13 de agosto de 1954, como escrevente juramentado da 3ª Vara Criminal de Belo Horizonte, e lá fiquei até me... Não, não. Saí antes de tomar posse no TRT. Mas enquanto não... Entrementes, de 1958 mais ou menos, até 1960, eu trabalhei na iniciativa privada. Quer dizer, nunca parei de trabalhar, desde os meus 18 anos.

C.P. – Em um escritório, na iniciativa privada, um escritório de advocacia, ou em outra coisa?

C.V. – Não, aí já foi em outra coisa: na Belgo-Mineira.

C.P. – Ah, na Belgo-Mineira?!

C.V. – Na Belgo-Mineira.

C.P. – E aí como é que o senhor vai para a Belgo-Mineira?

C.V. – Tinha que fazer um teste, não é? Eu fui lá, prestei um teste, fui aprovado e fui admitido imediatamente. Então trabalhei na Belgo-Mineira um ano e pouco.

C.P. – Fazendo o quê?

C.V. – Eu trabalhava no Departamento de Compras. Fazia compras para a Belgo-Mineira. Foi um período curto.

I.N. – Nessa época, o senhor estudava filosofia?

C.V. – Filosofia. E já estava... É, filosofia.

C.P. – Aí o senhor vai então... O senhor sai de Petrópolis, retorna para Minas...

C.V. – Retorno para Minas.

C.P. – [...]para BH, e lá o senhor...

C.V. – Eu nunca, na verdade, deixei Minas. Nunca deixei Belo Horizonte, não. Porque consegui uma situação na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, que, aliás, é uma boa escola, é uma escola de bons...

Nelson Jobim – Na época, era frequência livre, não era?

C.V. – Era mais ou menos isso.

N.J. – Era frequência livre. Não precisava frequentar aula.

C.V. – Era mais ou menos isso, frequência livre. Então eu nunca deixei mesmo Belo Horizonte. Quando eu pretendia mesmo residir no Rio, veio o chamamento do meu pai. Mas foi um período interessante. Aliás, quando eu completei 50 anos de serviço, o ministro Jobim era o presidente, me deu uma medalha de 50 anos de serviço público, eu já tinha 51 anos de serviço. Porque aquele tempo, um ano e pouco, na Belgo, ele foi contado – reciprocidade, ou qualquer coisa assim.

C.P. – Entendo. Aí o senhor vai para a faculdade [...]

C.V. – Ah, sim!

C.P. – [...] num período importante: chegando nos anos 60.

C.V. – Foi um período importante, viu? Muito importante. Eu me formei em 63, em dezembro de 63. Em março de 64 é que eclodiu o movimento, não é?

C.P. – Mas nesse período que o senhor estava lá, tem as reformas de base, tem a renúncia do Jânio, tem a tentativa de impedimento de posse do Jango. Então, tem aí muitos eventos. Tem o final do governo de Juscelino, não é?

C.V. – Isto, é... Tem o final do governo Juscelino.

C.P. – Como é que era, um jovem universitário, de direito, neste momento? Como é que era o ambiente da universidade?

C.V. – Olha, eu tive uma participação intensa no ambiente, nesse ambiente político da universidade. Por quê? Porque o estudante do meu tempo era um estudante que participava, era um estudante que... Outro dia eu recordava, quando professor da UnB, um dia eu cheguei na faculdade e estava lá: “Hoje, forró não sei o quê, isso e tal no lago”. Eu falei: “Olha, no meu tempo, aos sábados, nós íamos para a faculdade, então, nós tínhamos lá um Centro Acadêmico...” Porque tinha o Centro Acadêmico Afonso Pena – esse era representativo dos estudantes e está lá até hoje – e o braço cultural era o Centro Acadêmico Pedro Lessa (CAPL). Esse era o braço cultural do Centro Acadêmico Afonso Pena. E nós tínhamos então reuniões aos sábados à tarde. Então, tínhamos aula de oratória, que eram ministradas por um promotor, um idealista: Alberto Pontes. Alberto Pontes era um promotor, um homem de raciocínio... de inteligência brilhante. Então, ele nos ensinava a fazer discurso. Tinha aula. Ele ministrava aquilo de graça para os estudantes de direito. E tínhamos debates. Eu me lembro bem, sobre a exploração de minérios, debates acirrados.

C.P. – Sim, porque, nesse momento, essa é uma questão muito importante. E, para um mineiro, é mais importante ainda, não é?

C.V. – Exato. Havia até um slogan: “Minério não dá duas safras”. Justamente naqueles anos, os embates com relação à Petrobras: “O petróleo é nosso.” Nós estávamos naquela fase. Eu não tinha uma posição marcada de esquerda, não. Nunca. Nunca tive, sabe? Também nunca fui... que... pode-se dizer que tenha sido de direita. Também não. Eu tinha uma posição mais de centro. E havia uns esquerdistas bravos, então, nós nos enfrentávamos.

C.P. – O Centro Acadêmico era dirigido, nesses anos que o senhor esteve lá, estudando, por quem? O senhor se lembra?

C.V. – Olha... Lembro-me: Nilson Reis... Nilson Reis, nós não éramos do mesmo partido, mas comungávamos das mesmas ideias.

C.P. – Qual era o seu partido?

C.V. – O meu partido era a UDU (União Democrática Universitária), que era também o partido do Zé Paulo Sepúlveda Pertence. O José Paulo já tinha uma posição mais de esquerda do que a minha, mas nós nos entendíamos bem. Integrávamos então esse partido, a União Democrática Universitária, e o partido do Nilson Reis era o FAR – Frente... Não me lembro mais. Aliás, eram dois partidos que se uniam, era o FAR e o ADA então, nós chamávamos de Farada. [risos] O Nilson Reis, hoje, é desembargador aposentado de Minas. Tem uma série de... Praticamente todos daquele meu tempo estão aposentados ou já morreram. Ou morreram ou estão aposentados.

C.P. – E quem eram os seus amigos nesse momento?

C.V. – Bom, eu tinha amigos na... O José Paulo era meu amigo, o José Paulo Sepúlveda Pertence, era meu amigo; o próprio Maurício Corrêa, que faleceu... Eles estavam mais adiantados do que eu; formaram-se antes de mim. Por quê? Porque antes eu fui estudar

filosofia. São tantos amigos que a gente até se esquece: esse Nilson Reis, desembargador... se tivesse uma relação...

C.P. – E os professores? Nesse momento, um professor que tenha... ou professores que marcaram.

C.V. – Sim, sim. Professores que exerceram até... que marcaram, sim. Por exemplo, eu fui aluno do Caio Mário da Silva Pereira. Me marcou muito, o Caio Mário. Eu fui aluno do Lídio Machado Bandeira de Melo, de direito penal, também, um sábio, me marcou muito; eu fui aluno do Wilson Melo da Silva, de direito civil; fui aluno de um professor que eu tinha uma grande afeição por ele, uma pessoa muito boa, que foi colega de meu pai, o José Geinaert do Valle Ferreira, o professor Valle Ferreira. Mas um amigo muito querido que eu tive na universidade, meu colega de turma, é o Orlando Vaz Filho, que era um líder político na época, da UDN. Ele era um jovem estudante, mas já... Era amigo do Carlos Lacerda, brigava com o Magalhães Pinto, porque era outra UDN, não é? Aliás, eu ingressei na UDN.

C.P. – Ah, o senhor ingressou, foi filiado à UDN?

C.V. – Fui filiado à UDN.

C.P. – Neste momento?

C.V. – Olha, isso a partir de 54.

N.J. – Com a morte do Getúlio.

C.P. – É? Com a morte do Getúlio? Ou pouco antes da morte do Getúlio? Ou depois? Porque é importante.

C.V. – Mais ou menos por ali.

C.P. – É?

C.V. – Não. Quando o Getúlio morreu, em agosto de 1954, eu já estava na...

C.P. – O senhor já estava filiado.

C.V. – Eu era do Departamento Estudantil da UDN, que tinha como presidente o Orlando Vaz. Então integrei... fui filiado à UDN no tempo de estudante.

N.J. – Em conflitos com o PSD?

C.V. – Em conflito com o PSD. Tive bons amigos na UDN. O Milton Campos, eu convivi com ele.

C.P. – E o senhor era mais próximo a essa ala da UDN?

C.V. – Era, do Milton Campos, Pedro Aleixo, Guilherme Machado, Rondon Pacheco, Franzen de Lima, Alberto Deodato. Eu era um jovem metido a besta: participava de conversa com eles, ia à casa do doutor Milton...

C.P. – E onde o senhor conheceu o doutor Milton?

C.V. – Em Belo Horizonte, não é? Naqueles movimentos. Porque ele era um homem simples, dava muita atenção aos jovens, o Milton Campos. Era um homem interessante, dava muita atenção. O José Aparecido, também, é outro que eu quero mencionar que foi meu amigo na UDN. Mas eu tive amigos no PSD, também.

C.P. – Imagino. Porque...

C.V. – O Gustavo Capanema, eu me dava com ele. Eu era um jovem metido a besta. Meus amigos eram até mais velhos do que eu.

C.P. – O senhor acha que era mais fácil, o acesso de um jovem estudante a essas grandes figuras da elite brasileira, da elite política brasileira, do que seria hoje?

C.V. – Eu acho que sim, pelo seguinte: porque os jovens participavam realmente, então eles eram... Porque participavam, os próceres...

C.P. – Sim.

C.V. – [...] do partido, políticos, davam atenção aos jovens. Eu me lembro que, na convenção da UDN, por mais de uma vez eu interpelei um grandão da UDN, em termos até, de certa forma, agressivos.

C.P. – Próprios da juventude.

C.V. – Próprios da juventude. E eles entendiam, não é? Não ficavam... Depois nos chamavam para a conversa. Participávamos intensamente.

C.P. – O senhor não chegou a ser convidado para, de repente, disputar o Centro Acadêmico ou fazer parte de diretoria?

C.V. – Eu não quis disputar, pelo seguinte: no curso clássico, no Colégio Estadual, eu participei da política estudantil e cheguei a ser até o presidente da Associação Cultural, Esportiva e Recreativa do Colégio Estadual (Acerce), do curso noturno – eu estudava à noite...

C.P. – O senhor estudava à noite?

C.V. – Eu já trabalhava. E o Zé Paulo era o presidente da Acerce diurna. E nós, do curso noturno, como tínhamos uma participação menor, éramos considerados, vamos dizer assim, de segunda classe: “A Acerce do curso noturno”, como... A de primeira classe seria a do Pertence, do José Paulo. Ele até brinca que eu era o cônsul dele à noite. Bom, então, essa minha participação redundou em quê? Em prejuízo. Eu avaliei isso, para mim. Eu achei que aquela participação me levou a estudar menos. Então, não quis participar, na universidade, de cargo, nem disputar nem nada. Participava, porém, sem ter cargos. Não cheguei então a me candidatar,

por isso, porque eu achava que podia ser prejudicial. No curso clássico – acho que esse dado é interessante –, nós tínhamos uma entidade que se chamava Grêmio Literossocial Gilberto Freyre. Nós nos reuníamos aos domingos.

I.N. – Literossocial...

C.V. – Gilberto Freyre.

I.N. – ...Gilberto Freyre.

C.V. – Então, menciono, por exemplo, Zenor Nunes Filho, que era um grande orador; Lúcio Urbano Silva Martins, desembargador, hoje desembargador Lúcio Urbano Silva Martins; José Luciano Castilho Pereira, ministro do TST. Éramos todos...

N.J. – Aposentado.

C.V. – Estão todos aposentados. [riso] José Luciano Castilho Pereira, e seguem-se outros nomes. O Betinho!

C.P. – Eu ia perguntar... Eu tenho duas perguntas para o senhor. Uma é essa, o Betinho, que vai ser uma liderança muito importante, tem uma liderança da juventude, da juventude católica...

C.V. – Foi meu colega de turma.

C.P. – Eu ia perguntar isso. O senhor tinha algum envolvimento com os jovens católicos mineiros nesse momento?

C.V. – Tinha.

C.P. – Da JUC?



C.V. – Eu comecei na JOC (Juventude Operária Católica).

C.P. – O senhor começou na JOC?

C.V. – Estou tentando lembrar o nome do padre que era... Enfim... Interessantíssimo.

C.P. – Padre Henrique Vaz?

C.V. – Não. Depois eu fui para a Juventude Universitária Católica, quando estava na universidade, aí com o frei...

C.P. – Daqui a pouco o senhor lembra.

C.V. – Rocha, é o sobrenome. E esse frei teve realmente muita importância, também, na minha formação, porque ele era um adepto do Jacques Maritain, o frei – agora mesmo digo o nome –, e ele me fez ler o *Humanismo cristão*, do Jacques Maritain, em francês, e foi...

C.P. – Uma descoberta.

C.V. – Me despertou inclusive para estudar francês. Porque, no Colégio Santo Antônio, estudávamos francês para valer, mesmo, sabe? Então eu consegui entender, mas para ler Jacques Maritain eu tive que comprar... eu tive que usar dicionário. Mas teimei e li. É muito importante na minha formação.

C.P. – O que o senhor destaca desse livro? Eu conheço. Eu também o li.

C.V. – Justamente esse comportamento... Por exemplo, eu sou adepto do capitalismo. Acho que o capitalismo constrói riquezas e é capaz de fazer felizes as pessoas – com regramento, com regulação, entretanto –, e é o que deflui, principalmente, desse livro, do *Humanismo integral*. Mas, interessante... Bom, de repente, a gente vai para um lado... não é? Eu me formei em direito e o frei sumiu da minha vida.

C.P. – Aí o senhor se afasta um pouco? O senhor se afasta da JUC? É isso?

C.V. – Eu me afastei completamente.

C.P. – Deixa de ter contato.

C.V. – Achei que aquilo não era mais para mim. Aquilo é realmente para jovem, para o jovem. Aí já tinha outras preocupações: precisava de... Me casei cedo.

C.P. – Precisava sobreviver.

C.V. – Eu me casei quando estudante.

C.P. – Ah, o senhor se casou ainda estudante?

C.V. – É. Foi muito bom, porque eu criei meus filhos, pude vê-los, e estou vendo meus netos já com 21 anos de idade, mas, de um outro lado, foi ruim. Eu, por exemplo, tive de renunciar a bolsas de estudo que eu ganhei na França porque não tinha condições de deixar o emprego. E naquela época não havia possibilidade...

N.J. – Não tinha **[inaudível]**.

C.V. – Não é? [risos] Não tinha possibilidade de ir para a França com um salário. Renunciei bolsa de estudo lá na Universidade de Lisboa, por falta de condição. O meu doutorado foi incompleto, também por isto. Tinha que trabalhar, não é? Fiz o curso... Fico até pensando, sou capaz de a qualquer momento fazer o que o Sálvio fez. Sabe que o Sálvio, o Sálvio de Figueiredo Teixeira – eu vou lembrando dos amigos, colegas de turma –, já ministro do STJ... Nós fizemos o doutorado juntos, também, mas não defendemos a tese.

I.N. – Lá na UFMG?

C.V. – Na UFMG. Sabe que ele requereu, já com quase 70 anos, com 60 e tantos anos...?

C.P. – Que bonito!

C.V. – A tese dele teve distinção. Mas doutorou-se já no... E eu perguntava: “Para que, Sálvio?”. Porque, no nosso tempo, o doutorado não era uma exigência. No nosso tempo, o importante eram os concursos que se faziam: “Fulano fez concurso para o Ministério Público, para a magistratura, passou”. Isso é que importava. Hoje já é outra... Então, o Sálvio disse para mim: “Para satisfazer uma coisa íntima”. Achei lindo...

C.P. – É bonito, muito bonito!

C.V. – [...] ele ter feito isso. Mas, por ter acumulado tantas coisas, ele, que se preparou tão bem para presidir o STJ e até ser do Supremo, teve um derrame e teve que se afastar. Também, não se pode abraçar muitas coisas ao mesmo tempo, não é? De vez em quando, fico até pensando: “Mas para que, não é? Não faz falta.” Mas então, sim, me afastei desses movimentos, prestei concurso para o Ministério Público... Mas antes tinha prestado concurso, também, para a Procuradoria, a Advocacia do Estado.

C.P. – Antes de o senhor continuar por aí, o senhor também se afasta da UDN, quando começa a prestar os concursos?

C.V. – Em termos.

C.P. – Por exemplo, na campanha de 1960, o senhor chega a atuar na campanha de 1960?

C.V. – Cheguei.

C.P. – Porque é um momento em que é [candidato a vice-presidente], na chapa Jânio, o Milton Campos. O senhor atua ativamente ali?

C.V. – Ativamente, intensamente.

C.P. – O que o senhor faz?

C.V. – Eu era do Departamento Estudantil, então, fazíamos comícios, fazíamos arruaças...  
[riso]

C.P. – E a decepção com a...?

C.V. – Até tem um juiz, um desembargador, aqui no TRF, o Carlos Olavo Pacheco de Medeiros, ele, outro dia, num discurso, lembrou que nós saímos correndo de um bairro lá de Belo Horizonte, onde fomos fazer um comício, porque nos apedrejaram, o pessoal do PTB.  
[riso] Era um bairro pobre. As pedras começaram a chover em cima de nós, eu disse: “Vamos cair fora.” O Carlos Olavo é que lembrou isso, num discurso.

C.P. – [...] E com a renúncia do Jânio, o senhor ficou muito decepcionado?

C.V. – Fiquei, fiquei. Aquilo foi uma decepção incrível. Eu não acreditava que aquilo pudesse ter ocorrido. “Não, isso é um pesadelo”, eu pensava assim, “não é possível”. Porque foi uma grande luta, não é? E o Magalhães, governador de Minas. Ele se elegeu governador de Minas. Ganhou do Tancredo Neves. Tancredo Neves foi muito meu amigo. Por quê? As coisas vão surgindo, não é? Por que ele foi muito meu amigo? Porque em 1953, ele, ministro da Justiça do Getúlio, ele vai a São João del Rei... Ele é de São João del Rei e ele estudou no Colégio Santo Antônio.

C.P. – Sim. Que é um colégio muito importante e tradicional de São João del Rei.

C.V. – Exatamente. Então ele vai visitar o colégio, uma visita programada, e o frei felicíssimo com a visita de Tancredo, o diretor... Eu já era... gostava de fazer discursinhos, na época. Eu não tinha ainda 18 anos, mas... O frei então me chama e fala: “Você vai saudar, em nome dos alunos, o ministro da Justiça, dr. Tancredo Neves.” Eu falei: “Ah, não, isso não, frei. Eu não tenho condições.” “Tem sim.” “Então o senhor me ajuda no discurso?” “Não. Isso é com você. Tem que fazer o discurso. Senta aí e pensa.” Ele era um holandês bravíssimo. Então eu fiz o discurso para o Tancredo. E a partir daí ele ficou meu amigo. Ele lembrava sempre. Eu me

lembro até como terminei esse discurso. É mais ou menos assim, a ideia: “Vossa Excelência não faltará a Minas, a Minas que nunca faltou ao Brasil.” Aí foi um mundo de palmas e ele me abraçou. Ficamos amigos. Mas trabalhei contra ele em 1960. Na eleição de 60, trabalhei contra ele.

C.P. – O senhor tinha uma boa relação com o Magalhães Pinto?

C.V. – Olha, eu vou lhe dizer que eu tinha uma relação melhor com o Tancredo.

C.P. – Do que com o Magalhães. É, porque...

C.V. – Mas eu integrava um partido. Mas eu tinha amigos na UDN: o Milton Campos, nessa época eu já convivia com ele. Com o Magalhães, é interessante, eu convivi muito pouco. Porque o Magalhães era um homem mais pragmático. Depois, quando presidente do Senado – eu já era juiz –, por mais de uma vez eu estive com ele aqui. Ele me recebeu; eu fui visitá-lo. Mas o meu relacionamento, Tancredo e Magalhães, muito mais com o Tancredo. E depois tem até um episódio... Mas isso é mais para frente que nós vamos falar, para o ingresso no Supremo Tribunal.

C.P. – E aí, então, em 64 o senhor vai começar uma carreira como promotor. É isso?

C.V. – É. Aí fiz concurso para o Ministério Público de Minas. Passei, muito bem aprovado, em terceiro lugar, e fui nomeado para Rio Piracicaba, uma cidade próxima de Belo Horizonte. O Magalhães Pinto nomeou exatamente de acordo com a classificação, e mandou me chamar...

C.P. – E não era o costume, nomear [de acordo com] a classificação?

C.V. – Não era, não.

C.P. – Não? Ou seja, os interesses, as redes...

C.V. – O sujeito tinha que ter apoio político, não é? Eu não mexi uma palha. Ele mandou me chamar e me disse: “Acabo de nomeá-lo promotor de Justiça de Rio Piracicaba”, lá no palácio. “Dr. Magalhães, muito obrigado”, e fui para casa. Mas aí eu já tinha uma pequena advocacia e tinha um cargo público, que me dava o leite das crianças. Então, tomei posse somente para... e me desvinculei imediatamente. Somente para título. Então, continuei em Belo Horizonte. Em 1966, prestei concurso para a magistratura – juiz seccional, juiz de direito –, e também, aprovado, nomeado, resolvi não assumir.

C.P. – Por quê? Pelo mesmo motivo?

C.V. – É. Porque era sempre uma dificuldade, você mudar. Eu já tinha filhos que já estudavam, então... Eu tinha uma pequena advocacia – humilde, porém, dava algum dinheirinho para sobreviver – e tinha o cargo público.

I.N. – O TRT.

C.V. – Aí eu voltei a estudar mais, nesse período.

C.P. – Estudar mais, como assim?

C.V. – Eu me desvinculei, por exemplo, dessas atividades políticas intensas. Continuei integrando, porém... Foi quando fiz o curso de doutorado e estudava para os concursos.

F.F. – O senhor lembra mais ou menos quando o senhor fez o curso de doutorado, de que ano a que ano?

C.V. – Em 64 e 65, e depois voltei... Porque eu fiz primeiramente o curso – quer dizer, não tenho o doutorado, porque o doutorado exige a tese – na área de direito privado; depois descobri que eu gostava era do direito público [risos] Você é levado, não é? Eu tive dois professores de direito civil muito bons, o Caio Mário e o Wilson Melo; tive também um professor de direito comercial muito bom – daqui a pouco falo o nome dele –, o professor Borges. Mas, realmente, a minha vocação era para o direito público. Eu fui descobrindo isso. Há um juiz em Minas que

está velhinho que exerceu uma influência, também. A gente realmente fica devendo muita coisa às pessoas. Esse juiz falou assim: “Você precisa direcionar seus estudos”, e me recomendou um livro de direito público, que foi o ponto inicial.

C.P. – Que livro?

C.V. – Pois é. Os neurônios já estão cansados. [risos] Não era assim essas coisas, não, mas era um bom... Era algo assim que...

C.P. – Um manual.

C.V. – Isso, exatamente, para o *take-off*, para a arrancada, para o passo inicial.

C.P. – Entendo. Nesse momento, o senhor está fazendo concursos – primeiro o senhor faz para o Ministério Público e depois o senhor faz para o cargo de juiz. O senhor já tinha uma preferência? Por exemplo, o senhor olhava e falava: “Ah, se o Ministério Público fosse aqui para BH, eu assumia, ou se fosse juiz aqui de BH...”.

C.V. – Assumiria.

C.P. – “[...] eu assumiria.” Tinha uma preferência, de uma coisa ou outra, uma escolha...?

C.V. – Juiz. Sempre juiz.

C.P. – Sempre juiz?

C.V. – Sempre juiz.

C.P. – Por conta do seu pai? Ou não?

C.V. – Ah, sim, aí é que está, é exatamente. Foi o exemplo dele que realmente me fez juiz. Porque o juiz, no tempo do meu pai, era realmente um sacerdote. Quer dizer, a magistratura era um sacerdócio. O juiz era um homem diferente, na cidade, na comarca.

C.P. – Mesmo em cidades grandes? Eu entendo isso que o senhor fala nas cidades pequenas.

C.V. – É, nas cidades pequenas. E eu me lembro bem de meu pai nas cidades pequenas. Depois que ele foi para Belo Horizonte, eu já era homem feito.

C.P. – Então é a memória infantil que...

C.V. – Juvenil. Porque ele me levava para o fórum. Quando eu vinha para as férias, ele me dava a mão e me levava, “vamos lá”. Tinha audiência, não é? Júri, ele me punha atrás, “senta aí atrás, porque você não pode ficar aqui, mas é bobagem isso, você tem que aprender”, e eu ficava lá assistindo ao júri. Eu gostava. Aquilo me encantava. Então, foi o exemplo dele. Mas, veja, nós morávamos numa casa... Isso em Lagoa Dourada, na comarca de Lagoa Dourada. Na porta da nossa casa... A porta dava para a rua. Essas casas antigas do interior, não é? Fazia fila, e eu ficava observando. A mulher chegava, “Doutor, meu marido me ameaçou bater, tem lá uma mulher lá e tal...”. Ele chamava o oficial de justiça: “Busca esse sujeito.” O sujeito vinha e eu... “Vou ver o que vai acontecer”, ficava de longe. Ele dava um pito no sujeito: “Eu vou saber... Te meto na cadeia, seu porcaria! Tem que respeitar a sua mulher!”, aquela coisa... Daí a uma semana, a mulher ia lá agradecer porque estava tudo bem. Quer dizer, aquilo realmente me sensibilizou muito. “Quero ser juiz, também.” E meu pai não era um grande jurista; meu pai era um juiz...

C.P. – Da prática.

C.V. – [...] comum. Que aliás, eu... Foi preciso 40 anos para descobrir que juiz não precisa ser...

N.J. – Jurista.



C.V. – Jurista, não. Aliás, o ministro Jobim falava muito no problema dos resultados, na questão dos resultados. O juiz precisa pensar que a sua decisão deve ter um resultado. Então, realmente, meu pai foi o grande inspirador. Bom, então, dentro do espírito da sua pergunta, se eu fosse nomeado promotor em Belo Horizonte, aceitaria; juiz em Belo Horizonte, aceitaria. Em 1967, o Milton Campos... Antes de 67, em 66, ele levou o meu nome ao presidente Castelo Branco para que eu fosse nomeado juiz federal em Minas. E eu fui nomeado e aceitei.

N.J. – Mas tem que esclarecer que a Justiça Federal, quando foi criada, o primeiro grupo era nomeação; depois é que vieram os concursos.

C.P. – É isso mesmo. E o senhor faz parte... Porque a Justiça Federal foi...

C.V. – Da primeira leva.

C.P. – Porque ela foi extinta em 37 e vai ser recriada em 67. Então foi...

C.V. – Em 66. Em 65, me parece que com a Emenda Constitucional 16.

C.P. – Isso. Mas só vai ser instalada em 67. É isso mesmo.

C.V. – A Lei 5.010 é de 66, que é a espinha dorsal da Justiça Federal. Então o Milton, ainda em 1966, levou o meu nome ao presidente Castelo Branco. Então, o sistema de nomeação era esse. É como o dos Tribunais Superiores: o presidente indica, vai ao Senado e o Senado aprova ou não. Aprovando, ele ratifica, nomeia. Então ele levou o meu nome. Isso em 66. Porque ele deixou o Ministério da Justiça... me parece que em 66.

N.J. – O Milton?

C.P. – Sim.

N.J. – Foi.

C.P. – Foi isso.

C.V. – É. Eu tinha 30 anos de idade. E isso aconteceu mesmo. O Milton não me contou isso, não. Isso foi contado pelo professor Orlando Carvalho, numa palestra aqui em Brasília. O presidente Castelo Branco olhou o meu currículo e disse assim: “O currículo é bom. Porém, ele é muito novo”.

C.P. – O senhor não conhecia o presidente Castelo Branco?

C.V. – Não. “Ele é muito novo, ministro.” Aí ele, naquele jeitão dele, “esse defeito, presidente, o tempo corrige”. E o Castelo aceitou. Ficou ali, porque eu só fui nomeado em janeiro de 67, e empossado em abril.

C.P. – Já pelo... O senhor vai ser empossado pelo presidente da República?

C.V. – Não. Bom, a posse foi então no antigo Tribunal Federal de Recursos, aqui em Brasília. Foi em abril de 1967.

C.P. – E já era o presidente Costa e Silva. Já tinha mudado.

C.V. – Já era o Costa e Silva.

C.P. – E o presidente estava presente na cerimônia de posse?

C.V. – Não, não.

C.P. – Não?

C.V. – Eu tenho uma fotografia deste ato. Presente estava, dos vivos, o Jarbas Passarinho. E é interessante, praticamente... Acho que todos que estavam ali... Foi uma solenidade bonita, aqui no antigo Tribunal Federal de Recursos. Ele funcionava onde é hoje o TRF. Foi uma solenidade

bonita. Está lá o Passarinho, o Jarbas, moço, assistindo à posse. Porque tomamos... Não fui apenas eu, não. Tomamos posse um grupo de juízes...

C.P. – Eu imaginei isso.

C.V. – Minas, Rio, São Paulo e Brasília. Depois os grupos se... Vieram outros grupos de empossandos. Mas aí aceitei, para ficar em Belo Horizonte.

C.P. – Aceitou e vira juiz federal. E o que o senhor fazia como juiz federal?

C.V. – Bom, eu quero dizer que foi uma fase muito importante na minha vida. Eu sempre abraço as coisas com muito entusiasmo, e abracei a magistratura com muito entusiasmo. Foi a grande... Foi o tempo da preparação. E aí, já lecionava, aumentei o número de aulas, não é? Eu lembro que a minha primeira universidade foi a UNA – o nome dela na época era Universidade de Negócios e Administração – e eu lecionava direito tributário, legislação tributária e direito tributário, ciência das finanças. Hoje... Ela existe ainda. Aliás, cresceu muito. Ela é hoje de um grupo de São Paulo, mas não pode ter esse nome, universidade, então é Centro Universitário de Negócios e Administração. É muito conceituada em Belo Horizonte, porque tenta seguir os passos da FGV, da Fundação Getúlio Vargas, naquele estilo de iniciativa privada com ensino com seriedade. Penso que continua ainda, sabe? Eu cheguei a ser vice-diretor dela. No meu tempo, era realmente uma escola muito boa. Aí depois passei, primeiramente, para... depois, para a Universidade Católica, a PUC de Minas, isso em 1968, 69, e em 1975 prestei concurso para a [Universidade] Federal. Mas logo em seguida fui eleito diretor da Faculdade de Direito da PUC. Então era um... E a Vara, não é?

F.F. – PUC de Minas?

C.V. – De Minas. Fui diretor da Faculdade de Direito da PUC de Minas. Foi quando conheci... Aliás, não. Conheci antes. Eu era professor na PUC de Minas e tive notícia de que a PUC do Rio de Janeiro estava com uma experiência de... com um currículo... currículos ajustados à realidade. Então eu propus ao diretor da nossa faculdade... Falei: “Vamos lá verificar isto.” Ele falou: “Então você... Vou baixar uma portaria e você vai em nome da faculdade lá.” Quem que

era o diretor? Joaquim Falcão. Nos tornamos amigos. Eu passei praticamente três dias ali dentro da PUC com o Falcão. E ele me recebeu muito bem. Então, hoje somos bons amigos. Começou ali. E levei para Minas a experiência da PUC do Rio. Nessa época, eu não era diretor. Quando assumi a diretoria, implantei mais ou menos o mesmo currículo da PUC do Rio em Minas, aí com uma turma de professores mais moços, sabe? Foi uma fase bonita, também, essa da PUC de Minas.

C.P. – Paralelamente a isso, há toda essa carreira de...

C.V. – Magistratura.

C.P. – De magistratura. E quais eram as grandes questões da Justiça Federal nesse momento?

C.V. – Ah, tinha grandes questões, desapropriações imensas. Até uma ficou na história, com o dr. Raul Bernardo Nelson de Senna. Raul Bernardo Nelson de Senna era o procurador-chefe da Rede Ferroviária Federal, e o governo quis fazer um ramal que saía ali da serra do... de Belo Horizonte até... me parece que Paraty, próximo ao porto, então, tinha que desapropriar, e o Raul Bernardo Nelson de Senna foi o homem que promoveu a desapropriação em nome da Rede Ferroviária Federal. Mas ele é um executivo. Só vendo!

N.J. – Inclusive, o Raul é meu sogro.

C.V. – É sogro dele [risos].

C.P. – Pode falar. Ele não está presente.

C.V. – Mas nessa época não era ainda, não. [riso] Isso foi no início dos anos 1970. Foi nos anos 1970, na primeira metade. Então... Teve um episódio até... Foi uma grande desapropriação. Primeiro, ele chegou para mim e falou assim: “Eu sei que lá na sua vara não tem condições, funcionários e tal, mas eu vou colocar aqui, então, à disposição, funcionários. E eles entram aqui sabendo que não têm que puxar para lado nenhum; é funcionário da Justiça.” Só para acomodar os processos eram quase cem volumes. E ele foi propondo acordos e foi tocando:

deferia a imissão provisória, o depósito razoável. Ele fez questão de... “Olha aqui, os depósitos são esses e tal.” Então... Olha, nós desapropriamos uma igreja! [riso] E o Dom Serafim, o cardeal Dom Serafim, que era o arcebispo de Belo Horizonte, ele é que recebeu a indenização. Mas ele falou assim: “Deixa pelo menos um pedaço da igreja”, e o Raul era tão compreensivo que o Raul chamou os engenheiros...

N.J. – Foi do PSD [risos].

C.V. – É. Chamou os engenheiros: “Não, vamos deixar pelo menos metade da igreja.” E ficou metade da igreja de pé [riso].

C.P. – Que loucura!

C.V. – Dom Serafim recebeu a indenização, o cheque, os repórteres fotografaram. Essa foi uma grande ação. Mas tive também a desapropriação – aí já a fase de execução – de Três Marias e Furnas, nessa área. Na área penal, tivemos também algumas questões – porque o juiz federal, naquela época, era tudo –, mandados de segurança contra inclusive autoridades federais, que se arvoravam com grandes poderes. Quer dizer o seguinte...

C.P. – Nesses casos, a questão era por corrupção?

C.V. – Não. Servidores públicos, por exemplo não é? Transferidos, removidos, eles argumentavam que...

C.P. – Por conta da oposição ao regime?

C.V. – Que era perseguição, não é? Eu deferi vários desses mandados de segurança. E quero dizer o seguinte: nunca sofri pressão. Só uma vez, eu achei que ia ser cassado.

C.P. – Quando?

C.V. – Foi nos anos 1970, com relação aos excedentes de medicina. Eu mandei matricular os excedentes. E diziam que o SNI estava vigilante e o juiz seria cassado. Escute só. Eu deferi. “Deixa para lá.” Vai ao meu gabinete um advogado que era do SNI com quem eu me dava, aperta a minha mão e me dá os parabéns. “A Justiça resolveu o problema.” [riso] Eu falei: “Pois é. E espalharam isso, fulano”. Como é que usam, não é? Espalharam isso. Quer dizer, para o governo foi bom, porque a Justiça resolveu, mandou matricular. Havia um preconceito: só podia formar não sei quantos médicos. Hoje, até eu acho que está certo, mas era um país que...

N.J. – De carências.

C.V. – Que despontava, com carência de médicos. Então, mas esse foi um caso.

C.P. – O AI-5 impactou um pouco a sua atuação na Justiça Federal?

C.V. – Olha, me entristeceu muito.

C.P. – Porque eu imagino que impactou.

C.V. – É.

C.P. – Como?

C.V. – Me entristeceu muito, sabe? Muito. Fiquei muito triste. Procurei então o doutor Milton e conversamos muito a respeito. Foi proposta a cassação dele, do doutor Milton.

C.P. – Sim.

C.V. – Eu tenho isso escrito, viu? Eu resolvi fazer uma visita a ele – me parece que foi em julho de 69. O AI-5 é de...?

C.P. – É de dezembro de 68, de 13 de dezembro.

C.V. – Dezembro de 68, exatamente. E ele estava doente e eu fui fazer uma visita a ele. Eu estava de férias – naquela época, eu tirava férias e ficava trabalhando, para pôr o serviço em dia – e fui fazer uma visita a ele. Ele me recebeu na biblioteca. Ele fumava muito e eu também, e ele não podia fumar, então ele... “Um cigarrinho?” Então, ficamos fumando e contando coisas, e eu tenho escrito o que ele me disse. Eu saí de lá e, para não esquecer, escrevi. E me lembro de ele ter dito isso, o nome dele. O Gaminha propôs a cassação do...

N.J. – O Gama e Silva.

C.V. – É. “Imagina, meu jovem, o Gaminha propôs a minha cassação!”

N.J. – Terrível.

C.V. – Mas o Pedro Aleixo, fui amigo dele, mandei uma carta a ele, e eu me lembro que um colega meu falou: “É loucura! Você vai mandar essa carta pelo correio?!” Eu falei: “Vou”, e fiz uma carta. O Pedro Aleixo deve ter talvez essa carta.

C.P. – O que dizia na carta, em linhas gerais?

C.V. – Em linhas gerais, eu o cumprimentava e dizia que a vida dele era uma vida de sacrifícios, mas que aquilo era mais um outro sacrifício que impuseram a ele e que ele, certamente, recebeu pensando que é um serviço prestado à Pátria. A ideia é essa. Não concordando com o que ocorreu. Fundamentalmente, basicamente, não concordando de não terem permitido que ele tomasse posse. E mandei a carta pelo correio aqui para Brasília, para o apartamento aqui, acho que na 206, por aí. A carta chegou, porque ele me fez um telegrama, me lembro bem: “Com cordial visita, agradeço...” Aquele tipo antigo, “com cordial visita, agradeço a sua...”. Não foi bem uma carta; um cartão. Eu tinha um cartão grande que eu escrevia.

C.P. – O senhor teve alguma ligação com a ARENA?

C.V. – Não, aí não. Aí eu já era... Eu já estava...

C.P. – Aí, não, o senhor, realmente...

C.V. – Aliás, até, quando eu assumi, eu fui ao doutor Milton... Antes de assumir, não é? Eu falei: “Doutor Milton, o senhor acha que essa participação minha na política pode pesar?” Queria ouvi-lo. Ele falou: “Você não teve participação política; você teve atitudes cívicas.” [risos] Gravei isso. Mas aí, não, já fiquei completamente alheio. Agora, quando veio o AI-5 – eu estava em casa, quando ouvi na *Hora do Brasil* –, aquilo me entristeceu profundamente. Porque tudo caminhava, não é? Para... O Pedro Aleixo estava redigindo um projeto de Constituição. E em 69, então, veio a Emenda nº 1, outorgada, que também me entristeceu muito. E aí eu já era professor de direito constitucional. Mas, felizmente, eu era professor de teoria geral, então, não precisava de...

C.P. – Não precisava tratar do assunto.

C.V. – Exatamente. “O AI-5, qual é o peso dele?”, um aluno perguntava. “Isso você tem que saber do seu professor de direito constitucional positivo.” Porque eu não podia fazer também... Eu não podia, primeiro, ser um embusteiro, mas não podia também fazer comício, não é?

C.P. – Sim.

C.V. – Contra a ordem vigente. Então, o tempo de militância política, o tempo do ardor pelas causas já tinha passado, já tinha arrefecido. Então, fui juiz lá em Belo Horizonte, sempre como professor. E outra coisa: sempre achei que o magistério é muito útil à magistratura, é muito útil ao Ministério Público, é muito útil à advocacia, e esses ramos da profissão jurídica são, também, muito úteis ao magistério. Por quê? Isso é uma experiência que eu vivi. Eu fui professor e juiz 30 anos, e juiz, 40 anos, não é? Pois bem, por quê? Porque o juiz, a tendência dele é formar ilhas. Ele estuda o caso concreto. Hoje é uma coisa, amanhã é outra. Ele vai estudando, então, casos concretos, aplicando o direito àqueles fatos, mas ele forma ilhas, sem um sistema. Muito bem. Já o professor, a tendência dele é o direito puro. Ele não tem contato. Se ele não tiver um laboratório – vale dizer, se ele não for magistrado, não for promotor, não for advogado –, a tendência dele, então, é o direito puro, e o direito puro não atende à sua finalidade. Porque a finalidade do direito, em última análise, é facilitar o convívio social, é



propiciar o convívio social, e eu acrescento mais uma coisa: é fazer felizes as pessoas. Sempre achei que a felicidade é uma meta do direito. E interessante que isso está na Declaração de Independência norte-americana, a busca da felicidade. Então, a magistratura é útil ao magistério e o magistério é útil à magistratura. Ele se torna um ser eclético. Ele tem um laboratório, então ele não vai se perder, como professor, em elucubrações. E, geralmente, o juiz que não é professor, ele sente que ele está fazendo ilha, então começa a elucubrar. Então, as vezes, tem uns votos muito eruditos, cita muitos autores. É aquela deficiência, porque ele não está lecionando. Os grandes juízes do Supremo Tribunal Federal eram professores: Aliomar Baleeiro, Victor Nunes Leal, Nelson Jobim... É verdade.

C.P. – O senhor sempre tem uma grande paixão pela profissão de professor, não é?

C.V. – Tenho. Acho muito importante. Se bem que hoje até estou praticamente me desvinculando, não é? Mas continuo com as palestras. Agora, na sexta-feira que vem, estou lá em Florianópolis, a convite do pessoal do Rio Grande do Sul, do TRF; depois, dia 4 ou 5, eu estarei em Londrina. Isso eu não deixo, não, sabe? Essa manhã, por exemplo... Eu vou fazer uma palestra lá sobre a igualdade como direito fundamental. Eu levantei cedinho e fiquei até praticamente meio-dia e meia lendo, quer dizer, reciclando. Que coisa boa, não é?

C.P. – É sim. Agora, como isso ajuda a sua trajetória na Justiça Federal? Porque o senhor está na primeira instância, não é? E aí, em meados dos 70, o senhor vai ser promovido. Posso chamar assim? Não sei se é o termo correto.

C.V. – Em 78. Em 1977. Bom, então, eu era juiz em Minas e fui surpreendido, em 1973, com uma convocação para o Tribunal, para integrar a banca examinadora do primeiro concurso de juiz federal, e comecei a ficar conhecido aí no Tribunal. E em 1977 eu fui convocado para servir no TFR (Tribunal Federal de Recursos), que não é o mesmo que o TRF; tinha outras competências. E eu era diretor da Faculdade, então fiquei numa dúvida imensa, se aceitava ou não a convocação, porque estava com o maior entusiasmo ali. Aí fui ao Dom Serafim, que era o reitor. Cardeal... Não era cardeal, ainda. Ele é muito meu amigo. Expliquei a ele e ele falou assim: “Sua carreira está em primeiro lugar, na magistratura. Vamos dar um jeito. Você vai, convocado, e nós vamos colocar aqui... Você escolhe uma pessoa para ficar no seu lugar

segunda, terça, quarta e quinta, e sexta você vem e trabalha o fim de semana.” Aí escolhi o professor Affonso Henriques Prates Correia, que era procurador da República e depois foi promovido até a subprocurador-geral, funcionou perante o Supremo Tribunal e quase foi procurador-geral da República. Foi um homem excepcional – culto, correto, bom caráter –, Affonso Henriques Prates Correia. Então ele ficou no meu lugar, aceitou essa incumbência. Ele era professor lá de direito tributário, na PUC. Bom, aí eu fiquei... Trabalhava aqui e ia para lá. Aí formaram as listas para titular, não é? E eu entrei na lista. E tem um episódio até interessantíssimo, sabe? Não sei se eu estou falando muito a meu respeito e...

C.P. – Não. Porque a minha pergunta era: como é que foi a formação da lista?

C.V. – Teve um episódio interessante, porque eu estava convocado aqui e o Tribunal ia fazer as listas...

C.P. – No Brasil todo?

C.V. – No Brasil todo. Fazer as listas para nomear três. Eram treze... Não, nomear quatro. Ia passar para dezessete. Depois, em 1980, veio para vinte e sete. Bom, então, na... Eu tinha um gabinete lá embaixo e os gabinetes dos ministros eram no terceiro andar. Toda tarde, no final da tarde, seis ou sete horas, passava no meu gabinete o Jarbas Nobre, o ministro Jarbas Nobre, uma figura interessantíssima, um ser humano muito rico, que tem qualidades... Até um parêntese, mas ninguém é perfeito, ele era muito fazendário. [riso] Fecha o parêntese. Isso eu falava com ele, sabe? Eu falava isso muito, por isso que eu contei aqui. Ele então passa no meu gabinete, meu amigo, senta, tomamos um cafezinho – ele ia para casa –, e aí ele tira do bolso... “Está aqui a minha lista.” E o meu nome lá, não é? E eu li e falei: “Cadê o nome do Sebastião Reis?!” “Não, eu não vou votar nele.” “Você tem que votar, Jarbas.”

C.P. – Quem votava?

C.V. – Os treze ministros.

C.P. – Os treze ministros escolhiam os outros quatro?

C.V. – É. Fariam então a lista. Escolheriam, portanto, uma lista de doze nomes, quatro listas de três.

C.P. – E aí enviavam ao presidente?

C.V. – Enviavam ao presidente e depois tinha que passar pelo Senado etc. Bom, aí eu falei: “Você tem que votar nele. Ele é amigo nosso e tal, meu amigo e seu amigo, também.” Ele ficou me olhando, assim, riscou um nome, que eu não sei quem, pôs o nome do Sebastião e falou: “Você não tem jeito! Ele vai disputar com você.” Não ia pôr o nome do Sebastião por receio: dois mineiros. Mas eu não quis. Bom, o tempo passa. Aí houve uma tentativa de tirar o meu nome, por parte do Executivo.

C.P. – O Executivo, a Presidência da República?

C.V. – É.

C.P. – Ou algum ministro?

C.V. – É. Mas não foi porque não gostavam de mim, não. Pelo seguinte... Está na hora de contar a história.

N.J. – Mas quando estava no palácio, não é? Quando os doze já estavam dentro do palácio.

C.V. – Os nomes lá.

N.J. – Desculpe. Ele tinha que escolher entre os quatro.

C.V. – Os nomes lá. Aí... Não. Eram três listas. Não eram doze; eram nove. Aí... E o Aureliano Chaves era o governador de Minas e estava dando apoio – era um homem forte junto ao Geisel –, estava dando apoio a mim e ao Sebastião.

C.P. – O senhor o conhecia?

C.V. – Conhecia. Era meu amigo. Foi da UDN, não é?

C.P. – Sim.

C.V. – Mas acontece que o pai dele, o professor Mendonça, foi a ele e disse assim: “O Velloso tem de idade o que o Sebastião tem de serviço. Você tem que definir.” Aí ele definiu pelo Sebastião.

N.J. – O Jarbas Nobre tinha razão.

C.V. – [riso] O Jarbas, não é?

N.J. – É claro.

C.V. – Bom, aí, vejam como são as coisas, hein? Viu, Jobim? [Volta o olhar para Nelson Jobim]. Quando abriram as urnas, eu tive doze votos, o Sebastião teve doze votos e o terceiro teve onze. Então, já tinham estabelecido no regulamento que a primeira lista seria encabeçada, se houvesse empate, pelo mais idoso; o segundo da lista, pelo número de votos; e o terceiro, pelo que tivesse menos votos. E depois formaram, os cabeças estabelecidos, a primeira lista, a segunda lista e a terceira lista. Cai, na primeira lista, com o Sebastião Reis, o Evandro Gueiros Leite, amigo do Geisel.

N.J. – Muito.

C.V. – O Geisel, é claro, prometeu a ele. Aí, quando o Aureliano telefona para o Geisel e diz que o apoio é do Sebastião, o Geisel falou: “Mas como? Ele está na lista do Gueiros.” Aí chamou o nosso amigo, seu amigo, também, Henrique Fonseca de Araújo, e falou... com o Armando Falcão, e fizeram um ofício ao TFR dizendo o seguinte: ao invés de nove nomes, em homenagem ao TFR, mandasse apenas cinco. Cinco nomes, para três listas, satisfazia os requisitos.

N.J. – Eram listas separadas. Tu tinhas que escolher um na lista, e os outros não podiam ser escolhidos mais.[...]

C.P. – Entendi.

N.J. – [...]Aí juntou todos os cinco e resolveu um problema político.

C.V. – É. O Henrique então – coitadinho, prestou-se a isso – levou... Era meu amigo, e eu gosto dele até... reverencio a memória dele, porque era um homem muito bom, honesto, digno...

N.J. – Direitista brutal.

C.V. – ...bom jurista, mas...

N.J. – Direita.

C.V. – Direita, não é?

N.J. – Uh!

C.V. – Mas era um homem do governo, e o governo queria então alterar a lista. Ele levou o ofício, e o Tribunal Federal de Recursos – eu presto essa homenagem àqueles homens, viu? – se reuniu... Bom, o Paulo Távara ameaçou... Está vivo aí, pode contar isso, ameaçou aposentar-se, em protesto, se o Tribunal aceitasse aquilo. Porque eles perceberam logo que era para me tirar, não é?

C.P. – E para diminuir o poder do Tribunal, também, não é?

C.V. – É. O Paulo Távara ameaçou aposentadoria, aposentar-se; o Jarbas Nobre arrancou os cabelos, lá na reunião administrativa; e o Tribunal... Peçanha, o velho Peçanha presidia. O Tribunal incumbiu o Décio Miranda de fazer um ofício, com todo o jeito, dizendo o seguinte,

que não podia alterar porque os membros daquela lista já tinham um direito subjetivo, expectativo e tal. Um ofício muito bem-feito, do Décio Miranda. E assim eu fui nomeado. Agora, vejam o seguinte: se eu não tivesse feito aquilo...

N.J. – Quem é que estava na tua lista?

C.V. – Era: eu, Américo Luz[...]

N.J. – Foi depois.

C.V. – [...]e o José Cândido. E eu tive a sorte... Isso o Peçanha que dizia: “Você teve a sorte que o vice-rei da Bahia está brigado com o Geisel.” Era o ACM, não é? “Senão você não seria nomeado.” O Peçanha dizia assim. Bom, esse episódio. Outro episódio: eu estava convocado no TFR e estava em lista e surge lá um julgamento... O Paulo Távora está vivo e pode dizer se é verdade ou não. O Paulo Távora dá um voto altamente contrário ao governo, o Amarílio Benjamin diverge, e sobra aqui para mim desempatar, não é?

C.P. – Qual era a questão, o senhor se lembra?

C.V. – Era uma questão que tirava a competência da SUNAB [...]

C.P. – Nossa!

C.V. – [...]para regular preços.

C.P. – É?

C.V. – É.

C.P. – Uau! No momento em que a economia popular era algo[...]

C.V. – Exatamente.

C.P. – [...]que estava na Lei de Segurança Nacional. Vocês foram abusados!

C.V. – Eu pedi vista. Eu me lembro que levei para Belo Horizonte. Porque estava com a sessão acho que de quinta-feira, na sexta-feira eu viajei, para poder exercer a diretoria lá, mas... Estudei o processo, a questão, e falei: “O Paulo Távara que tem razão.” Um dos ministros, eu me lembro que... Aquilo foi aquele suspense: “Como é que...?” “Vou votar com o Paulo Távara.” “Não faça isso! Não vote agora; deixe isso para depois!” Eu falei: “Não, eu vou votar.” Senão eu perco o respeito por mim, não é? Aliás, o meu pai dizia isto: “Se você um dia violentar a sua consciência, você perde o respeito por você.” E outra coisa que meu pai dizia muito: “Se você achar que está errado proclame que está errado. Deus te deu o tempo de você reconhecer.” Ele dizia isso, meu pai. Bom, eu votei. Foi aquele negócio, a imprensa noticiou e tal. Eu falei: “Não vou ser nomeado.”

C.P. – Isso o senhor ainda estava como substituto?

C.V. – Substituto, convocado. Isso foi no mês de... Já tinha passado o episódio da tentativa de alterar a lista, não é? Aí o ministro do Trabalho, que era... que tinha interesse, com o superintendente da SUNAB, era um cara louro, alto, ele esteve lá comigo no Tribunal, para dizer da importância do... Eu falei: “Ah! Muito bem. Ótimo.” E eu pensei, não falei, é claro que não, mas eu pensei: “A minha preocupação é outra; é jurídica.” Bom, aí o Geraldo Ataliba me procura, o professor Geraldo Ataliba. Ele veio aqui em Brasília... Ele: “Olha, tenho uma coisa para te contar. Eu tenho um amigo no Gabinete Civil, é um coronel que é amigo também do Golbery, e ele me contou que o ministro do Trabalho foi despachar com o presidente Geisel, acompanhado do superintendente da SUNAB, e disse que o presidente estava escrevendo, então ele falou: “Presidente, o homem que azarou o governo está em lista. O homem que azarou o governo está em lista, para ser efetivado como ministro do TFR”. Diz o Geraldo que o coronel contou para ele e que o presidente continuou, sabe? [com a mão direita simula escrever sobre o papel]. Estava anotando qualquer coisa. Quando ele repetiu, o presidente tirou o óculos, olhou para ele e disse: “Você está dizendo que o homem que... o juiz que azarou o governo, está em lista”? Ele falou: “É sim, presidente, é sim!”. Ele falou: “Pois então ele é um juiz de

verdade, e nós podemos precisar de um juiz de verdade, depois que sairmos daqui.” Encerrou a conversa. E eu fui nomeado.

C.P. – O senhor acha que essa sua nomeação tem a ver com o momento de distensão que o Brasil começava a viver? Ou seja, o fato de que a linha dura, entre aspas, como se chama, ela estava começando já a perder poder e com isso era possível, nomes que tinham uma atuação mais independente – não importa se concordassem ou não, mas que atuavam, como o senhor falou, de acordo com a sua consciência[...]

C.V. – Ah, sim, sem dúvida.[...]

C.P. – [...] pudessem estar nesses cargos?

C.V. – [...] E também a pessoa do Geisel. Eu acho que era um homem realmente virtuoso. Um servidor público militar, portanto... e Presidente da República, político, virtuoso, eu acho. Sabe que[...]

C.P. – O senhor não o conhecia?

C.V. – Não. Bom, aí então eu fui nomeado. Eu tomei posse no dia 19 de dezembro de 1977. E naquela época existiam os cumprimentos ao Presidente da República, ao Chefe de Estado, não é?

C.P. – Sim.

C.V. – Uma liturgia que existia, então, tinha o dia dos Ministros dos Tribunais Superiores, o Supremo à frente. E eu fui. Eu fui e, quando chegou a minha vez de cumprimentá-lo, eu falei: “Presidente, eu sou fulano, acabo de tomar posse...” “Eu sei”, ele riu, assim, “eu sei”. Eu falei: “Mas eu quero agradecer ao senhor e dizer que tudo farei para honrar a toga.” Ele falou: “Eu sei. O senhor vai ser um grande juiz, ah!”, com aquele jeitão dele. E me despedi e fui embora. A única vez que falei com ele foi esta. Antes, não falei. Há um livro de memórias do Falcão em que ele disse que aqueles ministros nomeados passaram por ele. Mentira. Eu não passei.



Ele não me convocou. E, se convocasse, eu ia perguntar para quê, não é? Então, aquilo que está no livro de memórias dele não é verdade. Eu nunca pus os pés no Ministério da Justiça, enquanto ele era Ministro da Justiça, o Armando Falcão. Mesmo porque ele era um sujeito ríspido e eu achava que não era um caráter tão puro, porque ele foi ingrato com o Juscelino, não é? No enterro do Juscelino, os jornais noticiaram, ele foi de uma pusilanimidade imensa. Então, eu tinha sempre uma visão muito... Então, isso que ele pôs no livro, eu achei que não devia também escrever, dizendo que não é verdade. Então, hoje estou dizendo, não é verdade aquilo; ele não falou nada comigo. Só se falou com outros. Comigo não.

C.P. – E há alguma causa importante que o senhor se lembre, quando esteve no Tribunal, na segunda instância?

C.V. – No Tribunal Federal de Recursos, não é?

C.P. – Isso.

C.V. – Eu tive algumas questões interessantes. Tive a oportunidade de sustentar, por exemplo, a inconstitucionalidade de Emenda, que na época foi considerado um absurdo. Na primeira instância, eu cheguei a sustentar essa tese. E não existiam as chamadas cláusulas pétreas de forma expressa, na Constituição. Não existia. Mas, professor de Teoria Geral da Constituição, você tem uma série de indicativos de que certas matérias são fundamentais. Foi no caso do Pedro Aleixo, em primeira instância. Porque o Pedro, ele, impedido, voltou para a cátedra, ele era professor catedrático, mas ele, me parece que sentiu uma certa... Não sei o que ele sentiu. Eu sei que ele ficou desiludido e requereu a aposentadoria. E é aquela história: a um cão danado, todos a ele. Eles negaram o benefício que ele tinha direito e ele entrou em juízo com um Mandado de Segurança. Eu julguei o Mandado de Segurança dele, e foi justamente isso, eu sustentei direito adquirido contra a Emenda Constitucional. Isso está publicado até em um livro meu. Não me lembro mais os detalhes. Foi também algo que era contra a Junta Militar, porque ele era um inconveniente, não é? Decidi a favor dele. Isso foi confirmado até no Supremo Tribunal. O TFR confirmou e depois o Supremo.

I.N. – Isso o senhor era juiz federal?

C.V. – Era juiz de primeiro grau.

I.N. – Na sua passagem ainda como juiz de primeiro grau, o senhor esteve um tempo também no TRE que também foi muito[...]

C.V. – Estive.

I.N. – [...] Como é que foi esse tempo em que o senhor...?

C.V. – Foi muito rico, muito interessante. Foi muito rico.

I.N. – Foi um tempo que o senhor também trabalhou lá em Minas, não é?

C.V. – Foi, é. Porque o juiz federal participava do TRE. Aliás, foi em dois períodos. Devia ser de 69 a 71 e de 71 a 73, mas como eu estava na direção do Foro e estava instalando o Foro, então... O presidente era o Amarílio Benjamin, ele me reconduziu, quer dizer, o Conselho da Justiça Federal me reconduziu. E, reconduzido, não podia ficar no TRE, então deixei. E voltei ao TRE em 73, de 73 a 75. Bom, lá foi uma experiência muito rica. Em 1974, eleições parlamentares, eu era do TRE e o presidente Abreu e Silva, cujo filho foi um dos advogados aí desse pessoal do mensalão aí... Aliás, ele é Promotor aposentado, o filho. Estou falando isso porque, na defesa, ele falou: “Olha, eu não sou um homem... Eu sou amigo do Pertence e do Velloso.” [risos] Bom sujeito, viu? Simples, não é? Bom, então, o Abreu e Silva, o presidente, falou assim: “Vou te indicar para você presidir a Comissão Apuradora. Você aceita?” Eu falei: “É claro que aceito” [riso]. Quanto mais confusão, melhor. Então, a Comissão foi presidida por mim e era integrada pelo então juiz de direito Ayrton Maia e pelo então juiz de direito Bernardo Figueira, Bernardo Figueira, Ayrton Maia e eu, ambas pessoas excelentes, figuras ímpares de magistrado, de magistrado e de homem. Bom, aí eu chamei os dois e falei: “Vamos fazer uma experiência?” “Qual é experiência que você quer fazer? Não inventa, não.” Eu falei: “Vou inventar. Vamos fazer a totalização pelo computador.” O que é que era computador em 74? Era um negócio fora do comum, não é?

C.P. – Sim.

C.V. – Ninguém sabia o que é que era.

C.P. – Ocupava uma sala.

C.V. – Muito maior do que isso. Da IBM. Alugamos da IBM.

C.P. – É isso. Alugaram. Onde vocês conseguiram recursos?

C.V. – Tinha recurso. Não era caro, não. Tinha recurso. E também, ela estimulava. Porque essas empresas...

N.J. – Acho que ela estava tentando...

C.P. – Já.

C.V. – Então estimulou, também. Bom, aí, “vamos fazer pelo computador”. Os dois toparam, não é? Na primeira oportunidade, eu pus no Tribunal, mais ou menos... sem esclarecer muito bem, não é? Porque senão o pessoal... [risos] “Ah, está ok, está muito bem.” Aprovou: “Vamos fazer pelo computador.” E foi a primeira experiência no Brasil, pioneira, de totalização pelo computador. Porque daqui a pouco, quando nós estivermos falando sobre o Supremo, eu vou falar sobre a urna eletrônica, que foi na minha presidência. Aquilo serviu de base. Olha, deu um trabalho imenso, Jobim. Porque foi feito sem a gente fazer nenhum teste, não é? E Minas Gerais é um país, e naquela época era um país sem estradas, e a eleição é no mês de chuva, em novembro, outubro e novembro. Olha... Quem deu uma grande ajuda foi a PM, a Polícia Militar de Minas. Eu telefonava para o comandante: “As urnas estão em tal lugar. Não tem como chegar lá e nem como sair, norte de Minas!” “O senhor pode ficar tranquilo, elas estarão lá no Tribunal dentro de 24 horas”.

C.P. – Ou seja, cada urna, em cada localidade, todas foram removidas para Belo Horizonte.

C.V. – Tinham que ser removidas para Belo Horizonte, e ali haveria, no Tribunal, a totalização. Eram eleições parlamentares.

C.P. – Sim.

C.V. – Bom, aí a coisa começou a atrasar, e lembro que o pessoal dizia para mim assim: “Ô Velloso, não é possível. É só apertar um botão e o computador dá o resultado.” Eu falei: “Não é assim, não. Eu também pensava que fosse.” E aí fui dando entrevistas, para pacificar o... O Itamar Franco era candidato a Senador, estava uma pilha. Então o Ayrton Maia que o amansava. Porque corria o boato que o SNI estava monitorando a apuração. Corria esse... Corria isso, mesmo.

C.P. – E essa foi uma eleição importante [...]

C.V. – Importantíssima...

C.P. – [...] em que a oposição ganha, não é?

C.V. – Aí, quando abrimos... Quando o Tribunal proclama... Eu proclamei, no Tribunal...

C.P. – Proclamou depois dos outros estados, Ministro?

C.V. – Não foi muito depois, não, mas [...]

C.P. – Foi um pouquinho?

C.V. – [...] É que Minas tinha uma tradição de fazer depressa, mais depressa. Aí, quando proclamamos, o Itamar Franco teve aquela vitória estrondosa. E o Tancredo não quis ser candidato ao Senado, com medo de perder. Coisas de Minas. O Itamar ganha e ganha a oposição. E foi uma vitória estrondosa, não é? O Itamar ficou meu amigo ali. O primeiro discurso dele no Senado, está lá nos anais, foi elogiando a eleição mineira, a apuração pelo

computador [riso]. Porque aí o presidente era muito meu amigo... “Você que é o pai da criança, vai agora fazer o discurso da diplomação.” Eu disse: “Está bem.”

N.J. – E não tinha vistas na época, não é? Com isso, pulou por cima das vistas, da contagem urna por urna, e trouxe tudo para dentro do Tribunal.

C.V. – Ah, sim, tudo... Mas era...

N.J. – A malandragem estava nisso.

C.V. – E era eleição parlamentar; não era municipal.

N.J. – Então, trouxe tudo para lá [...]

C.V. – Tudo para lá.

N.J. – [...] Aí desaparece a tal de... a lista em que você jogava os votos para cima ou para baixo.

C.V. – Desaparece a possibilidade de fraude. Isso é que me animou, em 94... em 95...

N.J. – Em 95.

C.V. – Em 95. A posse [no TSE] foi em 94.

N.J. – Começou em 1995.

C.V. – Eu que diplomei o Fernando Henrique. Em 1995, com o [Paulo César Bhering] Camarão...

N.J. – Eu era Ministro da Justiça.

C.V. – Você foi um parceiro de ideias. Ele foi. Aliás, essa terminologia foi dele. Conversando lá no gabinete e tal, eu propus uma série de coisas a ele e ele... “Sou seu parceiro de ideias. Sou seu parceiro.” Lembra, Jobim?

N.J. – Foi em 95.

C.V. – Em 95. Mas serviu de base. Porque eu falei: “Puxa! Fizemos isso em Belo Horizonte em 74, quando o computador era um trem, não é? Porque ninguém sabia, e deu certo, vamos fazer.” Porque em 94 houve a fraude no Rio de Janeiro, terrível, e eu dizia: “Fraude no Rio, que é o tambor do Brasil, bateu lá, retumba, a grande imprensa está lá, a Rede Globo etc. O que estará acontecendo nos estados mais distantes, não é? O que está acontecendo por aí? Então, vamos tirar a mão humana da apuração.” Foi quando pensamos na urna eletrônica.

C.P. – De 1974 para cá, nas eleições mineiras, voltou a ser usada a apuração pelo computador?

C.V. – Voltou. Porque em Minas tinha um servidor público, um servidor do TRE, Roberto Siqueira, um servidor exemplar... Esse Roberto Siqueira é cunhado... Ele morreu subitamente, recentemente. Ele era cunhado do Villas-Bôas Corrêa, o jornalista, que ficou até muito amargo no final. Porque você sabe o que aconteceu com o filho, o filho querido dele, não é? O Villas-Bôas Corrêa é filho do desembargador Merolino Corrêa. Merolino Corrêa foi presidente do TRE de Minas. Era um magistrado exemplar. Ele era cearense, mas um cearense que virou mineiro. O Merolino Corrêa é pai do Villas-Bôas Corrêa e sogro do Roberto Siqueira. Então, esse Roberto Siqueira era um entusiasta do computador e funcionário do TRE, então ele não deixou a bola cair. Então, todos que assumiam ali, mesmo que não tivesse muito entusiasmo, ele tocava para frente.

C.P. – O senhor vai ter outra atuação importante, desculpe interrompê-lo, quando vai chegar nos anos 1980, porque o senhor vai estar também na Justiça Eleitoral quando vêm as eleições de 1986[...]

C.V. – É verdade.

C.P. – [...] as eleições constituintes.

C.V. – Eu estava no TFR, de 83 a 85, como substituto, e de 85 a 87, como titular, e aí fui corregedor-geral da Justiça Eleitoral, nesse período, de 85 a 87.

F.F. – Desculpe. Se vocês me permitem, a gente precisa fazer uma brevíssima pausa para eu e Nelson nos retirarmos, mas eu vou escolher justamente esse momento porque aí já volta imediatamente da pausa na atuação do senhor como Corregedor-geral na Constituinte.

C.V. – Está bem.

C.P. – Está ótimo.

F.F. – Podemos fazer uma pequeníssima pausa?

C.V. – Vamos fazer uma pausa técnica.

C.P. – Sim, uma pausa técnica.

F.F. – Uma pausa técnica.

#### [INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

C.P. – Vamos retomar. Então, estamos retornando da nossa pausa e, Ministro, nós queríamos retomar na mesma questão que estávamos antes, sobre a sua participação na Justiça Eleitoral. Nós temos aqui uma informação que, em 85, o senhor já como ministro efetivo do Tribunal Federal de Recursos, o senhor vai servir junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

C.V. – É verdade.

C.P. – Queria saber como é essa sua ida para o Tribunal Superior Eleitoral e o que o senhor acaba um pouco fazendo nesse momento em que o senhor está exercendo essa função.

C.V. – Bom, em 85/87, então, tivemos as eleições para a Assembleia Constituinte em 86, não é? [...]

C.P. – Em novembro de 86.

C.V. – [...] e também as eleições municipais, não é?

C.P. – Em 1985.

C.V. – Não? Junto com a eleição dos parlamentares, eu acho. Não?

C.P. – Pode ser.

C.V. – Acho que sim.

C.P. – Pode ser. Depois da Constituinte é que vai separar, não é?

C.V. – É, depois é que vai separar. Então, me lembro que tivemos alguns casos interessantes de TREs. Eu era o diretor... o corregedor-geral da Justiça Eleitoral. Porque a corregedoria era sempre de um ministro do TFR, como hoje a Corregedoria é de um ministro do STJ e a presidência é do Supremo, não é? E eu me lembro de um caso que foi muito... que foi interessante. Havia dois grupos que brigavam, no Amazonas: um, liderado pelo Arthur Virgílio; outro, pelo... Ele era governador do estado... Possinho<sup>2</sup>, como é que é?

C.P. – Amazonino Mendes?

C.V. – Não, não. O Amazonino é discípulo dele. Ora! Conhecidíssimo. Bom, agora mesmo me lembro, são os brancos, não é? Então havia uma disputa feroz lá em Manaus, entre o grupo do Arthur Virgílio e o grupo do Governador. O grupo do Governador era liderado pelo Bernardo

---

<sup>2</sup> No momento da conferência de fidelidade a equipe imaginou tratar-se do Governador Gilberto Mestrinho (1983-1987).



Cabral, que parece que era candidato, também. O certo é que o TRE ficou em situação difícil lá, face aos conflitos. Então o presidente do TSE... Houve uma reunião... “Olha, parece que isso é caso do Corregedor”, e eu então... Eu me lembro... Eu falei: “Eu vou, sim.” Mas estava uma briga feroz lá, uma luta feroz, e eu falei: “Eu vou, mas eu preciso da companhia de um subprocurador-geral da República, e eu gostaria que fosse...”, que servia lá, também... Porque o procurador-geral era o Pertence. O procurador-geral da República e então procurador-geral Eleitoral era o José Paulo Sepúlveda Pertence. Então, o Pertence presente, eu sugeri o nome do Aristides Junqueira Alvarenga, que era subprocurador-geral. Ele falou: “Já está designado.” Então, viajamos para Manaus, eu e ele, chegamos lá de madrugada, meia-noite e tanto, e no outro dia... Eu já tinha assentado uma reunião no TRE pela manhã, me reuni com os juízes, vi os problemas... E o Presidente dizia: “Olha, não tem jeito aqui, a briga está feroz, e eles entram até no Tribunal durante a sessão e enfrentam o Tribunal.” E o Presidente era um homem humilde. Então, eu imediatamente convoquei uma reunião dos dois grupos. Eu falei: “Vamos fazer essa reunião no Tribunal do Júri do Fórum. Vamos fazer lá.” Então, me reuni com eles antes e falei: “Primeiro eu vou me reunir com o grupo do Arthur Virgílio.” Fechei as portas, eu e o Aristides, e falei: “Me esclareçam o que é que há.” Aí um falava, outro falava, e o Aristides tomando nota de tudo. Aí, quando chegou a minha vez de falar, eu os conclamei, homens civilizados, o Dr. Arthur Virgílio, diplomata... Ele é do Itamaraty, não é? Ele é diplomata de carreira, é um homem culto. Notei que eles ficaram sensibilizados. “Agora eu vou me reunir com o outro grupo.” Aí eles falaram, falaram, e eu também os conclamei, conversei com eles e vi que eles estavam sensibilizados, pacificaram, não é? Aí eu falei: “Agora vamos reunir os dois grupos juntos”. Aí confraternizaram e confraternizamos e encerraram-se as brigas e foi tudo bem. Assinei um termo de acordo...

C.P. – De compromisso.

C.V. – De compromisso. Fizemos uma carta de intenção lá, e quem redigia era o Aristides, viu? [riso] Porque nós não queríamos participação de ninguém de fora. Pois bem. Aí pacificamos, vim embora e tal. O tempo passou... E por que é que eu conto isso, também? Porque, quando eu fui indicado para o Supremo, o ministro da Justiça era o Bernardo Cabral.

C.P. – Sim.

C.V. – E tínhamos nos tornado amigos. Ele dizia: “Você já pensou se você não tivesse tido aquele comportamento que teve? Hoje eu ia...”

C.P. – O mundo dá voltas, não é?

C.V. – É. Então eu sei que ele me ajudou na indicação para o Supremo. E nos conhecemos assim. O Arthur Virgílio é outro grande amigo meu, hoje. Quer dizer, ambos ficaram grandes amigos meus.

C.P. – Além do Amazonas, aí como corregedor, nessa eleição de 1986, alguma outra...?

C.V. – Teve o Rio de Janeiro, também.

C.P. – O Rio já tinha, nessa eleição, os holofotes todos. Porque em 1982 tinha sido uma eleição complicada, por conta do Proconsult.

C.V. – O Proconsult.

C.P. – Como é que foi? Isso chegou a...?

C.V. – Aí não tínhamos computador, ainda, não; era aquela apuração normal, em papel...

C.P. – Manual.

C.V. – Manual. Teve alguns problemas, fui lá e tal, conversei... Quem era o presidente? O presidente era um conhecido desembargador, um homem ilustre. O certo é que essas foram... Mas foi tudo normal. Agora, antes da eleição, tivemos a grande tarefa do recadastramento eletrônico, e isto devemos à fibra do então Presidente, Ministro José Néri da Silveira. Ele foi um homem determinado: “Vamos recadastrar todos os eleitores brasileiros.” E eu dizia: “Mas, Presidente, a eleição é no ano que vem, e já estamos no final do ano.” “Mas temos que fazer.” Pois fizemos. E por conta da corregedoria ficava uma grande responsabilidade do

recadastramento, porque todas as dúvidas, a corregedoria tinha que resolver. E recadastramos, em tempo recorde, todo o eleitorado brasileiro. Quer dizer, implantamos... E volto a dizer, a fibra do presidente Néri, porque ele... Era um risco muito grande, porque se... Nós estávamos inutilizando o que havia, fazendo uma coisa nova, e se não terminasse até as eleições? Bem antes das eleições, tinha que ser. Mas viajamos muito por esse Brasil, sabe? Surgiam problemas, dúvidas em um TRE, corríamos lá. O certo é que o recadastramento foi feito, e nós temos o maior cadastro do continente. E é, realmente, algo muito importante, porque um eleitor que se inscrever no Amazonas e viajar para o Rio Grande do Sul e se inscrever lá também, ele vai ser chamado a se explicar, porque isso vai bater... Aliás, eles chamam de batimento, os técnicos. Isso vai bater no computador central do TSE. Então, em tese, ele cometeu um crime: se alistou duas vezes. Isso foi muito bom. Esse recadastramento foi um grande passo para evitar a fraude e, portanto, tornar mais limpa as eleições e mais legítima, portanto, a representação. Então, isso que eu me lembro mais da minha passagem pelo TSE nas eleições da Assembleia Nacional Constituinte de 86/87.

C.P. – Foi em novembro de 86, o período da eleição, e a posse, em fevereiro de 87, dos novos constituintes.

C.V. – É isso aí.

C.P. – Aí eu queria entrar na Constituinte. Porque a Justiça Federal vai fazer um *lobby*, no sentido positivo da palavra, de ser um grupo de pressão de interesse, durante a Assembleia Nacional Constituinte, principalmente pela criação do Superior Tribunal de Justiça, que acaba sendo criado. O senhor chegou a participar dessa organização da articulação?

C.V. – Olha, eu cheguei a escrever, ainda como juiz federal em Minas, propondo uma reforma, em que eu sugeria a criação de três Tribunais Superiores. Este trabalho, de certa forma, serviu de base ao trabalho da Assembleia Nacional Constituinte. Isso me foi dito pelo Sepúlveda Pertence. Porque o Sarney... O Sarney não... Foi o Sarney. Ele designou uma comissão, chamada de notáveis... Lembram-se?

C.P. – Sim. Presidida pelo senador Afonso Arinos.

C.V. – [Presidida pelo] Afonso Arinos. E o Pertence era um dos integrantes e ao Pertence coube justamente essa parte do Judiciário. Então ele dizia, naquele jeitão prático dele, ele dizia o seguinte: “Carlos Mário...” Lá em Minas eu sou Carlos Mário; da mesma forma que ele é José Paulo. [risos] Aqui é que eu virei Velloso, e aqui ele virou Sepúlveda Pertence. Mas então ele disse o seguinte: “Você propõe três Tribunais. Então, eu proponho um só, com os três dentro, porque aí o chefe da garagem é um só; é só um assessor, não vai ter um punhado de assessores.” “Você tem razão, Pertence. É isso mesmo.” Agora, o STJ que eu propus, quer dizer, os três no STJ, que estão na ideia original, é um pouco diferente, porque o STJ, então, ele tem três seções: Direito Público; Direito Privado; Direito Penal e Previdenciário, mas acontece que só tem uma corte especial, só tem um órgão especial, quando cada seção devia ter autonomia. Isso é importante, porque cada seção decidiria a matéria constitucional que tem que ser por maioria absoluta, por todos os membros do Tribunal ou por órgão especial. Então, a Seção de Direito Público teria autonomia; a Seção de Direito Privado teria autonomia; a Seção de Direito Penal e Previdenciário, eles puseram também, teria autonomia. Quer dizer, seria muito mais ágil.

C.P. – Sim. Entendi.

C.V. – Então ficou a ideia original de um Tribunal Superior... de três Tribunais Superiores dentro de um só Tribunal. Porém, não deram às Seções a autonomia que seria necessária para tornar mais ágil o Tribunal. Ele foi imaginado, o STJ, participei também dessa imaginação, dessa criação, em termos de idéia, pensando na Corte de Cassação italiana e pensando na Corte de Cassação francesa. Porque a Corte de Cassação italiana tem cerca de trezentos conselheiros [...]

C.P. – Uau!

C.V. – [...] a Cassação italiana, e a Cassação francesa tem cento e tantos conselheiros.

C.P. – Nossa!

C.V. – Mas os conselheiros estão divididos em salas, com autonomia. Eles só se encontram [...]

C.P. – Eventualmente.

C.V. – [...] eventualmente e no Dia da Independência, para cantar o hino nacional. E era assim que nós pensávamos que devia ser o STJ.

C.P. – Isso era um consenso, dentro do Tribunal Federal de Recursos?

C.V. – É, entre aqueles que estudavam a questão. Agora, uma coisa interessante: mais no final, o Tribunal Federal de Recursos começou a reagir... Porque ele seria extinto.

C.P. – Sim.

C.V. – Então, alguns ministros ficaram *horrorizados* com aquilo: “*Mas extinção?!*” Eu me lembro que o Sarney, isso já votada a [...] já estabelecido, o Sarney, o presidente, ele foi visitar o STJ, o TFR, no antigo TFR, e o discurso dizia, protestava, contra a extinção. Eu me lembro que o Sarney falou: “Não, mas esse tribunal vai se tornar um tribunal maior.” Mas então, teve um setor do TFR que *ficou ...* contra!

C.P. – Que a percepção não era que seria um tribunal maior...

C.V. – É...

C. P. - Mas que *seria o fim* do Tribunal?

C.V. – Seria o fim. Exato. Não estavam percebendo. Um pequeno setor lá. *Inclusive... Não!* [levanta a mão direita com a palma aberta]. Convém nem mencionar nomes [riso]. Porque...

C.P. – Mas é possível contar sem mencionar o nome?

C.V. – Pode. Mas protestou junto ao então presidente Sarney. Protestaram. E o presidente Sarney teve essa expressão: “*Não, mas o Tribunal vai se tornar um Tribunal maior, de maior expressão.*” E se transformou mesmo. Então, hoje, o que eu penso que deve ocorrer no STJ? Tornar essas seções autônomas. O Tribunal só tem uma cabeça, o presidente, com três salas autônomas. Autônomas para quê? Para decidir em definitivo, aquelas questões próprias da seção. Autonomia funcional, portanto, sem deixar de ser o STJ [faz círculo com a mão direita em frente ao corpo]. Dentro do STJ, as seções que já tem, já tem três seções lá, mas falta conferir a essas seções, na minha opinião, a meu ver, a autonomia funcional, para encerrar em definitivo as questões ali.

C.P. – Essa... Minha ignorância por não fazer parte do campo do direito. Então, uma cientista política falando. Não há um risco, nessa sua ideia, de que não se encerre nas câmaras e isso venha para o órgão especial? Ou seja, que, na verdade, se crie...?

C.V. – [...] Não, mas cada uma dessas seções é um órgão especial, é definitiva.

C.P. – Sim. Então, não teria nunca um encontro de todos?

C.V. – Não.

C.P. – Nunca? Entendo. Agora eu entendi.

C.V. – Todos se encontrariam para cantar o hino nacional, nos dias de festa, como ocorre na Cassação italiana e como ocorre na Cassação francesa.

C.P. – Tá! Entendi agora.

C.V. – Quer dizer, haveria uma... ganhar-se-ia tempo. Era uma forma de evitar essa famosa lentidão processual. E essas seções podiam se expandir. Amanhã, ou hoje, chega-se à conclusão de que a matéria tributária e previdenciária já ganhou... tem um número tal de recursos que justificaria a criação de uma quarta sala. Então, as salas poderiam ir sendo criadas de

conformidade com necessidades, estudos científicos, claro, a respeito, estatísticas. Então eu penso que isso poderia ocorrer no STJ. E a Constituição deixou isso em aberto, né?

C.P. – É?

C.V. – Deixou. Porque ela disse: “O *mínimo* de trinta e três. O STJ terá o *mínimo* de trinta e três ministros”, quer dizer, a lei pode alterar.

C.P. – E ampliar.

C.V. – É. Porque fala “o mínimo de trinta e três”. Pode ampliar. E, também, não sou muito favorável à ampliação, criando-se cargos, não, viu?

C.P. – Sim.

C.V. – Eu acho que mais importante é racionalizar. Sempre sustentamos a tese de que no Supremo Tribunal deveria existir, aquilo que a Suprema Corte norte-americana tem, que é a possibilidade da escolha, em razão do interesse nacional. Porque a Suprema Corte não... Não é compatível com a Suprema Corte julgar questões que interessam a meia dúzia de pessoas; ela tem que julgar questões que interessam a milhões de pessoas. E é assim na Suprema Corte desde os anos trinta, quando eles estabeleceram essa possibilidade, quer dizer, esse pressuposto do recurso de Suprema Corte. E ganhamos, com a Emenda Constitucional 45, a repercussão geral, que é mais ou menos isso que tem na Suprema Corte norte-americana. Já tivemos a redução de cerca de 70% do número de recursos extraordinários no Supremo Tribunal.

C.P. – A criação do Superior Tribunal de Justiça, também, não foi uma tentativa que isso acontecesse, que [...]?

C.V. – Foi também.

C.P. – Que o infraconstitucional ficasse com [...]?

C.V. – Mas o Superior não tem, ainda, essa possibilidade de... quer dizer, de conhecer apenas, somente de questões cuja *matéria* discutida tenha repercussão geral, no campo jurídico, no campo econômico. É claro que uma matéria que diga respeito a juros fixados pelo Banco Central, isso tem um interesse, uma repercussão geral. Isso interessa a milhões de brasileiros.

C.P. – Sim.

C.V. - A Suprema Corte tem uma questão interessante. Veja como é importante isto, a possibilidade de ela escolher. O aborto, tão noticiado, a Suprema Corte já há anos que admitiu a possibilidade do aborto. Isso surgiu num caso concreto.

C.P. – Sim.

C.V. - No Texas, uma jovem engravidou, queria fazer o aborto, a lei texana não permitia, ela foi à Justiça texana, a Suprema Corte do Texas indeferiu. Então, ela recorreu à Suprema Corte. Quando a Suprema Corte foi examinar, a criança já tinha nascido, e a Suprema Corte o que fez? Normalmente, diria: “Está prejudicado”, não é?

C.P. – Sim.

C.V. - Processualmente falando. Ela falou: “Não. Essa ação não está prejudicada porque ela não interessa à fulana; ela interessa a milhões de mulheres norte-americanas”. Então, ela é uma *class action*, uma ação coletiva. E conheceu e decidiu pela inconstitucionalidade da lei do Texas que proíbe o aborto, no sentido de que o aborto pode, sim, ser feito. A mulher é dona do seu corpo até certo período da gestação. Foi uma repercussão imensa no mundo, que o nosso Supremo, agora, está até examinando e se inspirando. Só conseguiu isso por quê? Porque a Suprema Corte tinha essa faculdade de escolher.

C.P. – Agora, tem uma questão filosófica aí, porque o que define o que é coletivo? Ou seja, a Suprema Corte americana, ali, ela também poderia ter tomado a decisão de que isso era uma questão que só dizia respeito àquela mulher. O senhor concorda comigo?



C.V. – Sim.

C.P. – E que naquele... Eu concordo com o senhor, nesse momento, quando toma a decisão de que é coletivo... A pergunta é: o que é que faz um grupo de indivíduos, os juízes, num determinado momento, optarem: “isto é coletivo” e “não, isto não é coletivo”?

C.V. – É que a Corte Suprema é muito atenta ao que a sociedade americana está pensando.

C.P. – Se a gente trazer para o Brasil, também é a mesma coisa?

C.V. – Pode ser.

C.P. – Ou seja, quais são os temas de repercussão geral que a gente...?

C.V. – Pode ser. Agora, veja só, é que a... nós, latinos, nós gostamos muito de fazer lei, nós gostamos muito de fazer Emenda Constitucional. Isso é do latino; não é do brasileiro, não. O latino é assim. Os latinos são assim. Já os anglo-saxões, os ingleses, os americanos, principalmente... Eles, principalmente. Aliás, vamos situar: anglo-americanos, anglo-saxões, menos a Alemanha. Porque a Alemanha também é romanística... O sistema é romanístico-germânico. Eles têm muito do romano, os alemães. Então, a Suprema Corte... a Constituição norte-americana tem 27 emendas só, e tem mais de 200 anos. Ela é de 1787. Muito bem. Será que ela só tem 27 emendas? Será que aquela Constituição, feita no tempo das diligências, ela serve de base para uma administração que está mandando uma nave a Marte e mandou um homem à Lua? É que a Suprema Corte... As emendas, lá... As *mutações constitucionais* são feitas pela Suprema Corte. Uma vez eu estive na Suprema Corte norte-americana e me mostraram, na biblioteca, uma estante com uns livros parecidos com aqueles ali, *dourados*, né? Uma estante imensa: “Aqui são decisões a respeito da Constituição norte-americana.” São emendas. A Suprema Corte norte-americana, durante algum tempo, decidiu que o imposto de renda seria inconstitucional. Depois decidiu que era constitucional. Mudou o texto? Não. Mudaram as circunstâncias. Mudou-se a Constituição real. O que é a Constituição real? É a Constituição que se assenta na realidade econômica, na realidade histórica, na realidade religiosa, e por que não, na sociologia, não é? Nas realidades da vida de uma nação, da vida de

um povo. No momento em que a Constituição jurídica se desassocia dessa Constituição real, substancial, material, ela vira aquilo que já se disse: mera folha de papel. E a Suprema Corte americana faz isso com muita perfeição. Já cometeu erros. Já cometeu erros, é lógico. O homem não é infalível.

C.P. – Sim, é claro.

C.V. – Ela, por exemplo, deu causa à Guerra da Secessão. Mas os americanos sempre pagaram o preço: “*Não, continua*”.

C.P. – Essa questão é debatida, no período da Assembleia Nacional Constituinte, no Brasil, com referência à qual o papel, por exemplo, do Supremo Tribunal Federal e qual é o papel do Superior, ou seja, na tentativa de criar o Superior, de transformar...

C.V. – Foi...

C.P.- [...] de dar uma nova feição?

C.V. – Foi sim. E a Constituinte teve a sorte de ter ali constituintes, deputados constituintes, parlamentares constituintes, de conhecimento jurídico, não é? E até os que não eram advogados. Por exemplo... que foi governador de São Paulo e teve um papel saliente na Constituinte...

C.P. – Mario Covas.

C.V. – Mario Covas. Ele tinha assessores do melhor nível. Um deles era o professor José Afonso da Silva.

C.P – Sim.

C.V. – Que foi assessor da Constituinte, quer dizer, levado por ele, Mario Covas. E outros. O Siqueira Castro, um notável advogado hoje, ele era subprocurador-geral da República na época,

mas sempre foi um constitucionalista de escola, formado em Yale e na Harvard, o certo é que ele... *Ele* foi quem, o Siqueira Castro... Eu até estou acentuando, *foi ele*, porque alguns dizem que fui eu. Não fui, não. Foi ele que fez incorporar à Constituição brasileira uma conquista notável, que é o devido processo legal em termos substanciais. Isso tem consequências assim: a lei tem que obedecer ao princípio da razoabilidade e tem que obedecer ao princípio da proporcionalidade, se não ela é inconstitucional, e se ela é escancaradamente injusta, da mesma forma. O devido processo legal em caráter substancial, que a Suprema Corte americana construiu no início do século XX.

I.N. – Desculpe interrompê-lo, mas o senhor participava desses debates? Como é que o senhor...?

C.V. – Tentando participar, de alguma forma, junto a constituintes amigos. Por exemplo, o Bernardo Cabral, que era o relator-geral, eu tive muitos encontros com ele; o Pimenta da Veiga...

C.P. – E o senhor levava demandas da Justiça Federal?

C.V. – Essas ideias, assim... Mas isso já veio da... Essa ideia do Superior Tribunal já veio da comissão de notáveis. Já teve o dedo do Pertence, na época, que integrava e era o Procurador-Geral da República. Então eles já receberam aquilo com aquele prato pronto. Mas aquilo foi trabalhado muito lá, com muitas Emendas. Realmente, tive então essa participação junto a esses constituintes que eram pessoas da minha relação...

C.P. – O Bernardo...

C.V. – ...Bernardo Cabral; Pimenta da Veiga; o Mario Covas, através do professor José Afonso da Silva. Porque eu não tinha amizade com o Mario Covas, senão admiração, sempre o admirei muito. Então, o José Afonso era assessor dele. O Siqueira Castro se comunicava muito com o José Afonso, também. Então foi uma... Aliás, eu costumo dizer que essa Constituição é a mais democrática das Constituições que tivemos. Você chegava um dia lá, estava índio dançando, com as propostas; no outro dia eram os sindicalistas, os sindicatos, na rua e fazendo até arruaça

lá dentro, com as reivindicações; no outro dia eram os servidores públicos. Então, houve realmente um debate. Os setores da sociedade, praticamente todos se manifestaram.

I.N. – Os juízes federais, inclusive, tem um livro que conta um pouco da manifestação dos juízes federais em prol da criação do STJ. Como é que foi isso? O senhor lembra desse dia?

C.V. – Bom, então eu retorno a esse meu trabalho original. Eu era juiz federal, quando fizemos a proposta da criação desses tribunais que substituiriam, seriam sucessores do antigo TFR. Exatamente o STJ. Só que falávamos em mais de um, não é? E o Pertence falou: “Não, vamos juntar isso em um tribunal só. Fica mais barato.” De fato. Mas se esqueceram de dar autonomia para as salas, para as seções.

I.N. – E durante a Constituinte, o senhor se recorda de alguma movimentação em prol desse projeto? Ou foi mesmo mais essa construção intelectual?

C.V. – Aí eles já tinham o prato, não é?

I.N. – Claro.

C.V. – O Supremo da época ficou contra, não é? Ficou muito contra.

I.N. – [Ficou contra] a criação do STJ?

C.V. – É. Vocês vão ouvir alguns...

I.N. – Quais eram os argumentos, Ministro?

C.V. – Eles achavam que iria esvaziar o Supremo Tribunal. O Néri estava lá nessa época; o Moreira Alves... Mais quem? Acho que o Néri e o Moreira Alves, só. Paulo Brossard veio depois.

C.P. – Mas perderam a queda de braço, não é?

C.V. – Perderam a queda de braço.

C.P. – Nesse sentido, os juízes federais conseguiram articular de maneira mais eficiente do que o Supremo.

C.V. – Mas não foram somente os juízes federais, não.

C.P. – Não? Havia outros...?

C.V. – [Também] os advogados.

C.P. – Outros ramos do campo jurídico também...

C.V. – Ah, sim.

I.N. – A favor do STJ.

C.V. – A OAB, na época. Foi muito forte.

C.P. – Com o Márcio. A OAB, com o Márcio.

C.V. – Quem é que era o presidente?

C.P. – Era o Márcio.

C.V. – Era o Márcio?

C.P. – Era o Márcio Thomaz Bastos, o presidente do Conselho Federal [da OAB].

C.V. – Então, com ele, Márcio Thomaz Bastos. A Ordem foi muito favorável, e associações de advogados. Por quê? Porque o Supremo, com onze ministros, fazendo o trabalho do STJ e mais

o dele, imaginem hoje se seria possível. Só que criaram, fizeram o STJ, acertadamente, porém, esqueceram de dotar o STJ de outros mecanismos. Por exemplo, hoje, o STJ não aprecia matéria constitucional. Eu acho um erro. Como são um erro, certas competências do Supremo Tribunal Federal.

C.P. – Tipo...

C.V. – De direito comum. Olha, isso que o Supremo está fazendo agora, isso é arrasador. Está ótimo o comportamento do Supremo, eu acho...

C.P. – O senhor está falando do julgamento do chamado Mensalão?

C.V. – Esse julgamento aí, do Mensalão. Mas o Supremo está parado já... Agosto, setembro e vai para outubro parado. Quantos e quantas questões importantes, ações diretas de inconstitucionalidade, arguições de descumprimento de preceito fundamental, recursos extraordinários estão parados. Então, na minha opinião, o Superior Tribunal de Justiça faria o contencioso, também o contencioso constitucional, como o TST faz, como o TSE faz, e haveria o recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, porém, em duas hipóteses apenas: no caso de ser declarada a inconstitucionalidade, pelo STJ, de uma lei ou de um tratado ou no caso de o STJ decidir contrariamente a uma decisão sobre matéria constitucional já estabelecida pelo Supremo. E essas competências de direito penal, isso não devia existir. Esse tal foro privilegiado só deveria existir para o Presidente da República, para o Presidente da Câmara, para o Presidente do Senado, para o Presidente do Supremo. E os demais? Os demais, o juiz natural é o juiz de primeiro grau, como é nos Estados Unidos. Por que nós temos isso aqui? Porque nós fomos império, e a característica da monarquia são as honrarias, são os privilégios. A república, a característica é a simplicidade, é a igualdade. Por que o parlamentar precisa ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal? E nunca foi assim na história republicana brasileira. Nunca foi assim. Sabe quando se estabeleceu esse foro privilegiado para parlamentares no Supremo Tribunal?

C.P. – Não.

C.V. – Com a Emenda Constitucional nº 1, outorgada pela Junta Militar.

C.P. – Eu imaginei.

C.V. – É.

C.P. – Porque precisava proteger aqueles que apoiavam o regime.

C.V. – Mas sabe por quê? É que a Junta... Quer dizer, quem elaborou a Emenda nº 1, entendeu que deputado não podia ter imunidade, quando falasse mal dos militares ou cometesse crime de difamação, calúnia e injúria. Então... “Nós vamos alterar. Não vai ter imunidade parlamentar. Porém, vocês só poderão ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal.”

C.P. – Não era porque, nesse momento, havia a tese, em parcelas do governo, que o Supremo era favorável ao regime?

C.V. – É, realmente, havia quem pensasse assim.

C.P. – Porque a primeira instância, em muitos momentos, ela... Principalmente, mas não só. A Lei de Segurança Nacional não fala só sobre perseguição; fala sobre economia popular... Têm outras questões que são importantes: corrupção... Não é só a questão da oposição ao regime. Mas, muitas vezes, a primeira instância, ela decidiu contra. O senhor mesmo contou aí um caso que o senhor também teve, contra. De repente, é mais fácil controlar doze ou treze...

C.V. – Agora, os juízes tinham mais garantias, no meu tempo, eu acho.

C.P. – Sim. O senhor acha?

C.V. – Acho.

C.P. – Como assim? Explique-se.

C.V. – Mesmo no regime militar.

C.P. – É? Explique-se.

C.V. – Hoje, os juízes são muito perseguidos. Os juízes viraram bola da vez. Então, hoje, o que é lamentável, mas está ocorrendo, os juízes, não todos, é claro, mas uma boa parcela, estão intimidados.

C.P. – Mas por quem?

C.V. – Porque podem ser acusados de estarem agindo em conluio. Por exemplo, quantas vezes o juiz precisa despachar, mandar levantar uma certa importância depositada em juízo. Hoje, muitos juízes não fazem isso.

C.P. – Por quê?

C.V. – Porque podem ser tidos como em conluio com a parte.

C.P. – Entendo.

C.V. – Entende? Houve como que uma banalização da função jurisdicional. Eu estou dizendo isso porque eu tenho conversado com advogados. E hoje eu converso mais livremente. Porque hoje eu estou advogando, então é mais livre, os advogados me falam claramente. E alguns juízes com quem eu converso, por exemplo, vou fazer uma palestra agora sexta-feira, em Florianópolis, para juízes federais, principalmente, mas tem advogados, também, membros do Ministério Público, mas, principalmente, para os juízes federais, porque é um curso promovido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e eu vou ter oportunidade de conversar com os juízes, principalmente os gaúchos, a esse respeito. Mas, alguns me dizem: “Como eu faço? Amanhã, a imprensa noticia que eu estou vendido.” Então é mais fácil decidir a favor da Fazenda, do Governo. Eu acho o seguinte... Então, a divulgação intensa como tem hoje, ela tem seu lado positivo, mas tem seu lado negativo, também, porque ela tira a aura... Eu nunca vi isso, os advogados discutindo os votos dos ministros nos jornais. Havia um respeito muito



grande: “Decisão judicial não se discute, cumpre-se.” E eu sempre dizia... O que não impede a crítica, a crítica científica, é claro. A crítica científica é importante. Eu sempre, a pedido, por exemplo, das revistas, eu mandava as minhas sentenças, quando era juiz, para publicar, na esperança de receber uma crítica do jurista, não é? “Não, esse entendimento...” Existia isso nas revistas: comentavam acórdão, comentavam... mas em termos jurídicos, técnicos.

C.P. – Mas revistas também do campo jurídico, não é?

C.V. – É. Agora há até manifesto de intelectuais contra o que o Supremo está decidindo. O Supremo está decidindo corretamente. Realmente, num determinado momento, ele exigiu o ato de ofício, que eu nunca achei que podia ser exigido, que devia ser exigido. O sujeito recebe uma propina para fazer um determinado ato, um funcionário público. No momento que ele recebeu a propina, ele não se corrompeu? E se ele embrulhar o sujeito e não praticar o ato? Ele deixou de ser corrupto? Não deixou. Agora, se ele praticar, agrava a pena. Isso está expresso no Código Penal. E é assim que o Supremo está decidindo. E vem esse manifesto dizendo que está contra o devido processo legal. Quer dizer, isso, no meu tempo, era discutido nos autos e em termos.

I.N. – No seu tempo no STF?

C.V. – Também no STF.

I.N. – No STF.

C.V. – Mas eu, nos últimos... No meu tempo, não tinha televisão aberta no Supremo.

I.N. – Não tinha, quando o senhor estava lá.

C.V. – Eu, na minha presidência, eu coloquei em Internet. O sujeito podia...

I.N. – Dentro da sessão?

C.V. – É. No computador, se o sujeito colocasse ali o *site* do Supremo... Mas não eram as sessões plenárias todas, não. Eram temas.

I.N. – As sessões temáticas, na sua presidência, é que foram transmitidas pela Internet?

C.V. – É. Agora, depois veio a televisão, não é? E aí a coisa, na minha opinião, banalizou.

C.P. – Antes de o senhor continuar com o assunto, eu queria voltar à sua chegada ao Supremo. Acho que aí a gente consegue entrar um pouco na questão da TV Justiça, das mudanças que vão acontecer ao longo do tempo no Supremo. O senhor entra no Supremo... vai ser indicado em 89, não é isso? Ou é depois?

C.V. – Em 1990, não é?

C.P. – É em 1990?

C.V. – Em 1990.

C.P. – Como foi que o senhor...?

C.V. – Bom, então, instala-se...

C.P. – Conta um pouco a sua escolha, a sua indicação.

C.V. – Ah, sim, pois não. Primeiro, o Tribunal então é extinto, o TFR, e somos investidos então no STJ, em 1989, em abril de 89, e eu já tinha então... Mas não sei se vale a pena eu contar um episódio, ainda no TFR, com relação ao Supremo.

I.N. – Claro!

C.P. – Sim, claro!

C.V. – Porque eu falei assim, “o Tancredo”, lembram-se?

C.P. – Ah! É verdade.

I.N. – É verdade, o episódio do Tancredo. Está aqui.

C.V. – Bom, então, 1985. Eu me dava com o Tancredo, me dava com vários mineiros ligados a ele, mineiros até que... alguns tinham sido da UDN, também. O certo é que, primeiro, o Tancredo, governador de Minas, de certa forma, eu ajudei na formulação do secretariado dele como governador de Minas. Por quê? Porque ele queria nomear secretário de Segurança Pública um Ministro do Supremo aposentado.

C.P. – Quem?

C.V. – Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto.

C.P. – Ah, é?

C.V. – Ele disse para mim o seguinte: “Somente um homem com as características dele, ministro do Supremo Tribunal Federal aposentado, os militares aceitarão, de bom grado”. O Tancredo era um homem habilidoso, não é?

C.P. – Muito.

C.V. – Então... “Velloso, mas você já pensou, eu eleito governador de Minas e ter uma recusa? Você podia conversar com ele?” Eu falei: “Perfeitamente. Vou conversar com ele.” Fiquei até animado, satisfeito. Era meu amigo, o Cunha Peixoto – lá era Carlos Fulgêncio; aqui, Cunha Peixoto. Então, procurei-o. Fui a Minas, a Belo Horizonte, o procurei e falei com ele: “Eu estou aqui nessa missão. Se o senhor...” Eu falava “o senhor”. “Se o senhor aceitar, eu vou dizer a ele e ele vai convidá-lo.” Ele falou: “Aceito sim! Eu sou um homem de cumprir, de aceitar desafio!”, já com mais de 70 anos. “Eu aceito o desafio, sim!” Aí eu corri ao telefone e falei com o... Não foi com o Tancredo, não consegui falar com ele. Falei com o Renato Azeredo, pai

do hoje deputado Eduardo Azeredo. É muito meu amigo, o pai dele, o Renato. Aí o Renato transmitiu a ele e fez o convite oficial. Na imprensa, repercutiu muito bem. Nesse sentido é que eu o ajudei. Bom, vamos para frente. Quando ele... Ele já eleito... Não. Tudo indicava que ele seria...

C.P. – Em 85?

C.V. – Foi em 85.

C.P. – Em 1985 foi o Colégio Eleitoral.

C.V. – Isso então, em 84, final de 84.

C.P. – Em 84, campanhas da Direta. E a Direta vai ser derrotada.

C.V. – É. Aí é que era a coisa. O Renato e o Genival Tourinho, que conviviam com ele... “Você vai ser ministro do Supremo. O Tancredo... Vai ser o primeiro ato.” Bom, eu não disse nem sim nem não. “Ótimo!”, pensei cá comigo. Bom, vou para as férias... Não. Aí ele é eleito presidente e acaba morrendo, eu estive lá no hospital no dia que ele foi operado, mas não entrei no centro cirúrgico, não? E assumiu o Sarney, em 1985, em 1986, 1987...

C.P. – O Sarney?

C.V. – É, o Sarney foi em 1985 e, depois, em 1986, 1987, 1988...

C.P. – E a eleição é em 1989.

C.V. – Exatamente. Em 1988, eu fui participar de um simpósio, de um seminário em Angra dos Reis promovido pela... me parece que era a Associação dos Magistrados, ou a Ordem dos Advogados. Porque o apoio logístico sempre vinha de alguma entidade comercial ou empresarial. O apoio logístico... Essas entidades de representação não têm dinheiro, não é? Então, eu fui participar. E me lembro que chegamos no Rio, eu com minha mulher, e ficamos

hospedados no Copacabana Palace. Tudo de primeira. No outro dia de manhã, depois do café da manhã, pegamos uma *van* grande e fomos para Angra. E no último banco estava sentado o Carlos Madeira, o Ministro Carlos Madeira. Ele tinha ficado viúvo, e eu falei com minha mulher: “Vamos sentar lá com ele. Vamos bater um papo com ele.” Ele foi meu colega no TFR. Ele foi juiz federal, foi do TFR, foi do STJ... Não, do STJ não, foi do TFR. Ele foi a primeira nomeação do Sarney. O primeiro ato do Sarney foi nomear o Carlos Madeira. Já eram compadres e amigos. Ele chamava o Sarney de “Zé”. Bom, então, em 1988. Eu sento lá atrás, aí ele vira para mim e fala assim: “Velloso, sabe, quem devia ter sido nomeado para o Supremo é você; não eu, não é?” Eu falei: “Por que você está dizendo isso, Madeira?” “Porque, se o Tancredo não tivesse morrido, eu sei que seria você. O Tancredo morreu e eu fui. Então, eu quero que você me suceda.” Veja só. “Você vai me suceder.” Estávamos no fim do ano de 1988. “E vai ter os cumprimentos lá e eu quero que você vá, porque eu quero te apresentar ao Sarney... ao Zé.” Eu não conhecia o Sarney, não é?

C.P. – Ele ainda não tinha sido empossado, então. Tinha sido indicado...

C.V. – Não. Isso foi em 1988. Ele era o presidente da República.

C.P. – Ah! Ele tinha... Desde...

C.V. – E ele vinha desde 1985...

C.P. – Sim. Desculpe. É verdade.

C.V. – ...o Madeira nomeado.

C.P. – Ia ter alguma solenidade no Supremo e ele lhe convidou. Foi isso?

C.V. – Não. Ia ter cumprimentos ao presidente. Fazia parte da liturgia naquela época, sabe?

C.P. – Entendi.

C.V. – E isso aí foi em novembro, esse encontro meu lá no Rio de Janeiro com o Madeira. Em novembro ou dezembro. Ele ia participar também em Angra dos Reis. “Você não deixe de ir, não.” Foi em dezembro. “Dia tal vai ser do Judiciário. Não deixe de ir, não.” No dia tal eu fui. E o Madeira era muito informal. Eu me lembro que eu fui... Já era STJ, não é? O Supremo foi, cumprimentou, e aí íamos nós do STJ, com o TSE. Na hora que eu cumprimentei o Sarney – eu não o conhecia –, aí o Carlos Madeira ficou assim, [levantou o indicador em direção à câmera] apontando para mim, falando para o Zé: “Zé, é esse.” Eu vou para as férias, estava na praia, “nomeado ministro da Justiça”. Quem? Oscar Corrêa.

C.P. – Mineiro.

C.V. – Meu amigo fraternal. Aliás, no livro do Saulo Ramos, ele conta o episódio da nomeação do Celso de Mello, o ministro Oscar Corrêa me indicando e o Saulo indicando o Celso. Tem o episódio lá contado. Bom, então, eu falei com a minha mulher: “Estou nomeado”. Tem esse episódio com o Carlos Madeira... E o Carlos Madeira falou: “Eu entrego o meu cargo para o Zé. Eu me aposento, para o Zé nomear. Mas só se for para você.” E eu acabei não sendo nomeado. E eu não cheguei também a entrar em detalhes, se o Sarney não aceitou o meu nome...

C.P. – O senhor nunca ficou sabendo por quê.

C.V. – O certo é que o Carlos Madeira não se aposentou. Ele só veio a se aposentar em noventa, na compulsória. Veja como é que esse mundo é. E eu já tinha então desistido. “Não saiu dessa vez e não vai sair nunca.”

C.P. – Porque o senhor achou que era imediato, não é?

C.V. – Achei. Porque o Ministro da Justiça era meu amigo e falava comigo isso, “olha, você tem que ir para o Supremo”. Falava assim.

C.P. – Abriu vaga? Não. Não abriu vaga porque a vaga que seria aberta não foi aberta.

C.V. – O Carlos Madeira falou: “Olha, vou entregar o cargo ao Sarney para ele te nomear. Vou me aposentar antes da hora.” Nada disso ocorreu.

C.P. – E o senhor nunca voltou a conversar com o Madeira sobre isso?

C.V. – Não. Nunca. Achei que não devia. Nunca conversei com o Madeira mais, a respeito disso. Ele continuou conversando comigo e também não tocou no assunto. O que eu acho... Não tenho certeza, não. Eu penso que pode ter acontecido o seguinte: ele falou com o Sarney e o Sarney devia ter já um nome da preferência dele, o que é natural, e então falou que não topava e o Carlos falou então que não se aposentava. Eu acho que aconteceu isso. Mas nós nunca conversamos a esse respeito. Nunca toquei nesse assunto com ele. Bom, então...

C.P. – O tempo passa...

C.V. – Desisti. Falei: “Agora eu vou presidir o STJ, vou me aposentar e vou advogar.”

C.P. – Me conta um pouco... Presidir o STJ... é por antiguidade?

C.V. – Também é.

C.P. – Também é por antiguidade.

C.V. – E estava chegando a minha hora.

C.P. – Sim.

C.V. – Estava chegando a minha hora. Eu falei: “Presido...” Era o meu projeto de vida: “Presido o STJ, me aposento e vou advogar. Aí vou ver se faço um patrimônio para...”

C.P. – Mas o senhor tinha o sonho de chegar ao Supremo. O Supremo era um ideal?

C.V. – Era. Era sim, sem dúvida.

C.P. – Desde quando? Quando virou um ideal?

C.V. – Desde quando eu entrei no TFR.

C.P. – É?

C.V. – É. Eu tinha uma fascinação pelo Supremo. Porque eu sempre estudei muito a Suprema Corte norte-americana, então tinha, realmente, uma grande admiração pelo Supremo. Era um sonho. Era um sonho que, em 1989, não tendo ocorrido aquilo que estava nos planos do Madeira e o que me expôs o Oscar Corrêa, Ministro da Justiça, meu amigo fraternal, eu desisti.

C.P. – Entendo.

C.V. – Ocorreu uma vaga e o Saulo Ramos indicou o Celso de Mello e o Oscar batalhou pelo meu nome. Está lá no livro do Saulo Ramos. Quer dizer, o Oscar foi muito fiel àquela pretensão que ele tinha de me fazer Ministro do Supremo.

C.P. – E ele sabia desse seu sonho, já que vocês eram amigos.

C.V. – Sabia.

C.P. – Claro!

C.V. – Ah! Sabia. Bom, então, falei com minha família: “Vou presidir o STJ e vou advogar.” Todo mundo ficou satisfeito: minha mulher ficou; minhas filhas... “É, papai...” Eu falei: “Eu vou dar um apartamento para cada uma, quando começar a advogar, vocês vão ver!” Sempre com entusiasmo pela coisa que eu ia fazer. Aí, elege-se o Collor, que eu não votei e não conhecia. Eu votei no Mario Covas. Estou abrindo o... Votei no Mario Covas, e no segundo turno, não votei em ninguém. Pensei comigo: “Vou votar em Lula?” Eu não ia votar no Collor, “não conheço, não vou”. Eu sou eleitor em Minas. Eu estava dentro do táxi para ir em direção ao aeroporto para pegar o avião para ir votar em Belo Horizonte.



C.P. – “Vou justificar.”

C.V. – Mandei o... Parou no aeroporto, tinha lá um... Ao invés de embarcar... Naquele tempo, a passagem continuava valendo. Hoje é que você tem que pagar multa... Um retrocesso imenso nessa área. Aí fui lá ao posto de... justifiquei o segundo turno, peguei outro táxi e voltei para casa. Minha mulher... “Você não foi votar?!” Eu falei: “Não. Para quê?” Não tinha a menor esperança. Aí assume, como vice-presidente, o Itamar Franco. Olha as coisas como são!

C.P. – Nem o fato de estar o Itamar como vice não...?

C.V. – Não.

C.P. – Não balançou?

C.V. – Não. Porque o meu relacionamento com ele estava muito distante. Estava distante. Mas aí, lá em Minas, falaram no meu nome com ele e ele topou e... Mas o grande articulador, acho que não foi ele, não.

C.P. – Quem foi?

C.V. – Foi o Rezek.

C.P. – O Rezek? O senhor conhecia o Rezek?

C.V. – Desde Minas, não é? Desde o tempo de faculdade.

C.P. – Ah! Vocês são contemporâneos de faculdade?

C.V. – É. Ele é bem mais novo que eu...

C.P. – Sim. O senhor já saindo e ele entrando. É algo assim?

C.V. – É. Ele teria sido talvez meu calouro.

C.P. – Ah! Está certo...

C.V. – Eu era juiz, quando ele se formou. Ele se formou em 1967 ou 1968. Foi, aliás, o orador da turma.

C.P. – É, o senhor devia estar se formando e ele devia estar entrando.

C.V. – É. Então, ele... Sempre fomos amigos. Depois trabalhamos juntos, no TFR: ele, subprocurador-geral da República; eu, Ministro do TFR, na mesma turma. Tem até um episódio, quando eu larguei de... Ele largou de fumar um ano antes de mim e me...

C.P. – Em que ano foi?

C.V. – Ele largou em 1980 e eu larguei em 1981. Porque ele ficou em cima...

C.P. – É, tem tempo.

C.V. – ... marcando em cima. Então, sempre amigos. E ele renunciou ao cargo para ser ministro das Relações Exteriores.

C.P. – Foi isso mesmo.

C.V. – *Ele* foi...

C.P. – Ele foi a sua vaga?

C.V. – Eu fui o sucessor dele. Veja só como são as coisas! E eu sei que ele... Eu sei que ele me ajudou porque o Collor me disse. Porque, naquele tempo, o Ministro do Supremo era convidado com pompa e circunstância.

C.P. – Pelo presidente.

C.V. – Pelo presidente.

I.N. – Para a indicação de nomes para...

C.V. – Outro que certamente me ajudou foi o Bernardo Cabral.

C.P. – Sim, que era Ministro da Justiça.

C.V. – Tinha tido o episódio lá em Manaus, não é? Que ele tinha ficado meu amigo. E, aliás, foi assim. Bom, mas antes...

C.P. – Então foram eles... O senhor vai ser apresentado ao Collor por conta da indicação para o Supremo?

C.V. – Eu só fui apresentado ao Collor no dia que ele me... que eu fui convocado... que eu fui convidado a ir ao palácio para ser convidado para o cargo de Ministro. Nesse dia, eu conheci o Collor.

C.P. – E aí o que ele fala para o senhor?

C.V. – Mas antes, o quê? Essa movimentação. O Collor quis homenagear... Tinha duas vagas: aposentou-se o Rezek... Aposentou-se não; ele pediu exoneração. E aposentou-se o Madeira. Então, ele queria homenagear dois Tribunais Superiores: o TST e o STJ. Agora, por favor, vamos desligar?

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

C.V. – Então, ele quis homenagear os dois tribunais. O TST indicou o Marco Aurélio e o STJ me indicou, por unanimidade.

I.N. – O senhor, na época, ministro, era o mais antigo do STJ? Como é que era...? A formação do STJ naquela época, era o senhor o mais antigo?

C.V. – Eu talvez fosse o... Não, não, eu não era o mais antigo, porque tinha lá o Rollemberg, ainda, que era o decano. Tinham uns ministros antigos lá que já tinham sido presidentes; não seriam mais.

C.P. – Então, a sua escolha não... a sua indicação não...?

C.V. – Foi do STJ.

C.P. – Foi do STJ? Mas passa pelos seus colegas no STJ?

C.V. – Passou.

C.P. – Ou vem...? Eles só... Vamos ver se eu me faço clara. Os seus colegas do STJ confirmam uma indicação externa ou eles também...? O seu nome sai junto de seus colegas?

C.V. – Formalmente, em termos formais, eles me indicaram. Agora, em termos reais...

C.P. – É isso.

C.V. – Pode inclusive gravar, não tem problema. Em termos reais...

C.P. – Não, se o senhor achar que é delicado, não gravamos. Só para entender.

C.V. – Não. Pode. Aí é que valeu a minha amizade com o Bernardo Cabral. Porque ele foi ao STJ e teria declarado expressamente que o presidente desejava me nomear. E por que o presidente desejava assim? Porque o Rezek tinha trabalhado junto... tinha falado a meu respeito com ele. O Rezek tinha uma grande influência naquele momento, porque ele tinha renunciado

ao cargo de ministro para ajudar o Collor no Ministério das Relações Exteriores. Então junta, de certa forma, o Itamar Franco, que não foi o principal, mas...

C.P. – Sim. Mas o senhor o conhecia.

C.V. – ... mas ajudou; o Rezek; e o Bernardo Cabral, o ministro da Justiça – também com toda a força, no início de governo, não é? Então, ele é que foi ao STJ dizer que o presidente queria homenagear o STJ nomeando, para o Supremo, um dos seus ministros. E aí é que eu acho, porque eu nunca conversei com ele a esse respeito, que ele deve ter feito sentir que...

C.P. – A sua preferência.

C.V. – É, a preferência do presidente. E depois ele brincou comigo: “É, se você não tem aquela atuação lá em Manaus, hein?” Vou usar uma palavra meio grotesca. Ele diz assim: “Se você tivesse feito uma sacanagem comigo naquela época, hein?” Essa palavra grotesca, corta. [risos] Estava na hora de eu mendigar. Ele falou isso comigo, com aquele jeitão dele. Ele é um homem muito cordial.

C.P. – Uma pergunta, de certa forma, delicada. O senhor fique... Sinta-se à vontade para não responder. Houve algum mal-estar entre os seus colegas no Superior Tribunal de Justiça, com essa indicação de preferência?

C.V. – Não, pelo seguinte, porque eram todos meus amigos. É interessante. Eu influía inclusive na feitura de listas. Eram meus amigos. Muitos estavam lá com o meu esforço, não é? Muitos estavam lá com meu esforço: o Sálvio de Figueiredo Teixeira; o Cernicchiaro... Aquela turma nova que entrou, foi o TFR que fez as listas. Então, muitos estavam lá com o meu esforço para eles entrarem em lista. E, graças a Deus, eu não deixei um desafeto lá, principalmente junto aos mais influentes, que era o Rollemberg, uma grande figura de juiz, um grande amigo meu, pai desse senador Rollemberg, o Rodrigo... Era um grande amigo meu. Então, muitos ficaram satisfeitos. Alguns já tinham mais de 65 anos, não podiam mais, também. Muita coisa influiu.

C.P. – Muitas variáveis...

C.V. – É. Então...

C.P. – ...ajudaram a realizar o seu sonho.

C.V. – Então, foi assim que eu entrei, que eu fui nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal.

I.N. – Nós fizemos uma pesquisa, também, para ver, nosso levantamento, e a gente viu que os seus colegas dessa época, do STJ, eram também... alguns até eram mais antigos que o senhor, ministro, mas teriam menos tempo no exercício da magistratura. O senhor acha que influenciou? O fato de que o senhor ainda teria 16 anos dentro do STF, como foi o tempo que o senhor ficou, o senhor acha que isso pesou também?

C.V. – É. Quer dizer, aqueles que tinham... também novos que estavam lá, eles não chegavam a... já estavam realizados, e aqueles mais antigos já não tinham mais idade, já tinham passado... Porque a Constituição de 1988 impôs 65 anos, o limite. Tudo isso então... E junta que eu não tinha nenhum desafeto; eram todos meus amigos. Então... Eu sei que teve... Eu não vou falar o nome. Teve um, por exemplo, que falou: “Não, eu quero ser.” Aí o Bernardo Cabral – isso o Bernardo me contou – o desencorajou.

C.P. – É, isso é indicação de preferência. Não preciso falar que eu quero este, não é verdade? É só falar: “Esse não é o melhor momento para você.”

C.V. – Mas então eu devo isso ao STJ, que também poderia, se eu fosse um sujeito que eles não me respeitassem... “Não. Não aceitamos”, e pronto.

C.P. – Evidentemente.

C.V. – Porque isso foi submetido a eles. Era presidente o Washington Bolívar. O ministro Washington Bolívar era o presidente. Está aí?

I.N. – Está aqui.

C.V. – Você tem a relação dos... que... da época?

I.N. – Nós temos: Armando Leite Rollemberg...

C.V. – Era o decano.

I.N. – ... José Fernandes Dantas...

C.V. – Também já estava...

I.N. – ... Evandro Gueiros Leite...

C.V. – É, todos tinham passado.

I.N. – ... Washington Bolívar de Brito...

C.V. – O Washington podia, ainda.

I.N. – ... Antônio Torreão Braz; e o senhor. E depois, os outros eram menos antigos que o senhor, os que não estão aqui na nossa lista.

C.V. – Eu acho que estava na hora de presidir, em seguida, porque, por exemplo, o Torreão já tinha sido presidente; o Dantas já tinha sido presidente; o Rollemberg já tinha sido presidente... E mais quem aí?

I.N. – Rollemberg; Dantas, José Fernandes Dantas; Evandro Gueiros Leite...

C.V. – Tinha sido.

I.N. – ... Washington Bolívar; Torreão; e o senhor.

C.V. – Exatamente. O Washington foi o presidente que sucedeu... Quando eu fui nomeado, ele era o presidente. Eu ia sucedê-lo. Eu ia ser o presidente em seguida ao Washington. Então, dei o lugar para o Patterson, eu acho, William Patterson, que presidiu. Porque eu já tinha feito o plano: “Vou presidir, suceder ao Washington, e vou embora.” Já tinha 35 anos de serviço.

C.P. – E aí o seu sonho se realiza.

C.V. – Aí se realiza.

C.P. – Aí o senhor vai ser empossado quando?

C.V. – Dia 13 de junho de 1990.

C.P. – Como foi o seu primeiro dia entrando no prédio do Supremo como ministro do Supremo?

C.V. – Quando eu assumi a presidência, eu contei uma historinha: como eu conheci o Supremo. Eu tinha meus 18 anos, talvez, e nem era estudante de direito, mas tinha aquela fascinação pelo Supremo, e aí vou ao Rio de Janeiro passear, com os colegas, e o negócio era ficar o dia inteiro na praia e de noite... Não chamava balada, não.

C.P. – Em Copacabana.

C.V. – Em Copacabana. Então, eu me lembro, eram 13h30 mais ou menos, eu falei: “Agora eu vou me despedir de vocês”, eu estava lá na praia, “vou trocar de roupa, tomar um banho, e vou ao Supremo Tribunal.” Eles ficaram... Quase me deram uma vaia, não é? Assim fiz. Mas fui de camisa esporte. Na porta do Supremo, o guarda da... “Não pode entrar! O que que é isso?! Tem que ser de paletó e gravata!” Aí eu falei com ele: “Ô, seu guarda, eu vim lá de Minas Gerais...” Naquele tempo, Minas Gerais era distante do Rio, tinha que ir de trem. Avião era um negócio inatingível, caro para um estudante. “Eu vim de lá para conhecer o Supremo Tribunal e o senhor não me deixa entrar?!” Passei o bico nele. [risos]



I.N. – E ele deixou?

C.P. – Ele te deixou entrar?

C.V. – Mas ele falou assim: “Eu vou deixar você ver a sessão. Agora, se alguém descobrir, eu ponho você para fora, dizendo que você me...”

C.P. – “Entrou sem que eu tivesse visto.”

C.V. – É. Uma coisa assim. Eu me lembro que tinha aquela escadaria e ele falou: “Sobe a escada. À direita você vai ver a sessão.” Subi a escada, o coração [mãos fazendo movimento pendular frontal diante do lado esquerdo do peito]... Eu fiquei olhando, assim, sabe? Era presidida pelo Orozimbo Nonato. Fiquei olhando e tal, entusiasmado. “Isso aí é o Supremo Tribunal do meu país! Meu Deus do céu!” Quando o guarda me chamou: “Cai fora! Cai fora! Já olhou muito. Anda, antes que eles me chamem a atenção. Aí eu é que vou pagar e tal.” E eu descí, conversei um pouco com ele, agradei a ele. Na presidência, quando eu assumi, contei essa historinha e relatei com uma historinha do Recaséns Siches. A lógica do direito é a lógica do razoável, era a tese do Recaséns Siches. Ele conta então a historinha do guarda do estádio. Na porta do estádio estava: “Proibida a entrada de cães.” Aí chegou um sujeito com um urso e o guarda falou: “Não pode entrar.” “Mas como assim?! Estão proibindo cães. O meu é urso. *Nullum crimen sine lege, nulla poena sine lege*. O senhor é arbitrário.” Ele falou: “Não. O senhor tem que indagar a razão por que é proibido cães. É porque eles podem entrar lá e morder. Agora, o urso pode matar. Então, não pode entrar. Vá reclamar ao bispo”. Daí a pouco chega um cego com um cão-guia, e o porteiro: “Pode entrar.” Aplicou a lógica do razoável. Eu relatei... Até, quando falo isso, até me emociona. Eu relatei o caso do guarda com o porteiro do estádio, o exemplo do Recaséns Siches, para dizer o que é a lógica do razoável. A lógica do direito é a lógica do razoável. O direito não é lógica pura.

C.P. – Mas isso o senhor estava na presidência.

C.V. – Foi quando eu assumi a presidência. Agora, quando eu entrei a primeira vez...

C.P. – Quando o senhor entrou...

I.N. – No primeiro dia...

C.P. – No primeiro dia...

I.N. – Qual a sensação?

C.V. – Foi realmente...

I.N. – O que o senhor fez? Como é que o senhor chegou?

C.P. – Como é que era o seu gabinete? O senhor tinha assessores? Como é que foi?

C.V. – Agora, a sensação, a grande sensação foi quando a minha nomeação se concretizou.

C.P. – Ah, sim.

C.V. – Porque a minha filha caçula é muito inteligente e... Ela até, depois, morou em Paris. Depois até eu vou te contar, tem uma outra história aí, viu? Bom, a minha filha então... “Papai, você já pensou, você chegou lá!”

C.P. – O seu sonho.

C.V. – Eu falei: “É, minha filha, é verdade.” E aí foi quando eu caí na realidade.

I.N. – No dia da sua nomeação?

C.V. – É, no dia que ela se consumou. Agora, o dia que eu tomei posse foi interessante, porque... Então, entramos... Quer dizer, o pessoal depois... A gente é buscado lá, presta o compromisso, assina, eu e o...

C.P. – A sua família toda assistindo...

C.V. – É. O Marco Aurélio e eu, no mesmo dia. O Collor pediu que fosse no mesmo dia. O Collor presente, também. Quando me conduzem para a minha cadeira, eu, ao lado do Sepúlveda Pertence, ele lembrou, falou: “Tinha que ser, tinha que ocorrer isso!” Fomos colegas de ginásio no Estadual, disputando política estudantil; depois, contemporâneos na faculdade, sempre meu amigo; e fui sentar ao lado dele no Supremo. Sempre fiquei ao lado dele. E eu brincava, porque ele era meio esparramado, “calma, você acaba derrubando aqui o meu copo d’água!”. [risos]

C.P. – Que emocionante!

I.N. – Até a gente se emociona.

C.V. – Mas foi realmente emocionante. Quer dizer, a vida vai reservando para a gente coisas, não é? Agora, sabe que depois o Rezek veio a casar-se com a minha filha?

C.P. – Sim, sei.

C.V. – E depois separou. Mas depois que viveram na França. Ela viveu na França nove anos, lá com ele, me deram uma netinha maravilhosa que está aí. E separaram, mas continua tudo bem. Isso é da vida.

C.P. – É da vida. É isso mesmo.

C.V. – É claro que – isso aqui entre nós –, quando ela me comunicou, eu fiquei muito preocupado.

C.P. – Eu imagino! [riso]

C.V. – Eu tentei...

C.P. – Demovê-la?

C.V. – Eu acho que isso pode falar. Falei: “Para que, minha filha? Ele tem mais idade e tal.” Ela falou: “Não, papai, se você não der o apoio, eu saio de casa.” Ela é assim. Ela é muito determinada, sabe? Puxa vida! Aí eu falei...

C.P. – Foram felizes no tempo em que foram.

C.V. – E o Rezek foi de um comportamento exemplar: foi ao meu gabinete, me comunicou, sabe? Ele falou: “Olha, eu quero casar. Eu não estou querendo um programa, não.” E, realmente, eles casaram, lá em Paris.

I.N. – Que bonito!

C.V. – E a vida seguiu.

C.P. – E a vida seguiu. Mas é impressionante, porque essa é uma relação que o senhor nunca imaginou que fosse ter com o Rezek, não é?

C.V. – Exato. Nunca.

C.P. – É isso mesmo, a vida dá suas voltas.

I.N. – E tendo entrado na vaga dele. É muito interessante.

C.V. – Exato. Eu o sucedi.

C.P. – É realmente muito interessante.

I.N. – É muito interessante.

C.P. – E aí como é que era a rotina no Supremo? Muito diferente da rotina do STJ?

C.V. – Não, não.

C.P. – Não?

C.V. – Parecida.

C.P. – É? Como é que era o seu gabinete?

I.N. – O seu dia a dia?

C.P. – Quantos assessores o senhor tinha?

C.V. – Quando eu entrei, tinha um assessor.

C.P. – Um? Somente?

C.V. – Somente um.

C.P. – Oh, Deus!

I.N. – Quando o senhor entrou, o senhor assumiu o gabinete do ministro Rezek todo? Ou não?

C.V. – Assumi.

C.P. – Inclusive, esse assessor já estava lá?

C.V. – Não.

C.P. – Não. O senhor que o convidou.

C.V. – Eu levei o meu assessor, aquele que era meu assessor no TFR, o Alceu Andrade Rocha. Depois foi criada a segunda vaga no Supremo e eu convidei – ela tinha sido minha aluna na

UnB – a Claudia Chagas, que hoje... Eu sempre estimulava para ela fazer o concurso. Ela fez concurso para promotora e hoje ela integra o Conselho Nacional do Ministério Público. É filha do Carlos Chagas, irmã da Helena Chagas.

I.N. – A ministra Cármen Lúcia também foi sua aluna.

C.V. – Foi minha aluna na PUC.

I.N. – O senhor tem grandes alunas e alunos na sua...

C.V. – E a Cármen Lúcia foi minha aluna e, depois, minha sucessora.

C.P. – Aí outra, o senhor gosta dessas histórias. [risos]

C.V. – Ela me sucedeu na PUC, na cadeira de direito constitucional. Ela é professora titular. Ela me sucedeu na cadeira de direito constitucional da PUC de Minas.

C.P. – Nesse período, o Supremo já funcionava de terça à quinta? Ou eram todos os dias? Como era o funcionamento?

C.V. – O sistema sempre foi este.

C.P. – Sempre foi este.

C.V. – Terça-feira, turma; quarta e quinta, plenário. E fazíamos sessões extraordinárias das turmas ou na segunda ou na sexta. Quando eu entrei, só tinha uma sala para a turma. Então, acho que uma se reunia na terça, e a outra, segunda-feira, ou sexta.

C.P. – Fazia uma alternância.

C.V. – Depois aquilo ali ampliou. Foi preciso. Exatamente. Parece-me que isso ocorria. E na primeira vez que eu ia participar da turma, eu fui a Belo Horizonte participar lá de uma

homenagem da OAB... Outra que me deu um grande apoio em Minas foi a OAB – o Jair Leonardo Lopes, presidente da OAB de Minas na época.

C.P. – Já que o senhor falou dessa ida, vou interrompê-lo para uma questão que surgiu agora, mas que é voltando... Quando que o senhor começa a morar em Brasília?

C.V. – Em 1978.

C.P. – Como é que foi? Foi muito complicado, deixar Belo Horizonte e vir para Brasília?

C.V. – Foi, foi.

C.P. – É? Porque o senhor tinha resistido bravamente a ficar em Brasília. Os filhos cresceram, é isso?

C.V. – É.

C.P. – Aí viabilizou.

C.V. – Bom, eu sempre achava que estava aí por uma temporada.

I.N. – Aqui?

C.P. – Aqui em Brasília?

C.V. – É, em Brasília. Mas o tempo foi passando... Por exemplo, as minhas filhas – menos a caçula, que era bem pequena –, elas resistiam muito. Uma tinha namorado lá, a Cassinha, com quem, aliás, acabou casando e vive lá até hoje, e a minha filha Rosinha, que acabou falecendo, ela resistia muito.

C.P. – Ela gostava de BH.

C.V. – É. Eu me lembro que... “Papai, volta para Belo Horizonte.” Eu falei: “Fazer o que lá, minha filha?” “Ser juiz federal.” Eu falei: “Eu já perdi esse cargo.” “Ah! Não é possível!” [risos] Ela caiu na realidade. Mas depois passaram a gostar de Brasília. Porque Brasília tem isso, viu? Ela traz uma sensação de não gostar.

C.P. – No primeiro momento, não é?

C.V. – É. Mas depois vai criando um amor. Eu não sei se eu conseguiria viver em qual outra cidade, permanentemente, que não fosse Brasília – no Rio; Belo Horizonte... Belo Horizonte, minha terra; São Paulo, de jeito nenhum. Porque Brasília ainda tem uma qualidade de vida muito boa.

C.P. – Desculpe, mas foi só porque eu fiquei curiosa, como tinha sido. Mas voltando, o senhor estava contando que foi receber uma homenagem da OAB em Minas, da Seção mineira.

C.V. – E ia voltar...

I.N. – Era a sua primeira sessão?

C.V. – A primeira sessão, numa terça-feira, presidida pelo Aldir Passarinho. E o avião atrasou e eu cheguei correndo lá – eram três horas da tarde –, e o Passarinho então, na liturgia, fez a saudação a mim na turma e eu respondi – tem esse discursinho de improviso –, me justificando por que me atrasara para a sessão. O avião atrasou. Mas o Jair Leonardo Lopes, eu tenho que prestar essa homenagem a ele, ele abraçou a minha candidatura ao Supremo, na OAB de Minas.

C.P. – Foi importante?

C.V. – O Jair Leonardo, vocês conhecem, não é? É o pai do Marcelo Leonardo, que defende o Valério. É um grande advogado. Ele já tem neto, o Marcelo, já casou uma filha. Quer dizer, o Jair já tem bisneto. Mas está lúcido. Só vendo!

C.P. – Que bom!



I.N. – Mas aí, ministro, como é que era o seu dia a dia como ministro? O senhor chegava e aí tinha muitos processos? Como é que era o seu trabalho como ministro do STF, que o senhor tanto quis, que tanto o senhor...?

C.V. – Eu tinha uma rotina.

I.N. – Qual era a sua rotina?

C.V. – Eu tinha uma rotina: eu trabalhava em casa para redigir, então, os votos eram encaminhados para a minha residência numa mala... Até, quando eu deixei o Supremo, eu quis devolver essa mala e eles falaram: “Não. Essa mala é uma lembrança dos tempos do Supremo.”

C.P. – Ah, é?

C.V. – Aquilo não vale... Só serve para carregar processo, autos. Ela não tem fechadura, não. É uma mala rústica. Então, toda tarde, os processos vinham para a minha casa. E lá é que eu trabalhava realmente, pela manhã, redigindo, e ia para o gabinete... No dia que não tinha sessão, então trabalhava também no gabinete. Mas no gabinete você tem pouca possibilidade de se concentrar, porque tem sempre um advogado querendo falar com você, e eu sempre fiz questão de atendê-los. Eu sempre compreendi que o advogado tem suas aflições, não é? Porque o cliente acicata o advogado, então ele tem aflições. E, infelizmente, nós temos uma lentidão. Então, eu fazia sempre questão de ouvir os advogados. Aí chegava de São Paulo e ia direto, a secretária vinha me falar: “Olha, está aí...” “Manda entrar.” E eu já recebia em pé, falava: “Doutor, o que foi?” e tal, e ele já começava. E quando eu via que aquele era um assunto que ia demorar, “senta”. Então, no gabinete você tinha pouca oportunidade de se concentrar, estudar mesmo o processo, tirar uma conclusão. Isso eu fazia de manhã. E uma vez uma advogada do Rio bateu a campainha lá... Chegou na portaria, a portaria me interfonou, ela queria... Eu falei: “Não, aqui não.”

I.N. – Na sua casa?

C.V. – É. Eu falei: “Lá no Tribunal, sim.” Aí, de tarde, eu... “É, porque o senhor sabe, eu tinha que voltar.” Eu falei: “Mas se eu atender lá na minha casa, eu estou perdido. Eu não venho ao gabinete de manhã porque lá eu produzo.” Que produção? Escrever, redigir, fazer voto. Você está concentrado ali e tal, vem a secretária “está aí o advogado...”, e eu tinha que começar de novo. Então, eu usava mais o gabinete nos dias de sessão. Sexta-feira, eu sempre fiquei em casa, trabalhando. Aí era o dia inteiro trabalhando. E quando dava mais ou menos 19h, aí eu ia para o Clube Naval, jogar tênis.

I.N. – Relaxar, exercitar, para poder...

C.V. – E sábado e domingo, sempre.

C.P. – Nesse período que o senhor esteve no Supremo, que questões o senhor considera que foram as grandes questões que o senhor tratou nesse momento? Ou seja, aqueles que foram os casos, os votos, que o senhor construiu que são os mais importantes na sua opinião?

C.V. – Eu tive muitas questões tributárias interessantes. Agora, o que mais realmente me sensibilizou foram os mandados de segurança do Collor e até a ação penal do Collor. Estas questões foram realmente dolorosas para mim.

C.P. – Por que dolorosas?

C.V. – Porque a convicção a que cheguei foi contrária a ele. Eu tive que então votar de acordo com a minha ciência e a minha consciência, e votei contra aquele que tinha me nomeado. Eu tinha que fazer isso. Mas que é doloroso, é. Porque, no fundo, você tem uma gratidão que nunca se apaga, e num momento de desespero dele, como demandante, na iminência de perder o cargo, a minha ciência e a minha consciência foram no sentido de... contrário à pretensão dele. Foram questões realmente importantes, marcantes. Foram vários mandados de segurança. E teve a ação penal.

I.N. – O senhor foi relator da...?

C.V. – Da ação penal? Não?

I.N. – E dos mandados de segurança?

C.V. – Ah, sim. Porque, no primeiro mandado de segurança, o relator era o ministro Gallotti...

C.P. – Era sorteio?

C.V. – É sorteio.

C.P. – Foi sorteado e caiu para o senhor.

C.V. – Não, para o Gallotti. O primeiro mandado de segurança dele caiu para o Gallotti. E, na sessão de julgamento, prevaleceu o meu voto, que deferia um mandado de segurança em menor extensão. Eu deferi o mandado de segurança para que fossem observadas... não sei mais quantas sessões para a defesa dele, e o ministro relator de então aumentava. Era bem mais extenso. Então, eu ganhei o acórdão, aí me tornei prevento para todos os casos, menos a ação penal.

C.P. – Sim. Ministro, a gente precisa interromper para trocar ali a fita. É só um minutinho e já voltamos.

C.V. – Ah, está bem.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

C.P. – Então, retomando, ministro, o senhor estava contando dos seus votos com relação aos processos que chegaram ao Supremo, do então presidente Fernando Collor, que estava em processo de *impeachment*. E o senhor estava ali no *impeachment*. O senhor considera esse um momento marcante da sua passagem. Ao mesmo tempo, provavelmente, um outro momento marcante está acontecendo, porque, por conta desse acontecimento político, um nome que, de certa forma, o senhor conheceu, está chegando à presidência da República, que é o Itamar Franco, que era o vice do Collor.

C.V. – Ah, sim.

C.P. – Como é que foi...? Vocês se aproximaram, nesse momento, o senhor, ministro do Supremo, e ele, chegando à presidência, e o senhor fazendo um voto como o que fez em relação ao Collor? Eu sei que foi um tempo depois, mas o presidente Itamar já estava a pleno... seu governo, a pleno vapor.

C.V. – Não, eu não tive nenhum contato com o Itamar, ele na presidência.

C.P. – Não?

C.V. – Porque o Itamar, também tem uma coisa que tem que se falar em benefício dele, em prol dele: é que o Itamar era um homem asperamente honesto. Eu sentia que deveria me afastar, justamente por isso, por ter participado daqueles mandados de segurança que, na verdade, arbitraram o processo de *impeachment*. Porque o *impeachment* só seguiu corretamente, com a observância, inclusive, de devido processo legal, porque o Supremo arbitrou. Começou com aquela questão da defesa: tantas sessões deviam ser observadas. Isso tudo foi arbitrado pelo Supremo passo a passo. Então, foi muito marcante, para quem... Por exemplo, eu, professor de direito constitucional, e aí, de repente, me vejo no centro... quer dizer, integrando um tribunal que estava no centro da questão e estava arbitrando a questão, quer dizer, cuidando para que as coisas... que fosse assegurado o direito de defesa, enfim, não se praticasse nenhuma arbitrariedade. E era e foi o primeiro *impeachment* de um presidente da República no mundo inteiro. No planeta, foi o primeiro. Com sucesso, não é? Pode-se falar que a Câmara agiu, politicamente, de forma politicamente incorreta, ou ele pode dizer isso, ou o Senado. Porém, não há o que falar da tramitação, porque foi regular. E essa tramitação é que foi arbitrada pelo Supremo Tribunal Federal. Então, quando o Itamar se empossou... Eu não fui à posse dele e sentia que eu não devia, em nenhum momento, me aproximar. Porque ele é um homem asperamente honesto, então, eu achava que... Eu também sou, então é melhor... Cada um fica no seu canto, não é? Bom, quando ele depois deixou a presidência, aí voltamos a nos encontrar. Inclusive, no ano em que ele morreu, ou no ano antes, nós recebemos, ambos, uma comenda, uma medalha da AMB... Da AMB não; da Amagis (Associação dos Magistrados Mineiros).

Todo ano... Aliás, em setembro. Então foi no ano anterior à morte dele. E ele então falou: “Você me abandonou! Nunca me visitou em Juiz de Fora!” “Porque você nunca me convidou. Você é procurado pelos políticos. Fora daí, você tem que convidar, presidente Itamar.” “Então você vai jantar lá comigo um dia!” E no outro ano ele morreu. Ele estava bem de saúde, lá no... em setembro. Ele morreu em 2011, não é?

C.P. – Isso.

C.V. – Foi em setembro de 2010 então. Eu sei porque eu recebi agora o convite para... da Amagis. Eles fazem no mês de setembro, essa...

C.P. – Essa homenagem.

C.V. – ... essa homenagem: condecoram dois ou três. Fazem uma festa bonita.

C.P. – Agora, nesse período que o Itamar está à frente da Presidência da República, você vai ter um acontecimento que é muito importante, que é o Plano Real. Eu entrevistei o então presidente Fernando Henrique Cardoso, um pouco contando a trajetória dele como ministro da Fazenda, e ele estava falando que uma das preocupações da feitura do Plano Real foi exatamente fazer um plano juridicamente correto, porque os planos anteriores tinham ocasionado uma enxurrada de demanda à Justiça. Isso procede?

C.V. – Procede. Aliás, eu falei isso com ele. Porque o Supremo está às voltas, até hoje, com esqueletos de planos, o Plano Bresser, o plano isso, o plano aquilo, e eu disse isso ao Fernando Henrique. Ele estava para sair: “Não tem uma ação contra o Plano Real, uma ação sequer. É que seu governo se esforçou em ter, com os economistas, juristas.”

C.P. – Nenhum do Supremo, nesse momento, foi consultado sobre isso? O senhor sabe?

C.V. – Não. Eu acho que não. Porque o Supremo sempre se colocou numa posição distante, para evitar, justamente, qualquer problema. Eu me lembro até, eu era presidente do Supremo e o Fernando Henrique me integrou numa delegação que foi à Holanda. Não sei mais... Era um

acontecimento lá relevante. E eu falei: “Bom, antes de aceitar essa...” Eu reuni o Tribunal numa sessão administrativa e falei: “Olha, está baixado o ato, está publicado no *Diário Oficial*, eu integrando a delegação que vai... Aliás, com todo o respeito, porque ele põe em primeiro lugar o presidente do Supremo. Mas eu acho que... Eu não sei se isso seria possível, porque um membro de um poder não pode aceitar indicação de outro poder, principalmente o chefe do poder.” E o Supremo realmente me deu razão: “É, eu acho que você não deve ir.”

C.P. – Aceitar.

C.V. – Eu fiz um ofício educado dizendo que... Não disse isso, é claro, porque poderia... Ele é um homem culto, poderia até ficar ofendido, dizer: “Puxa vida, ignorei.” Eu disse que tinha sessões no Supremo que exigiam minha presença e que então eu abria mão, agradecia e tal. Então, o Supremo sempre se pôs numa posição equidistante, sabe?

C.P. – Sim, entendi.

C.V. – Essa sempre foi a posição. E era também, veja, a posição do TFR, do antigo TFR. Quer dizer, é um tribunal que recusou uma alteração na lista proposta pelo Geisel, que era um homem fortíssimo, uma presidência fortíssima. Não era como hoje, que se tem realmente a prática de uma democracia eficaz. Mas era em razão disso, daquela equidistância que sempre foi mantida. Então, quando eu vejo hoje algum juiz se misturando, eu vejo com certa tristeza. Não deve. Pode manter só a amizade. Não é que tenha que cortar a amizade, mas essas participações...

C.P. – Institucionais.

C.V. – ... institucionais, não deve. E o Supremo era muito cômico disso, muito cômico em não prestar homenagem, a não ser aquelas homenagens estabelecidas pelo plenário. Você não tem notícia de que o Supremo homenageou fulano ou beltrano, a não ser aquelas homenagens oficiais que se fazem mesmo, regimentais. Enfim, são posições que eu acho adequadas para a corte. Hoje, por exemplo, eu continuo mantendo opinião contrária à televisão aberta nas sessões. Banaliza. E depois, eu indago: para que existe uma televisão no Supremo Tribunal Federal? Para promover seus ministros? É claro que não. Para prestar um serviço à população.

Então, como prestaria esse serviço? Divulgando aqueles pronunciamentos jurídicos mais importantes, que têm significação, e não ficar lendo votos intermináveis, cansativos, que talvez, se não existisse a TV, seriam menores. Ou pode editar. Basta ter um jornalista eficiente para... “Pega aqui, bota... Esse trecho aqui está muito bom, aqui também...” Então, alguns dizem: “Mas isso é censura!” Que censura! Isso é uma forma de divulgar aquilo que interessa, que é útil.

C.P. – O senhor acha que mudou o comportamento dos ministros no plenário, com a TV Justiça?

C.V. – Eu acho que, de certa forma, sim. Os votos passaram a ser mais extensos. Eu me lembro que era comum, quando você concordava com o relator, aduzir duas ou três palavras e concordar. O revisor em ação penal, a partir... Principalmente no TFR, que foi um grande tribunal, o antigo Tribunal Federal de Recursos. Quando eu cheguei lá, eram treze; depois foram para dezessete; depois, vinte e sete. Sempre que cresce, de certa forma, a qualidade cai. Mas o que eu falava mesmo?

C.P. – Da TV Justiça, se muda a forma de agir.

C.V. – Ah, sim. Por exemplo, o revisor, se ele estava de acordo com o relator... Quantas vezes eu fiz isso, no antigo TFR: “Meu voto coincide com o voto do senhor ministro relator. É voto escrito que junto aos autos, concordo, dou provimento, ponto final”. Olha o tempo que se ganha. Olha o tempo que o Lewandowski ganharia, não é? Ele está concordando, nessas últimas sessões, praticamente com tudo, não é? Têm uma ou outra divergência, com um ou outro caso. E quando ocorria, por exemplo, uma divergência... “Espera. Nesse caso aí, tem esse detalhe, isso e isso, portanto, estou divergindo.” E o relator, muitas vezes... “Ah! Então... Não percebi.” Era um julgamento mais... Hoje, com a TV, ninguém faz isso.

I.N. – Aproveitando essa questão que o senhor está falando, ministro, como é que funcionava, quando o senhor estava atuando, essa questão da busca de um consenso ou de uma decisão conjunta dos ministros? Vocês discutiam? Havia uma possibilidade de discussão dos votos, de conversa, de troca de ideias, de teorias jurídicas? Ou não?

C.V. – Nesses casos que eram casos realmente complicados...

C.P. – Dá alguns exemplos do que o senhor considera casos complicados, quando o senhor esteve no Supremo.

C.V. – Assim, um caso, especificamente, não me lembro assim. Mas, olha, eu digo, quando a questão, por exemplo, era de relevância, nós nos reuníamos em conselho. Antes, no dia anterior... Vamos lembrar de um caso. Por exemplo, lembrei-me agora, a questão do... quando o Supremo decidiu a respeito da constitucionalidade do CNJ. Nos reunimos em sessão, o conselho...

I.N. – [Sessão] administrativa, fechada.

C.V. – ... [sessão] administrativa, fechada, o conselho, que é regimental, até hoje consta do regimento, o conselho... Nós brincávamos: “Peço conselho. Quero pedir conselho.” Se você tinha aquela dúvida atroz, “peço o conselho”, e expunha... Ali se debatia abertamente: um dava a sua opinião; o outro... Afinal de contas, chegava-se a um consenso. Era tão bom! Assim procede na Suprema Corte, assim procede nas grandes cortes do mundo. Uma vez até um ministro da Suprema Corte brincou comigo: “Ah, quer dizer que vocês decidem pelo ouvido, não é? É de ouvido?” [riso]

C.P. – A gente poderia afirmar então que os casos relevantes são os casos que, de certa forma, se pede conselho? E não pedir conselho significa uma divergência, necessária entre...

C.V. – Não, não. Era um caso... Por exemplo, você não sabia como era, às vezes, o ponto de vista de outro, aí pedia o conselho.

I.N. – Para conversar e chegar a uma...

C.V. – Para chegar... Quer dizer, em caso de dúvida mesmo. Muitas vezes, o juiz tem dúvida.



C.P. – Claro!

I.N. – Claro!

C.P. – É evidente.

C.V. – Você está numa zona cinzenta. Então, que bom, não é? Você confia no colega, todos têm alto saber jurídico, então... Então o conselho existia. Eu acho que hoje até não está existindo. Mas o caso do CNJ, lembrei-me agora, em que a questão foi debatida, os itens foram discutidos ali, muito discutidos, porque, afinal de contas, havia uma arguição de inconstitucionalidade do Conselho, e com argumentos sérios, então, precisávamos... Eu vou até adiantar como é que eu votei na sessão administrativa e como votei na sessão pública. Eu sempre fui adepto do Conselho. Aliás, em Porto Alegre, em 1986, em plena Constituinte, eu fui lá fazer uma palestra, em um congresso que teve lá sobre justamente a Constituinte, a Constituição, a formação do Judiciário – estava o Adilson Abreu Dallari lá, e vários, o Moreira Alves, Pertence, o Sepúlveda Pertence –, e me lembro bem que propus então um Conselho. Isso é importante, o Conselho. Mas eu achava que o Conselho não precisava ter elementos estranhos. Eu tinha medo da politização. Representante do Congresso, representante da Câmara e representante do Senado. São pessoas ligadas a partidos políticos. Eu não me iludo que... “Ah, a Câmara vai escolher um jurista”. Vai escolher aquele que se aproxima deles politicamente. Então eu tinha medo dessa politização. Eu temo a politização do Judiciário.

C.P. – O Supremo, no momento que teve a tramitação da reforma do Judiciário, desde lá a de 1992, quando o Hélio Bicudo apresenta a primeira emenda, sem nenhum conselho, não tinha o conselho, e em 1995, o então deputado José Genoíno coloca um conselho externo, aí começa o debate de um conselho interno ou externo, o Supremo chegou a atuar na Câmara e no Senado?

C.V. – Não. Institucionalmente, não. Agora...

C.P. – Não? O senhor chegou a atuar?

C.V. – Eu cheguei.

C.P. – Na Câmara também?

C.V. – Dei depoimento na Câmara, dei depoimento... Tem até isso aí... Está nos anais lá. Falei sobre todos os temas lá com eles. Pública, era sessão pública. Mas, institucionalmente, o Supremo sempre se colocou em posição equidistante. Sempre. Não sei se seria... se nesse caso seria bom. Acho que sempre é bom, ficar equidistante institucionalmente, a corte não se misturar.

C.P. – No Senado, o senhor também chegou a ir, durante a tramitação?

C.V. – Cheguei. Sempre convidado, na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara... Debati com o Genoino na Câmara. Aliás, até, veja, foi a ideia do Genoino que eu abracei, do juiz de primeira instância. Quando eu falava a respeito, excluindo os estranhos, falando que eu temia a politização, o Genoino pediu um aparte. Eu falava, “ministro do Supremo, ministro do STJ, disso, daquilo, desembargador”, e ele falou: “E o juiz de primeira instância? O senhor me permite? E o juiz de primeira instância?” Eu olhei para ele, assim... “Por que não?” Aquilo não me causou nenhum espanto. “Então, vamos incluir o juiz de primeira instância.” Se bem que é perigoso, não é?

C.P. – Por quê?

C.V. – Porque sempre pode ser indicado alguém que não é o melhor juiz; que é o que se aproxima mais, talvez... Na magistratura tem disso também. Tem aquele juiz que é, realmente, um grande juiz, trabalhador, serviço em dia, e tem aquele outro que é mais... quer mais participar de... ser assessor ou qualquer coisa, para viver na capital. Enfim... Eu, por exemplo, acho que juiz assessor é uma excrescência. Eu acho. Aliás, eu falei isso publicamente, também, em entrevista. Esse negócio de juiz estar assessorando ministro do Supremo, está errado isto. Juiz tinha que estar lá na sua vara, trabalhando, dando sentença, despachando.

C.P. – E quem iria assessorar os ministros do Supremo?

C.V. – É que o assessor não pode fazer o serviço do ministro. O assessor é para fazer pesquisa – e assim sempre foram os meus assessores –, fazer pesquisa, fazer o relatório, que já é um trabalho imenso, esse de fazer o relatório. Os assessores meus, o que é que faziam? Pegava o processo, relatava, “trata-se disso, disso, disso, a contestação, a sentença é assim. É o relatório”. Aí colocava nos autos cópia daquilo que eles entendiam importante em termos de jurisprudência, cópia de acórdão e até de trechos de doutrina. Punha ali. Eu [inaudível]: “Não, mas aí tem um trabalho também de fulano”. Então, eu voltava com... “Veja se fulano escreveu a respeito.” Então, esse é o trabalho do assessor.

C.P. – O senhor pegava esse material todo, aí o senhor construía...

C.V. – Aí ia fazer o voto.

C.P. – ... o seu voto.

C.V. – Sempre foi assim. Agora, alguém estar lá trabalhando para mim?!

C.P. – Então, há ministros, ou houve, que os assessores construía o voto? Mais do que fazer a pesquisa, também redigiam?

C.V. – Ah, tem! Isso está ocorrendo.

C.P. – É?

C.V. – Está. Eu estou dizendo isso porque... Têm colegas que não concordam com isso. O Celso de Mello é um deles; o próprio Marco Aurélio, também, é outro que acha que isso não está correto. Ele não tem. O Celso de Mello também não tem juiz assessor. E tem lá bons juízes, viu? Alguns até da minha estima pessoal, e que estão felizes, porque gostam dessa atividade. Eu digo: “Isso não é atividade sua; isso é uma atividade do burocrata, para não fazer voto, para não fazer...” O que o assessor deve fazer? Primeiro: esse tipo de trabalho que eu mencionei. Outro: o Supremo tinha uma repetição muito grande de processos, de recursos...

I.N. – Eu ia perguntar para o senhor quando começa aquela estratégia de unir os processos semelhantes.

C.V. – Isto. Então, eu fazia o voto padrão, “isso aqui é isto”, me reunia com os assessores e dizia: “Isso, a tese é esta. Agora, isso precisa ser adaptado”. Mas não é só copiar. Por quê? Porque no mandado de segurança, por exemplo, não tem honorários advocatícios, e quando se trata de ação ordinária tem. E recomendava, fazia aquelas recomendações. E tinha assessores perfeitos: o Salomão Barbosa; a Amanda Flávio, que eu trouxe de Belo Horizonte, que era professora adjunta da Federal, mestre e doutora, e hoje é diretora da faculdade. No TFR, eu tive o Alceu Andrade Rocha. Pessoas da maior confiança, da maior retidão, e competentes. A Amanda teve um caso de direito econômico, e ela é professora da matéria. Essa eu pedi. Eu falei: “Vamos, Amanda, eu quero ver uma minuta”, e ela fez algo perfeito, sabe? Então, eu trabalhei em cima dessa minuta que ela fez. Cheguei a declarar mesmo. Mas era um caso especial, viu? Eu tinha uma assessora que era professora de direito econômico, e era uma questão de direito econômico, da parte de... essa parte de mercado. Ela realmente tinha condições. Então, eu acho que assessor é para isso.

I.N. – E quais eram os processos que, em geral, o senhor... O senhor lembra de algum caso que o senhor se deteve por mais tempo, que foi mais desafiador para o senhor, que foi um processo que o senhor ficou muito tempo? Porque o senhor já falou da questão do Collor, que foi um processo difícil, mas houve algum outro que, tecnicamente, o senhor ficou muito tempo trabalhando e pensando, que o senhor se recorda que foi importante para o senhor?

C.V. – Uma ação penal que me tomou muito tempo foi a... Não sei se até devo... Porque se trata de uma pessoa que até hoje ocupa um grande cargo: o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, naquele... Ele com o avô, com o Arraes. O Arraes é um homem respeitável, que... Ele depois acabou morrendo, mas, no caso do avô, houve a prescrição, porque ele tinha mais de 70 anos, e a prescrição, conta-se pela metade. Quando isso foi parar no Supremo, já estava prescrito com relação ao velho Arraes, mas sobrava o Eduardo Campos e um grande número de pessoas. E me deu um grande trabalho. Porque eu sempre achei que a denúncia pesa muito contra a reputação da pessoa. Eu me lembro que tinha um réu, numa ação penal – eu me dava com ele em Belo Horizonte –, e ele foi absolvido por unanimidade. Era um problema

desses de mercado de capital, ligado a BNH, aquela coisa. Ele era presidente da Economisa. Então envolviam. Eles foram envolvidos. E o recebimento da denúncia deu-se – eu não estava lá, não – por seis a cinco. E no julgamento final ele foi absolvido por unanimidade. Então, as pessoas se acercavam dele e diziam: “É, Milton, você foi absolvido.” E ele... “Ao contrário. Eu fui condenado.” “Como assim? O Supremo te absolveu por unanimidade.” “É. Mas durante cinco anos, que foi a tramitação, eu não saía de casa, envergonhado. E as pessoas chegavam para mim, “Então, você está denunciado no Supremo, não é? Aquilo me martirizava.”, dizia ele. Então, eu sei que isso é... O juiz tem que tomar cautela. Se a coisa não tem base, se as provas não são... se não existe prova, não são convincentes... Porque indício só não presta, não serve. Então, eu cuidava muito com essa questão da denúncia, do recebimento. E esse...

I.N. – Esse caso...

C.V. – Porque se tratava de um jovem político que eu via que tinha futuro. Nunca tinha conversado com ele, mas a história você conhece, você indaga, vê no processo. Então deu trabalho.

I.N. – Por isso, por essa questão das provas?

C.V. – É.

I.N. – Como era uma ação penal...

C.V. – E dei meu voto não recebendo a denúncia, no que fui acompanhado pelo revisor. Por unanimidade, a denúncia não foi aceita. Mas o que mais? Agora, tivemos lá algumas ações tributárias, constitucionais que fazia meditar e refletir.

C.P. – Alguma relativa às privatizações?

C.V. – Também. Lembrou bem. Porque o Supremo arbitrou muitas dessas...

I.N. – Privatizações.

C.P. – O senhor chegou a relatar alguma?

C.V. – Cheguei. Cheguei sim.

I.N. – Teve um mandado de segurança da Vale.

C.V. – Também, não é?

I.N. – É. Teve um caso do senhor.

C.V. – Qual é o tema? Lembra? Quando fala o tema, eu me lembro.

I.N. – Em uma das privatizações, de um mandado de segurança contra a privatização da Vale, ajuizada por dois advogados mineiros. O senhor acolheu o pedido do governo, porque entendeu que os advogados não detinham legitimidade de propor o mandado de segurança.

C.V. – Ah, sim! A privatização? Eu estava na presidência?

C.P. – Isso.

C.V. – Ah! Foi uma guerra!

I.N. – Em 1997, o senhor era vice-presidente, ainda.

C.V. – É. Depois, em 1999...

I.N. – Aí, depois, em 1999, têm várias questões, na sua presidência.

C.V. – Têm várias. O Banespa, por exemplo, eu me lembro bem. Era uma guerrilha: você suspendia uma liminar, outro juiz concedia.

C.P. – Houve alguma estratégia entre vocês para lidar? Porque realmente foi isso, foi uma sucessão de liminares.

C.V. – Nesse caso, não teve nem tempo de pedir conselho, porque as coisas vinham num turbilhão. Eu me lembro, essa do Banespa, por exemplo, o Banespa não seria privatizado, eu acho, se... Eu adotei uma estratégia. Porque o pedido de suspensão demandava um andamento, uma tramitação mais demorada, então eu passei a conhecer, daqueles pedidos feitos pelo Banco Central ou pela própria União, como reclamação. Porque eu achava realmente que... Você suspendia, outro juiz concedia. Aquilo era um desrespeito à autoridade do Supremo, à autoridade da decisão do Supremo. Então conhecia como reclamação e suspendia aquela também. Cassava aquela. De vez em quando, até me falam isso, diretores do Banco Central de então: “Não teria havido a privatização do Banespa.” Porque realmente foi uma coisa, viu? Foi uma guerrilha. E parecia que a tese era boa... Porque geralmente eram associações de funcionários. Eles se sentiam ameaçados, com a privatização, de perder emprego ou até perder vantagens, não é? E, realmente, houve coisas realmente... que levaram o banco praticamente à falência, não é? Aí a União veio, saneou, para privatizar. Então, vinham as ações. Inclusive juiz daqui, também, do TRF, juiz bom, juiz correto. Mas...

C.P. – Isso reforçou o entendimento da necessidade da súmula vinculante, entre vocês?

C.V. – Ah, sim, sem dúvida. Sempre fui favorável à súmula vinculante. Sempre. E, fora da presidência, fui relator, por exemplo, das teles. Foi uma ação grande, as teles. E eu acredito até que... Não sei, não. Acho que outro ministro acabou relator, para o acórdão. Porque eram vários temas e, em um ou outro tema, eu fiquei vencido, alguém ficou na unanimidade, então perdi a relatoria para o acórdão. Mas tivemos, sim. E essas deram trabalho, viu? Porque eram coisas novas. Era um Brasil novo que...

C.P. – Que estava sendo gestado. É isso mesmo. E que o Supremo teve um papel, nesse momento, muito importante, que é isso mesmo.

C.V. – Teve, teve sim. Teve um papel... Viveu a sua circunstância, eu acho.

C.P. – Nesse momento, o senhor acha que, por exemplo, trazer a questão das teles, relatar o voto ou votar ali, tinha essa noção do que era relevante? Vocês conseguiam perceber a importância daquele momento?

C.V. – Conseguia. Conseguia sim.

C.P. – Como?

C.V. – Ficava uma indagação, que você teria que responder para você mesmo: esta é a melhor decisão política para o Brasil, para a nação? Bom, eu sempre achei que o Estado é mau administrador. Geralmente... Por exemplo, os bancos estaduais, todos quebraram. Por quê? Porque eles serviam para cobrir os déficits do estado, aquilo que o governador, o novo governador, o governador de plantão queria fazer para agradar A ou B, a população de tal região ou os chefes políticos de outras. Eu me lembro dos bancos mineiros, grandes bancos estaduais, o Crédito Real, o Mineiro da Produção, você chegava na agência, você tinha... precisava de quatro, tinha quinze funcionários ali à toa. Então, com um pouquinho de percepção você sentia que aquilo estava mal administrado, estava entregue às baratas, quer dizer, aos políticos de plantão, que indicavam, não é?

C.P. – Uma questão da dinâmica: como foram muitas liminares, também era sorteio?

C.V. – Não. Porque quem suspende as liminares, pela lei, é o presidente do Supremo, é o presidente do STJ, é o presidente do TRF. É o presidente do tribunal. Dependendo da... Se a competência vai para o Tribunal de Justiça, é o presidente do Tribunal de Justiça. É o presidente. E é uma decisão, que eu sempre dizia, com base em argumentos, em fundamentos não jurídicos, em fundamentos políticos. Quando eu falo fundamentos políticos, quero dizer político no sentido grego da palavra.

C.P. – Entendi.

C.V. – Então, se atenta contra a ordem pública. O que é atentar contra a ordem pública? É um raciocínio político; não é jurídico.



C.P. – Sim.

C.V. - Contra a economia... É um raciocínio político. Então, até construimos, demos extensão a esse fundamento, a ordem pública. A ordem pública compreende: ordem administrativa... A liminar vinha embarçar uma obra... Belo Monte. Não está essa luta? Vai e vem, um juiz concede, o presidente do Tribunal... O Supremo Tribunal é que liberou. Acabou no Supremo.

I.N. – E como é que o senhor fazia, quando o senhor era presidente? Qual era a sua postura com relação...? Como é que o senhor fazia para definir a ordem pública, num caso desses?

C.V. – Ah! Bom, tinha que meditar. Tinha que ter momentos de reflexão. E esses momentos de reflexão, você só poderia ter no seu escritório privado, em casa, porque você não receberia ninguém; o telefone toca, a cozinheira atende e fala: “Não, ele não está, não; ele já saiu.” Pronto.

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

I.N. – A gente estava perguntando então, Ministro, sobre as questões... como é que o senhor fazia então, quando o senhor era presidente do STF, para tomar decisões, nesses casos de liminares. Aí ia para casa... O senhor lembra de algum caso que foi difícil de decidir?

C.V. – Olha, os casos... o caso que mais me deu trabalho foi a privatização do Banespa. Ah, esse deu! Porque era uma verdadeira guerrilha, não é? De liminares, e aquela marca ideológica de partido político de esquerda. Então, aquilo dava trabalho. Deu trabalho. E as primeiras, então, que você tinha que encarar com... Depois que você via que aquilo ali era mera guerrilha, repetindo os mesmos fundamentos, aí dava era antipatia, não é? Como é que um juiz pode se prestar a isso? Mas, geralmente, eles não sabiam. Me lembro até que uma grande juíza, eu tive que conceder a suspensão e a imprensa caiu em cima dela. E ela era uma grande juíza. Aí, eu fui para a imprensa dizer que não, que ela era uma grande juíza. No caso do Cacciola, não é? Uma liminar que foi concedida por um colega e que eu suspendi e a imprensa começou a explorar, eu também fui... “Não, essa... a divergência, não é, entre juízes, é altamente salutar”.

Porque deu a liminar e ele deu no pé, não é? Mas é um entendimento. Eu tive um entendimento contrário, provocado pelo Ministério Público, no devido processo legal. Você não vai... “Indefiro a suspensão da liminar...”.

C.P. – Pela minha cabeça?

C.V. – Por corporativismo, não é? Para ficar do lado do colega? Não. Isso não existe. O juiz tem que decidir sempre de acordo com a sua ciência, o que ele leu ali e apreendeu, e a sua consciência.

C.P. – E o conflito entre poderes? O senhor estava na presidência do Supremo quando teve início a CPI do Judiciário.

C.V. – Aí foi uma briga.

C.P. – E aí como é que foi? Foi um momento de muito atrito entre o Legislativo, na figura do Antônio Carlos Magalhães, do então senador Antônio Carlos Magalhães, e o Supremo?

C.V. – Foi.

C.P. – Como é que foi esse momento? E o senhor?

C.V. – Mas antes eu queria até... Em termos de conflito, na presidência do Fernando Henrique, o governador de seu estado era o Ovídio...

I.N. – Olívio Dutra.

C.V. - Olívio Dutra, ele requereu ao presidente do Supremo uma liminar, por um problema de... O certo é que eu deferi. Deferi e... Era, realmente, um caso palpitante. Não sei se está aí, se vocês chegaram...

I.N. – Chegamos. O caso do Olívio Dutra. Estou procurando. Mas eu lembro que está aqui.

C.V. – Sabe que o Fernando Henrique me telefonou, ameaçando renunciar?

C.P. – *Sério?!*

C.V. – É! “Eu acho que eu não tenho mais condições de ficar”. Eu senti que ele estava tenso. Eu falei: “Presidente, o senhor é um homem preparadíssimo, o senhor...”

I.N. – Ah! Desculpe, Ministro. É uma movida pelo PDT e PT contra a privatização da telefonia móvel celular chamada banda B. Foi esse o caso. Mas aí o senhor estava numa ligação com o Presidente Fernando Henrique.

C.V. – Não, mas não foi esse caso, não. Foi outro. Foi um problema... equacionamento da dívida...

C.P. – Da dívida dos estados.

C.V. – ... dos estados.

C.P. – No momento de renegociação das dívidas dos estados.

C.V. – Esse [da telefonia móvel] teve também, viu? Mas o Fernando Henrique estava realmente...

C.P. – Porque alguns estados estavam em gravíssima situação financeira.

C.V. – E, também, a economia brasileira estava naquela fase de turbulência, com os juros lá em cima.

C.P. – E crises internacionais acontecendo.

C.V. – Eu compreendia a situação do Fernando Henrique. Ele conta isso no livro dele. Ele não conta com esse detalhe. Sabe?

C.P. – Entendi.

C.V. – Ele conta, inclusive, respeitando a minha decisão. Eu disse a ele: “Para que isso, presidente? O senhor supera tudo isso. O senhor é um homem... é um presidente...” E eu tinha votado nele, não é?. Eu gostava e gosto dele até hoje. Eu tenho amizade por ele, tenho admiração por ele. Mas teve isso. Eu falei: “Isso vai passar, presidente. Nós estamos em um Estado de Direito, o senhor lutou para tê-lo, e é o preço”.

C.P. – O senhor, nesse momento, era vice-presidente do Supremo?

C.V. – Não, era o presidente.

C.P. – Já era presidente. Então já foi pós 1999, não é?

C.V. – É. Isso deve ter sido no ano 2000.

C.P. – É, acho que é isso mesmo. É por conta dessa negociação que, pouco depois, virá a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

C.V. – *Isso!* Exatamente. Outro tema. Porque ela foi muito atacada no Supremo.

C.P. – Foi.

C.V. – Pelo PT. Também pelo PT.

C.P. – E pelos governadores.

C.V. – Pelos governadores, por associação até de magistrados.

C.P. – Ah, é?

C.V. – *É!* Porque, certamente, o governador disse: “Agora você vai perder as verbas, o Tribunal”. Então, eles ficaram agitados. Foram momentos de muita turbulência, viu, neste país. O Fernando Henrique foi de uma firmeza extraordinária. E ele chegou a ficar realmente abalado. Eu me lembro, quando eu... “O senhor concedeu a liminar! Eu não sei como fazer!” “Presidente, nós estamos em um Estado de direito. O senhor é um homem preparado, lutou por isto.” Terminamos a conversa bem. Depois ele me convidou, almoçamos juntos, Dona Ruth também, só nós três. Foi uma época de turbulência. Bom, aí chego no Antônio Carlos Magalhães. Tivemos discussões ásperas, pelos jornais, pela imprensa.

C.P. – Pessoalmente, vocês se conheciam?

C.V. – Não, não assim, dessa... Conhecer bem, não. Desde o TFR. Ele costumava ir em solenidades lá. Ele era prefeito de Salvador... era governador da Bahia. Tive um encontro com ele na casa do Jobim. O Jobim fez um jantar em que ele esteve e conversamos. E nesse dia, até eu fiz um apelo a ele: “Presidente, o Judiciário vive muito da credibilidade”. Eu temia o que está ocorrendo, de certa forma, hoje: juízes intimidados. Eu usava até essa... falava isso: “O dia que o juiz tiver medo, o cidadão corre perigo”.

C.P. – Esse jantar já foi por conta da CPI do Judiciário?

C.V. – Não, não.

C.P. – Não. Foi muito antes?

C.V. – Foi antes. Foi uma coisa antes. O Jobim fazia esse... muitas vezes, um jantar, para amigos, não é, e ele sempre... Claro, ele é originário da classe política, ele tinha que ter amigos nessa área.

C.P. – Claro.

C.V. – E conheci até, muitos ali, através dele. Bom, então... Ele era um sujeito destemido, o Antônio Carlos Magalhães, e de arroubos. Eu me lembro que eu estava num encontro, em Belo Horizonte, de presidentes de Tribunais e ele deu uma entrevista arrasadora, “juízes corruptos e tal”. Aquilo me... Qualquer coisa que falasse do Judiciário eu respondia. Hoje, têm coisas aí que acontecem, ninguém fala nada. Eu acho isso um erro. Quem cala, consente. Então, me lembro que dei uma nota. Fui para a máquina, fiz uma nota, assinei e entreguei para a imprensa. No outro dia, os jornais saíram, ele veio e eu respondi de novo. E foi uma briga. Foi uma... Teve um momento em que ele se excedeu, eu falei: “Interessa-me o julgamento dos homens de bem.” Ele ficou uma fera. “Desafio...” Bom, a coisa foi assim, crescendo... Afinal de contas, instalaram a CPI. E o que apuraram? Um juiz do Amazonas que tinha feito uns malfeitos lá, não é? O Nicolau, aquilo já estava sendo apurado, e não era da magistratura – ele estava em um cargo administrativo, construindo um prédio, e já tinha até, parece, que se aposentado. Quer dizer, não precisava de tanto escândalo para apurar tão pouco, é o que eu dizia. E encerrou.

C.P. – E a relação entre as duas instituições, os dois poderes, como ficou?

C.V. – Nessa época, com o Legislativo, a coisa ficou brava, não é?

C.P. – Não houve nenhum canal de... ou canais de...

C.V. – Ah! O próprio Fernando Henrique entrou.

C.P. – ...de tentar amenizar a situação?

C.V. – O Fernando Henrique entrou. Então, tivemos até um encontro no Palácio Alvorada. Estava o Fernando Henrique; o Marco Maciel, de quem eu sou amigo; o presidente da Câmara, que estava também em choque com o ACM, que era o Michel Temer, que estava em choque, também, estava em briga; e eu. Quase que a coisa pega fogo lá.

C.P. – Por quê?

C.V. – Porque ele virou para mim e disse: “O senhor foi político?” Eu falei: “Não.” Aí o Marco Maciel entrou em cena. Porque ele ia fazer qualquer coisa desairosa a mim e ia ter resposta ali na bucha, não é? O Marco Maciel entrou: “Políticos! Minas! Minas! Todo mineiro gosta realmente de discutir política”. Desconversou assim. É um homem interessante, o Marco Maciel. Aí entra também o Fernando Henrique e tal e a coisa então amenizou.

C.P. – Mas sem a presença do Antônio Carlos?

C.V. – Não, ele ali.

C.P. – Ele ali.

C.V. – Ele é que fez a provocação, perguntou se eu tinha sido político.

C.P. – Era uma tentativa de vocês conversarem, puxada pelo Executivo?

C.V. – Exatamente. E a coisa, então, ali e tal... Depois daquilo, nunca mais... O certo é que ele se transformou em um grande amigo meu. Veja como são as coisas. Ele foi ao Supremo Tribunal Federal falar comigo e dizer que queria me dar a medalha do Congresso. E, realmente, conversou com o Michel Temer e se encarregou de fazer, no Supremo, a festa. O cerimonial do Senado foi lá e arrumou tudo. E me condecorou com a medalha do Congresso Nacional. Aí ele falou comigo: “O senhor estava defendendo as prerrogativas do Judiciário, e eu, as prerrogativas do Congresso Nacional. Eu compreendi”. E se tornou meu amigo.

C.P. – A CPI do Judiciário, como é que ela foi recebida no Supremo, entre os seus pares?

C.V. – Assim, com essa... realmente achando que não era caso de uma CPI do Judiciário. Porque você... Foi quando se começou a falar em corrupção de juiz, não é? Mas não se indicava, também. Agora, o grande... Vamos dizer assim... Quem fez mais mal ao Judiciário? Foi o Nicolau. Porque aquilo é que... Os jornais começaram a noticiar e o Magalhães... e o ACM então foi a São Paulo, tirou fotografia ao lado do prédio, indicando assim, “a corrupção do Judiciário”. Ele foi realmente... O ato dele foi altamente prejudicial ao Poder Judiciário

brasileiro. E a CPI, afinal, apontou realmente esse... Ele estava sendo processado. Ele foi condenado pela Justiça, sem nenhuma interferência de CPI. Ele foi condenado. Está condenado. E um juiz do Amazonas que teria feito coisas malfeitas lá, também, nessa área. Então, não precisava de CPI, de fazer escândalo. Aí começou o Judiciário a cair, de certa forma, a perder credibilidade. Você abre o jornal, as cartas de... “Juiz ganha muito e não faz nada”, e isso intimida os juízes. Aquilo que eu dizia: “o dia que o juiz tiver medo, o cidadão corre perigo”. E está correndo, sim. Vocês se lembram daquelas prisões que ocorriam aí, de advogados, algemavam pessoas pacíficas, a imprensa era convocada de antemão. Isso, de certa forma, passou, acabou, mas fica o... Quanto tempo vai levar para o Judiciário alcançar aquela credibilidade que tinha quando eu entrei para a magistratura? O Supremo agora está prestando um grande serviço, viu? Nesse julgamento aí. Está prestando um grande serviço. Porque a sociedade brasileira tem fome de honestidade, de ética. Tem fome. Quando eu entrei para a magistratura, eu já dizia isto. Quando você... O sujeito pede: “Ah, me indica um advogado.” Você... “O fulano é muito bom.” E o sujeito pergunta assim: “É homem honesto, não é?” Quer saber se ele é honesto. Você indica um médico: “Ele é sério, não é? É um homem sério, não é?” Quer dizer, a sociedade tem fome, tem sede de honestidade, de ética. E passou-se a imagem de que o Judiciário... de que os juízes... “Tem muito juiz corrupto.” Tem, sim, juiz corrupto, porque os juízes não... Eu dizia isso, quando era presidente do Supremo: “Os juízes não são anjos; os juízes são homens.” Então você tem, sim, juiz desonesto, como você tem médico desonesto, comerciante desonesto, advogado desonesto. Enfim, isso é do caráter do sujeito.

C.P. – Além dessa sua luta política importante em defesa do Judiciário, que outras medidas o senhor destacaria, desse período que o senhor foi presidente do Supremo?

C.V. – Bom, eu tinha tido a experiência da urna eletrônica no TSE. Então, eu imaginei informatizar toda a Justiça brasileira.

C.P. – Sério?

C.V. – É. E cheguei a conseguir até verba para isso. Não para toda, mas pelo menos para dois terços. Mas não tive tempo.



C.P. – E ninguém...? Essa ideia não vingou?

C.V. – Não, não. Não vingou, não. Mas acabou vingando cada um fazendo. Mas o que eu queria era fazer um sistema único. Porque você tem em São Paulo... Aliás, têm queixado muito, não é? Lá, que o programa não...

C.P. – É incompatível. É diferente.

C.V. – O Conselho tem tentado fazer isto, fazer um programa... os tribunais se entenderem. Meu plano era: o processo ter um número só. Ele nascia com um número.

I.N. – Toda a Justiça?

C.V. – Toda a Justiça. E subia. Ele ia apenas acrescentando dígitos, que, um sujeito da informática me dizia, que é a identificação, não é? E tem até hoje, identificação, né, dez vinte ponto e tal, e depois termina num dígito tal. Então, esse era o meu plano. Era um plano, realmente, difícil de ser alcançado no prazo de dois anos. E depois, você não faz em dois anos. Primeiro você está imaginando, “vamos fazer o plano”, e demora quase um ano. Depois, para efetivar, não dá tempo. E foi o que aconteceu. Mas eu tinha esse plano de informatizar. Porque tinha dado certo a urna eletrônica do TSE; tinha dado certo o cadastro, que foi feito na presidência do Néri da Silveira e eu era o corregedor, quer dizer, valeria a pena tentar. As pessoas tinham... pessimistas: “Isso não vai acontecer.” E depois, o seguinte, sabe, quando eu assumi a presidência, tinha inúmeros juizados que não tinham máquina de escrever. E eu sempre dizia: “E computador não é máquina de luxo, de escrever de luxo; o computador tem vários recursos.” Então, tem que mandar o computador, mas, antes, fazer uma... instruir, quer dizer, montar... não escolas permanentes, mas levar, por exemplo... Eu pensava: “Camarão, você vai levar...” Camarão foi o homem que capitaneou, do ponto de vista técnico, a criação, a instituição da urna eletrônica na Justiça Eleitoral. Então, eu sempre dizia: “Você vai cuidar disso no Brasil.” Ele topava, sabe? “Vou mesmo.” Você chega lá, monta uma... com três ou quatro bons técnicos, e o Tribunal de Justiça começa a promover, com os juízes, escrivães, funcionários, como é que mexe com o computador. Só escrever? Não. Isso a máquina de escrever resolveria. E interligar as comarcas com o tribunal, o tribunal com o STJ, o STJ com

o Supremo. Enfim, fazer um sistema único. Não tive tempo de fazer isso, não. E consegui até a verba com o Fernando Henrique.

C.P. – É?

C.V. – Consegui. Aliás, devo dizer que o Fernando Henrique foi um grande... inclusive com o Jobim, que era Ministro da Justiça, um grande parceiro de ideias. A urna eletrônica, ele deu um apoio firme. Ele acreditou, quando ninguém acreditava. Outro que acreditou foi o senhor Ministro do Planejamento, José Serra. Eu sempre gosto de dizer isso, para... no sentido de que não esqueci a grande ajuda que deram. Inclusive, eu fui para Washington, levar o projeto para o BID. Está sabendo disso aí?

I.N. – Estamos, sim.

C.V. – O Fernando Henrique dizia: “Vá. O aval de um banco desses é muito importante para a credibilidade da ideia, do plano”.

C.P. – O senhor tinha encontros regulares com o presidente Fernando Henrique?

C.V. – Mais por telefone. Eu dizia assim: “O senhor tem muito serviço, eu tenho também, então, vamos resolver aqui pelo telefone”. E de vez em quando a gente almoçava, mas na maior simplicidade.

C.P. – Ele convidava?

C.V. – Ele convidava. Então... tinha, aliás, uma *chef de cuisine* muito boa lá, sabe?

C.P. – É verdade?

C.V. – Eram umas comidas simples, mas muito gostosas. Valia a pena [riso].

C.P. – O senhor sai da presidência e continua no Supremo, ainda durante alguns anos e pega um momento de uma mudança muito grande no Supremo, ali em 2003, onde você tem vários ministros que se aposentam e novos ministros que ingressam no Tribunal. Como foi a recepção aos novos?

C.V. – Mas há um fato interessante aí, antes: é que ele me convidou para ser Ministro da Justiça.

C.P. – Ah! A gente tem isso daqui. É verdade.

I.N. – Em 2002, a *Folha* publicou...

C.P. – A *Folha* noticiou que o senhor chegou...

I.N. – ... em 2 de abril.

C.P. – Mas aí fala como um suposto convite.

C.V. – Não. Teve, teve. Acontece o seguinte, eu estava na praia e recebi um telefonema do Pimenta da Veiga, que era o ministro das Comunicações, não é?

C.P. – Das comunicações, isso aí.

C.V. – Ele precisava falar comigo. Eu estava na praia de Guarapari, e ele estava lá, também, mas na Aldeia da Praia. Eu falei: “Olha, Pimenta, eu estou indo para a Praia da Costa e vou passar então na sua casa”, que estava no caminho. “Precisava falar com você com muita urgência.” Eu fiquei sem saber. Eu falei: “Será que é algum problema no Supremo... Sei lá. Deixa eu ver logo o que é isso.” Aí ele formulou o convite. “Em nome do presidente... Ele quer te convidar e tal...” Eu falei: “Olha, Pimenta, eu não sei se posso aceitar, não. Eu vou pensar. Eu acho que não poderei.” “Por quê?” “Porque eu tenho um compromisso com o TSE, ainda. Eu estou entrando novamente para o TSE e eu vou entrar e vou presidir novamente o TSE, então eu não sei se posso”. “Mas amanhã, então, nos encontramos lá no palácio.” Eu vim embora... Amanhã não; segunda-feira. Isso era um sábado. No domingo eu vim embora. De

manhã, nos encontramos, fui ao palácio e o presidente me fez o convite. Eu falei: “Presidente, muito honrado com esse convite, vou colocar no meu currículo, mas eu tenho um compromisso, ainda, com a magistratura.” E ele dizia para mim: “Ah! O senhor já fez tudo que devia”. E ele sabia, eu tinha trocado ideias com ele, o que eu queria fazer... o que deveria ser feito no Ministério da Justiça em termos de segurança.

C.P. – É, o Ministério da Justiça do Fernando Henrique foi bastante complicado, porque foi uma mudança ministerial atrás da outra.

C.V. – Foi.

C.P. – Muitos ministros durante pouco tempo. A descontinuidade administrativa foi bastante intensa.

C.V. – Exatamente. E eu falei com ele: “Presidente, se fosse o primeiro ano do seu mandato, eu aceitaria”.

C.P. – É, já estava nos estertores do governo.

C.V. – “Porque eu tenho um plano”. “Mas dá tempo ainda de fazer!” Eu tinha um plano. Porque eu acho que a questão da segurança é muito importante, então, o que eu ia fazer? Eu ia fazer, em Brasília, simpósios com os melhores entendidos, os melhores especialistas nessa matéria e iríamos tirar uma conclusão do que precisa ser feito, em termos de segurança, neste país para dar segurança ao cidadão. Porque temos aí... Vocês não saem à noite no Rio de Janeiro para andar.

C.P. – E esse momento é um momento de muita insegurança, de um sentimento muito forte de insegurança.

C.V. – Naquele tempo, os sequestros se sucediam. Eu tinha conversado com ele algumas vezes a esse respeito. Então, ele falava comigo: “O senhor vai fazer isso. Dá tempo. Dá tempo.” Eu dizia: “Não dá, não, presidente. Somos amigos, vamos continuar amigos, mas eu tenho um

compromisso com o Judiciário.” E então... Até o jornal explorou, que... de certa forma, criticando o Pimenta, que o presidente não podia ter uma recusa. Por que não pode ter? Nós estamos numa república. O presidente não é o imperador, não é? Agora, eu disse para ele isso, também: “E eu me sinto muito à vontade, porque nós estamos numa república, então, se o senhor me convida, eu não tenho obrigação de acolher o convite. Isso me honra sobremaneira...” E realmente me honra, tanto que fiz questão de contar.

C.P. – Sim.

C.V. – Você estava até passando. Me honra muito. Mas eu tinha um compromisso, ainda, com o Judiciário, que acabei cumprindo. Presidi, pela última vez, o TSE em 2005.

C.P. – E presidiu também o referendo das armas...

C.V. – Também, em 2005.

C.P. – ... que é uma questão importante.

C.V. – Em meia hora tínhamos o resultado do país inteiro.

C.P. – E que não foi... Apesar de os dois lados estarem bastante conflitados, a favor e contra, não chegou a ter nenhum grande problema.

C.V. – Nada. A urna eletrônica é realmente fantástica, porque ela afasta a mão humana da apuração. Não há impugnação. Não existe recurso.

C.P. – E as mudanças no Supremo, com a entrada dos novos?

C.V. – Ah, sim. Foram muito bem recebidos, como não poderia deixar de ser.

C.P. – Sim, claro.

C.V. – Eu tinha já um conhecimento e amizade com o Peluso, que foi um dos primeiros. O Peluso, eu conheci como Desembargador, em São Paulo, e tinha admiração por ele. Nomeação acertadíssima. O Ayres, também, era um amigo já de... Nós éramos amigos do professor Geraldo Ataliba, e ele fez o doutoramento dele lá na PUC, justamente na época em que o Ataliba era o reitor da PUC, então, fui apresentado a ele pelo Ataliba naquela época e tenho muita amizade. O Joaquim, eu tinha examinado o Joaquim – examinei no concurso para procurador da República. Aliás, o Gilmar também, no mesmo concurso de procurador da República. Tive o prazer de encaminhar o projeto dele de mestrado na França e de doutorado na França ao CNPq, e ele foi como bolsista. O Pertence era o procurador-geral da República, deferiu a estada dele com vencimentos na França, para poder subsistir. Eu me lembro que eu disse: “Eu tive que renunciar porque eu não tinha como sobreviver lá sem o salário.” Ele talvez tenha sido o primeiro.

C.P. – Mas, assim, em termos de continuidade administrativa. Porque aí eles ainda não sabem como funciona o Tribunal. E nesse sentido da dinâmica dos julgamentos, do aprendizado que eles tiveram que passar...

C.V. – Ah, foi rápido, muito rápido.

C.P. – Foi rápido? E nenhuma grande...?

C.V. – Não, não.

C.P. – [Nenhuma] maior questão?

C.V. – Nota-se que o novato, quando chega no Supremo, ele fica, de certa forma, intimidado. E o José Guilherme brincava, o advogado José Guilherme Villela... Foi assassinado, não é? [O José Guilherme] na minha opinião, é o maior especialista em Supremo Tribunal era ele e o Pertence. Porque eles vieram muito novos para cá, no início de Brasília, e tinham fascinação pelo Supremo: assistiam às sessões todo dia, participavam. Ambos foram secretários jurídicos lá. Então, o José Guilherme dizia o seguinte: “Isso aqui”, ele brincava assim, “o novato entra e isso aqui é igual a uma rinha de galo, ele começa a ser bicado”. [riso] Eu acho que isso não

ocorria, não. Ele dizia... Que o mais antigo começa a provocar, para ver como é que o sujeito reage, se o sujeito conhece mesmo o tema, “escuta, mas Vossa Excelência podia me prestar um esclarecimento?”. Se o sujeito não estiver muito seguro...

C.P. – E isso acontece mesmo nas sessões?

C.V. – Acontece. Se ele não estiver... Como se diz lá em Minas, se ele não estiver muito seguro nos arreios, cai do cavalo. [risos] Então, os primeiros meses são de muita tensão, de quem entra. Principalmente se ele não foi juiz, não é? Não é o caso do Peluso, que já veio do Tribunal; do Eros Grau, que é professor e acostumado, portanto, ao debate.

C.P. – O debate acontece, então.

C.V. – Acontece.

C.P. – Ou seja, essa ideia de que... eu tenho a minha convicção e, na verdade, pouco importa o que o par me fala...

C.V. – Não, isso não existe.

C.P. – Não existe?

C.V. – Exatamente isto.

C.P. – Eu preciso te ouvir para formar a minha convicção. É isso?

C.V. – Não, não. O sujeito chega ali com a sua convicção. A menos que tenha ocorrido um pedido de conselho não é? Que não ocorre em todos os casos. Realmente, é naquilo que o sujeito entende que é relevante, que ele está em dúvida.

C.P. – O que um ministro do Supremo... Como é que ele consegue definir o que é relevante?

C.V. – Ah! Você vê logo, não é?

C.P. – Mas, assim, explica... Eu sou completamente leiga. Explica um pouco.

C.V. – Por exemplo, privatização... Das telecomunicações, privatização da Usiminas, privatização da Vale, isso é de alta relevância, porque você questiona, você questiona a decisão política. Você questiona a decisão política: essa foi a melhor decisão para a Nação, para o Brasil? E é nesse sentido que o Supremo é um tribunal político. É nesse sentido. Porque ele não pode, por exemplo, homologar algo que... algo flagrantemente contrário aos interesses nacionais, aos interesses coletivos, não é? Ele percebe isso. O ministro do Supremo, ele chega lá, ele já tem... ele viveu muitos anos, não é? Na carreira, na magistratura, na advocacia, na política – foi parlamentar, foi ministro de Estado. Então, é nesse sentido que ele é um tribunal político.

C.P. – Mas a relevância, então, é uma sensibilidade? Seria isso?

C.V. – Ah, sim.

C.P. – Uma sensibilidade para sentir a sociedade?

C.V. – Ele acompanhou, por exemplo, nos jornais, a tramitação, o protesto daqui e dali, ou aplausos. Enfim, ele tem que viver a Constituição viva, tem que conhecer a Constituição viva. Daí a importância da escolha do ministro do Supremo Tribunal Federal. Eu disse: “Há de ser um homem de ideias progressistas? Sim. Porém, que saiba conciliar o novo com o tradicional”.

I.N. – Aproveitando isso que o senhor está falando, ministro, da escolha do... como é que foi a sua experiência de sabatina? Porque tem a sabatina.

C.V. – Tem.

I.N. – Como é que foi a sua? Porque o senhor falou essa questão do conhecimento do jurídico e do político. Como foi a sua experiência de sabatina e essa questão da avaliação, da escolha?



C.V. – Olha, a minha sabatina foi das primeiras depois da Constituição de 1988, que estabeleceu a sabatina, e eu achei que foi agradável. Eles quiseram saber posições minhas com relação ao Judiciário. Então, eu me lembro que... Isso foi publicado. O Geraldo Ataliba era um homem de uma... Ele era o editor da *Revista de Direito Público*, então ele instituiu o plano de publicar as sabinas, e a minha foi publicada na revista.

I.N. – As notas taquigráficas na íntegra?

C.V. – É, na íntegra. Ele obteve aquilo lá e publicou. A do Pertence, também ele publicou; a minha... Achei que foi muito agradável; os homens, muito educados, os senadores. Eu me lembro que o Maurício Corrêa, que era um velho amigo, estava lá como senador, então ele perguntava o que eu achava da advocacia e tal, e ele até teve uma expressão que eu achei muito interessante, do advogado *pasteiro*. O que é o advogado *pasteiro*? É aquele advogado do dia a dia, que vai no fórum, vai no gabinete do juiz, vai no cartório. É o advogado que sobrevive, e que é, no fundo, o verdadeiro advogado. De repente, é chamado na delegacia porque o cara foi preso, está lá, ele vai lá, e sofre até um desrespeito às vezes do policial. Eu falei: “Eu conheço muito, Maurício, o advogado *pasteiro*.” Eu não sei se eu fui advogado *pasteiro*, não, mas eu fui escrevente, então conheci todo tipo de advogado, até o ilustre advogado, daquele... que estava ali gemendo, para sobreviver, para ganhar um dinheirinho para sustentar a família. Mas então, na minha sabatina teve disso.

I.N. – Teve esse tipo de pergunta.

C.V. – Foi uma coisa muito agradável, viu?

I.N. – Foi agradável; não foi...

C.V. – Eu falei então do Poder Judiciário, da Constituição. Olha, não tem Constituição que tenha dado ao Poder Judiciário tanto valor quanto a Constituição de 1988.

C.P. – Para finalizar, ministro, em 2006, o senhor se aposenta como ministro do Supremo, e aí o que o senhor tem feito, após a aposentadoria?

C.V. – Bom, no dia... Eu me aposentei no dia 19 de janeiro. No dia 20, eu estava sentado ali, naquela cabeceira ali, começando a trabalhar como advogado.

C.P. – E o senhor está feliz como advogado?

C.V. – Quando eu saí, eu achei que estava sendo degolado. Achei que ia ter...

C.P. – É muito...

C.V. – ... muito pouco tempo de vida; achei que aquilo ali... Porque foram 40 anos, não é?

C.P. – Sente-se um vazio?

C.V. – Mas eu tive o apoio do meu filho, também. No dia 20, tinha advogados aqui querendo falar comigo.

C.P. – Seu filho também é advogado?

C.V. – É advogado.

C.P. – Seus filhos todos fizeram direito?

C.V. – Todos.

C.P. – E sua esposa?

C.V. – Também.

C.P. – Também?

C.V. – Minha mulher é professora de história.

C.P. – Ah!

C.V. – Mas nunca deixou de ser. Ela foi estudar direito, a minha mulher, só para se aposentar. Porque ela falava que professora ganha pouco. Então, fez o curso de direito, depois dos filhos criados, meteu um concurso, passou, assumiu, trabalhou um pouco e se aposentou.

C.P. – Nós ainda temos um minutinho. O senhor quer deixar alguma mensagem?

C.V. – Olha, é uma mensagem de fé no Poder Judiciário brasileiro. Nós temos cerca de quinze mil juízes de primeira instância. Era do meu tempo; hoje, já teve ter mais. Você não tenha dúvida de que a imensa maioria, a maioria mesmo, é de gente correta que entrou para a magistratura mediante concurso público, provas de títulos, concursos rigorosos. Eu sei porque eu fiz, dois deles. Então é gente que está aí labutando com correção. Então, quero manifestar a minha fé nesses juízes, no Poder Judiciário do Brasil, que tem por base gente da melhor qualidade. Tem também uma meia dúzia aí que não presta, que não honra a toga, mas essa meia dúzia não pode deslustrar o trabalho que a grande maioria... Quando eu falo grande maioria mesmo, eu estou pensando em quinze mil juízes de primeiro grau, mais uns dois mil de segundo grau, mais de Tribunais Superiores. No total, talvez uns dezessete mil. Hoje deve ter mais. E você conta talvez nos dedos de duas mãos aqueles que fazem malfeitos, que agem... que não honram a toga. Então, eu acho que o Poder Judiciário merece ser acreditado pela sociedade brasileira. E temos que apoiar essa imensa maioria de gente honesta, para que eles sejam juízes na real extensão do termo, e não alguém que está procurando emprego, sejam realmente juízes e não tenham medo. Porque o dia que o juiz tiver medo, o cidadão vai pagar o preço.

C.P. – Muito obrigada.

C.V. – Eu acredito nisso, viu?

I.N. – Muito obrigada!

C.P. – Muito obrigada!

[FINAL DO DEPOIMENTO]